

UFPE



VILLA MARIA:

CENTRO DE APOIO À MULHER VÍTIMA DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO PROPOSTA DE
INTERVENÇÃO NO IEP 49 E SEU TERRENO
REMANESCENTE

RECIFE, 2024

LÍVIA MOURA MATOS

ORIENTADORA: RENATA MARIA VIEIRA CALDAS

COORDINADORA: LÍVIA MORAIS NÓBREGA

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Matos, Livia Moura.

Villa Maria: Centro de apoio à mulher vítima de violência doméstica como proposta de intervenção no IEP 49 e seu terreno remanescente / Livia Moura Matos. - Recife, 2023.

128 p. : il.

Orientador(a): Renata Maria Vieira Caldas

Coorientador(a): Livia Moraes Nóbrega

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2023.

Inclui apêndices.

1. Imóvel Especial de Preservação. 2. Arquitetura. 3. Violência Doméstica. 4. Mulher. I. Caldas, Renata Maria Vieira . (Orientação). II. Nóbrega, Livia Moraes. (Coorientação). IV. Título.

720 CDD (22.ed.)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, **Flávia**, pelo apoio incondicional desde o início da minha vida escolar, que sempre incentivou a minha independência e me deu confiança pra enfrentar os desafios da vida, sem medir esforços pra me ver feliz. Ao meu pai, **Henrique**, pelo companheirismo e por sempre lutar comigo pelos meus sonhos como se fossem seus. À minha avó, **Dulce** (in memoriam), por comemorar as minhas conquistas, por todos os colos dados nos momentos difíceis e pela companhia, mesmo que agora em outro plano, em todas as fases.

Agradeço também a **Alexandre**, pelo suporte nas mais diversas esferas, pela compreensão de todas as abdicções feitas por causa da vida acadêmica e pelo companheirismo, que, mesmo sem entender, se desdobrou muitas vezes para compreender a arquitetura e amenizar os meus estresses.

À **Bob** e **Kiko**, meus cachorrinhos, por estarem sempre comigo, me acompanharem durante todas as incansáveis horas fazendo trabalhos e por serem essa calma em meio ao caos.

Enfatizo o agradecimento aos meus amigos do curso de Arquitetura e Urbanismo, principalmente ao meu **GE**, que se tornou praticamente família pela convivência intensa, pela companhia que tornou mais leves e divertidos até os momentos mais desafiadores do curso, em todas as incansáveis noites viradas fazendo trabalhos. Obrigada por todo o apoio dado, estresses e risadas compartilhadas desde o primeiro até o último dia dessa graduação. **Carol, Hellena, Rafa, Willy, Vini, Junior** e **Luis Eduardo**, sem vocês essa jornada não seria a mesma.

À minha orientadora **Renata Caldas**, que chegou no meio do caminho e me acolheu sem pensar duas vezes, sendo fundamental na realização deste trabalho, obrigada pelo incentivo, conhecimento partilhado, puxões de orelha e por todo o apoio. À minha co-orientadora, **Livia Nóbrega**, por ter me guiado no início do trabalho, pelas referências, recomendações e por ter continuado perto, mesmo que de longe. Agradeço também aos professores que tive durante a minha jornada, desde o maternal até a graduação, por todos os aprendizados acadêmicos e também de vida, sendo primordial na formação de quem sou hoje.

À **Arco Consultoria**, que foi a minha primeira experiência profissional, me mostrou os diversos caminhos que a arquitetura pode seguir e que me deu amigos muito especiais que levo até hoje, principalmente Beca, Kaline e Mari que me deram suporte na realização desse trabalho. Às pessoas da **Poligonus Arquitetura**, pelos ensinamentos, pela paciência e pela amizade que tanto contribuíram para a minha formação como profissional e como pessoa.

À **Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto**, que, durante 6 meses, me acolheu e me ensinou sobre independência do outro lado do oceano, me proporcionando experiências de contato com a arquitetura do mundo e novas culturas, além de ter me dado amigos incríveis.

Às minhas amigas do **Colégio Apoio**, que sempre me incentivaram e comemoraram minhas conquistas como se fossem suas. Às minhas amigas do ensino médio, as **“quíntuplas”**, pelo apoio durante toda a jornada e compreensão por todas as ausências causadas pelo curso de Arquitetura e Urbanismo, em especial a **Raíssa**, que na reta final desse trabalho foi essencial pela companhia e incentivo.

Agradeço também às pessoas que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, pela troca e disponibilidade, em destaque **Jaciara Campos**, representando toda a **equipe do Centro de Referência Clarice Lispector**; **Camila Roque**, do **Movimento de Mulheres Olga Benário** e **Viviane Mesquita**, da **Secretaria de Habitação do Recife**.

Por fim, a todos que de alguma forma cruzaram a minha trajetória até a realização desse trabalho de conclusão de curso, meu muito obrigada.





“

Querer ser livre é também
querer livres os outros

SIMONE DE BEAUVOIR

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto central o Casarão Villa Maria da Conceição, o Imóvel Especial de Preservação número 49, e o seu terreno remanescente, inserindo-se nos estudos de projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Tem-se como ponto de partida o histórico de abandono do edifício, sua consequente degradação e a ocupação realizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, relacionando-se com a crescente problemática da violência contra a mulher existente. Assim, tem-se como objetivo principal elaborar um anteprojeto de um Centro de Apoio à mulher vítima de violência doméstica para ser implementado no IEP 49 e em seu terreno remanescente. Para tal, foram realizados o diagnóstico do objeto, uma pesquisa exploratória acerca da Lei dos IEP a relacionando com os conceitos de preservação para intervenção na preexistência e também sobre as demandas e lacunas existentes em relação à rede assistencial para mulheres vítimas de violência. Assim, esse trabalho surge como uma alternativa de intervenção projetual que propõe a reativação do imóvel através da implementação de um uso que atende à uma demanda real, evidenciando o papel da arquitetura como instrumento promotor de transformação.

PALAVRAS-CHAVE: Imóvel Especial de Preservação, Arquitetura, Violência Doméstica, Mulher.

ABSTRACT

This work has as its central object Villa Maria da Conceição Mansion, the Special Preservation Property (IEP), and its remaining land, as part of architectural, urban planning and landscaping design studies. The starting point is the history of abandonment of the building, its consequent degradation and the occupation carried out by the Olga Benário Women's Movement, relating to the growing problem of violence against women. Thus, the main objective is to prepare a preliminary project for a Support Center for women victims of domestic violence to be implemented in the property and its remaining land. To this end, the object was diagnosed, exploratory research was carried out on the IEP Law, relating it to the concepts of preservation for intervention in the pre-existence and the demands and gaps that exist in relation to the assistance network for women victims of violence. Therefore, this work appears as an alternative architectural intervention that proposes the reactivation of the property through the implementation of an use that supplies a real demand, highlighting the role of architecture as an instrument that promotes transformation.

KEY-WORDS: Special Preservation Property, Architecture, Domestic Violence, Women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1: RECORTE GEOGRÁFICO	12
IMAGEM 2: O CASARÃO	12
IMAGEM 3: MAPA LOCALIZAÇÃO.....	16
IMAGEM 4: IMAGEM 2013.....	16
IMAGEM 5: IMAGEM HISTÓRICA DO CASARÃO.....	17
IMAGEM 6: FOTO DO CASARÃO DIVULGADA EM JORNAL	18
IMAGEM 7: PAULO GUEDES PEREIRA	18
IMAGEM 8: FRONTÃO COM O NOME DO IMÓVEL “VILLA MARIA DA CONCEIÇÃO”	18
IMAGEM 9: NOTÍCIA SOBRE CASA ABANDONADA - RECIFE	19
IMAGEM 10: NOTÍCIA SOBRE CASARÃO ABANDONADO NO RECIFE	19
IMAGEM 11: NOTÍCIA SOBRE OCUPAÇÃO FEMININA EM CASARÃO ABANDONADO	20
IMAGEM 12: MULHERES EM MANIFESTAÇÃO EM FRENTE AO CASARÃO	20
IMAGEM 13: MULHERES DO MOVIMENTO OLGA BENÁRIO EM MANIFESTAÇÃO	21
IMAGEM 14: POLÍCIA MILITAR REALIZANDO A REINTEGRAÇÃO DE POSSE DO CASARÃO	22
IMAGEM 15: NOTÍCIA SOBRE DISPUTA DE POSSE PELO CASARÃO	22
IMAGEM 16: NOTÍCIA SOBRE DISPUTA DE POSSE PELO CASARÃO	22
IMAGEM 17: NOTÍCIA SOBRE DISPUTA DE POSSE PELO CASARÃO	22
IMAGEM 18: NOTÍCIA SOBRE DISPUTA DE POSSE PELO CASARÃO	22
IMAGEM 19: VISTA SUPERIOR DA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL VIA SATÉLITE	23
IMAGEM 20: FACHADA FRONTAL (OESTE)	23
IMAGEM 21: FRONTÃO LOCALIZADO NA FACHADA FRONTAL (OESTE)	24
IMAGEM 22: FACHADA LATERAL (NORTE)	24
IMAGEM 23: JANELA EM ARCO ABATIDO DA FACHADA PRINCIPAL (OESTE)	25
IMAGEM 24: ABERTURAS EM MADEIRA E VIDRO NA FACHADA LATERAL (SUL)	25
IMAGEM 25: ABERTURAS EM MADEIRA E VIDRO NA FACHADA POSTERIOR (LESTE)	25
IMAGEM 26: PISO EM LADRILHO HIDRÁULICO	25
IMAGEM 27: PISO EM MADEIRA	26
IMAGEM 28: PLANTA BAIXA E CORTES DO IEP 49	26
IMAGEM 29: PLANTA BAIXA DO TÉRREO DO CASARÃO E EDÍCULA	26
IMAGEM 30: EDÍCULA	26
IMAGEM 31: SALAS DO PAVIMENTO TÉRREO DO IMÓVEL	27
IMAGEM 32: ESCADA HELICOIDAL EM MADEIRA	27
IMAGEM 33: PLANTA BAIXA PRIMEIRO PAVIMENTO	27
IMAGEM 34: SALA PRINCIPAL DO PRIMEIRO PAVIMENTO	27
IMAGEM 35: DETALHE DA BANHEIRA	28
IMAGEM 36: PROLIFERAÇÃO DO MOFO NAS FACHADAS	29
IMAGEM 37: DESABAMENTO DO FORRO	30
IMAGEM 38: APARECIMENTO DE FERRUGEM E INFILTRAÇÕES NO FORRO	30
IMAGEM 39: DESGASTE DO PISO EM MADEIRA - TÉRREO	30
IMAGEM 40: ELEMENTO ESPÚRIO NA FACHADA POSTERIOR (LESTE)	30
IMAGEM 41: DEGRADAÇÃO DA ESQUADRIA EM MADEIRA E VEDADA COM VENEZIANAS E VIDRO	31
IMAGEM 42: DESCASCAMENTO DE PINTURA, PROLIFERAÇÃO DE MOFO E LIXO NO INTERIOR DO IMÓVEL	31
IMAGEM 43: DETALHE DO FORRO EM LAMBRI E PINTURA DECORATIVA EM ESTADO DE DEGRADAÇÃO	31

IMAGEM 44: AVANÇO DA VEGETAÇÃO	31
IMAGEM 45: AVANÇO DA VEGETAÇÃO	32
IMAGEM 46: O EDIFÍCIO COSTA AZEVEDO	41
IMAGEM 47: RESIDÊNCIA COSTA AZEVEDO, MANSÃO DO TENENTE DA USINA CATENDE, EM DIA DE FESTA EM SETEMBRO DE 1948	42
IMAGEM 48: RESIDÊNCIA C. AZEVEDO NOS DIAS ATUAIS	42
IMAGEM 49: PLANTA BAIXA DO EDIFÍCIO C. AZEVEDO	42
IMAGEM 50: FACHADA DO EDIFÍCIO COSTA AZEVEDO	43
IMAGEM 51: RELAÇÃO ENTRE FAIXA ETÁRIA DA VÍTIMA E GRAU DE PARENTES COM COM POSSÍVEL AGRESSOR	48
IMAGEM 52: RAZÕES PELAS QUAIS AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NÃO PROCURARAM A POLÍCIA APÓS A ÚLTIMA AGRESSÃO SOFRIDA	48
IMAGEM 53: ESQUEMA DAS FASES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, DE ACORDO COM A TEORIA DE LEONORA WALKER	50
IMAGEM 54: EIXOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	53
IMAGEM 55: REDE DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO RECIFE COM RAIOS DE INFLUÊNCIA.....	54
IMAGEM 56: CENTRO DE REFERÊNCIA CLARICE LISPECTOR	55
IMAGEM 57: CENTRO DE REFER. CLARICE LISPECTOR	55
IMAGEM 58: SALAS DE ASSISTÊNCIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA CLARICE LISPECTOR	56
IMAGEM 59: SALA DA GERÊNCIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA CLARICE LISPECTOR	56
IMAGEM 60: MAPA NOLLI (CHEIOS E VAZIOS)	61
IMAGEM 61: MAPA DE GABARITOS.....	62
IMAGEM 62: MAPA DE USOS.....	63
IMAGEM 63: MAPA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA E FLUXOS.....	64
IMAGEM 64: SIMULAÇÃO CONSTRUTIVA.....	65
IMAGEM 65: MAPA SÍNTESE.....	66
IMAGEM 66: MAPA ESQUEMÁTICO ENTORNO IMEDIATO.....	68
IMAGEM 67: VISÃO DE SATÉLITE DE 2022 COM EDIFICAÇÕES DOS LOTES “A”, “B” E “C” DEMOLIDAS, CONSTRUÇÃO DE TORRE NO LOTE “D” E AVANÇO DA VEGETAÇÃO NO LOTE DO IEP 49.....	69
IMAGEM 68: VISÃO DE SATÉLITE DE 2013 COM EDIFICAÇÕES DOS LOTES “A”, “B” E “C” AINDA PRESENTES, ESTACIONAMENTO NO LOTE “D” E INÍCIO DO AVANÇO DA VEGETAÇÃO NO TERRENO DO IEP 49.....	69
IMAGEM 69: LOTE “A” EM 2012 COM EDIFICAÇÃO ANTES DE SER DEMOLIDA.....	70
IMAGEM 70: LOTE “A” EM 2022 APÓS DEMOLIÇÃO DA EDIFICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO.....	70
IMAGEM 71: LOTE “D” COM ESTACIONAMENTO EXISTENTE ANTERIOR À CONSTRUÇÃO DA TORRE EMPRESARIAL.....	71
IMAGEM 72: LOTE “D” COM TORRE EMPRESARIAL CONSTRUÍDA.....	71
IMAGEM 73: LOTES “B” E “C” COM EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS TÉRREAS ANTES DA DEMOLIÇÃO.....	71
IMAGEM 74: LOTES “B” E “C” APÓS DEMOLIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE NOVA TORRE EMPRESARIAL.....	71
IMAGENS 75 E 76: ABRIGO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	73
IMAGEM 77: PLANTA BAIXA.....	73
IMAGENS 78 E 79: IMAGENS PÁTIO INTERNO.....	74
IMAGEM 80: CASA DA MULHER BRASILEIRA.....	75
IMAGEM 81: ZONEAMENTO ESQUEMÁTICO.....	75
IMAGEM 82: FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO.....	76

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 83: MUSEU RODIN.....	76
IMAGEM 84: PLANTA BAIXA MUSEU RODIN.....	77
IMAGEM 85: IMAGEM NOTURNA.....	77
IMAGEM 86: INTERVENÇÃO NA FACHADA PRÉEXISTENTE.....	78
IMAGEM 87: FACHADAS MUSEU RODIN.....	78
IMAGENS 88 E 89: IMAGENS MUSEU RODIN.....	79
IMAGEM 90: DIRETRIZES.....	80
IMAGEM 91: MAPA CONCEITUAL TRAVESSIA DA CURA.....	82
IMAGEM 92: EVOLUÇÃO DA FORMA.....	83
IMAGEM 93: ESQUEMA ZONEAMENTO.....	84
IMAGEM 94: COMPOSIÇÃO.....	85
IMAGEM 95: FACHADAS NORTE E SUL.....	86
IMAGEM 96: PROGRAMA.....	87
IMAGEM 97: AGENCIAMENTO E PALETA VEGETAL.....	89
IMAGEM 98: PALETA VEGETAL.....	90
IMAGEM 99: PRAÇA DE CHEGADA.....	91
IMAGEM 100: RÉS DO CHÃO.....	92
IMAGEM 101: BLOCO ACOLHER.....	93
IMAGEM 102: BLOCO ACOLHER TÉRREO.....	94
IMAGEM 103: CORREDOR DE SERVIÇO.....	95
IMAGEM 104: DETALHE COBOGÓ.....	96
IMAGEM 105: BLOCO ACOLHER PRIMEIRO PAVIMENTO.....	97
IMAGEM 106: ALCOVA.....	98
IMAGEM 107: CORREDOR DE SERVIÇO.....	98
IMAGEM 108: BLOCO ACOLHER SEGUNDO PAVIMENTO.....	99
IMAGEM 109 E 110: VARANDAS.....	100
IMAGENS 111, 112 E 113: TIPOLOGIAS ABRIGOS.....	101
IMAGEM 114: ENTRADA BLOCO ACOLHER.....	103
IMAGEM 115: ESTRUTURA EXPLODIDA BLOCO ACOLHER.....	104
IMAGEM 116: BLOCO CUIDAR.....	105
IMAGEM 117: PLANTA BAIXA BLOCO CUIDAR TÉRREO.....	106
IMAGENS 118, 119 E 120: IMAGENS BLOCO CUIDAR.....	107
IMAGEM 121: COBOGÓ BLOCO CUIDAR.....	108
IMAGEM 122: COBOGÓ BLOCO CUIDAR.....	109
IMAGEM 123: PLANTA BAIXA BLOCO CUIDAR PRIMEIRO PAVIMENTO.....	110
IMAGENS 124, 125 E 126: IMAGENS BLOCO CUIDAR PRIMEIRO PAVIMENTO.....	111
IMAGEM 127: PLANTA BAIXA BLOCO CUIDAR SEGUNDO PAVIMENTO.....	112
IMAGENS 128 E 129: ESQUEMAS SALAS FLEXÍVEIS.....	113
IMAGEM 130: BLOCO CUIDAR SEGUNDO PAVIMENTO.....	114
IMAGEM 131: PASSARELA.....	115
IMAGEM 132: BLOCO CUIDAR.....	116
IMAGEM 133: ESQUEMA ESTRUTURA EXPLODIDA BLOCO CUIDAR.....	117
IMAGEM 134: BLOCO CUIDAR.....	118
IMAGEM 135: BLOCO SOCIALIZAR.....	119
IMAGEM 136: PLANTA BAIXA BLOCO SOCIALIZAR TÉRREO.....	120
IMAGENS 137, 138, 139 E 140: ACESSOS BLOCO SOCIALZAR.....	121

IMAGENS 141, 142 E 143: ACESSOS BLOCO SOCIALIZAR.....	122
IMAGEM 144: PLANTA BAIXA BLOCO SOCIALIZAR PRIMEIRO PAVIMENTO.....	123
IMAGENS 145, 146 E 147: PASSARELA E EDÍCULA BLOCO SOCIALIZAR.....	124
IMAGEM 148: ACESSO PRINCIPAL BLOCO SOCIALIZAR.....	125
IMAGEM 149: CORTE GERAL AA.....	126
IMAGEM 150: VISÃO DE PÁSSARO.....	128

LISTA DE SIGLAS

IEP: IMÓVEL ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO

ESIG: INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DO RECIFE

FUNDAJ: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

CONDEPE/FIDEM: AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO

DIRCON: DIRETORIA EXECUTIVA DE CONTROLE URBANO DO RECIFE

DPPC: DIRETORIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNICO CULTURAL

LUOS: LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

RPA: REGIÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA

MPPE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

IAHGP: INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO

SPHAN: SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DPHAN: DISTRITO REGIONAL DA DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL

IPHAN: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

ZEPH: ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA

CDU: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

DPSH/URB: DEPARTAMENTO DE PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS

ONU: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

SDS: SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

VDF: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA FAMILIAR

TJPE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

COMPAZ: CENTRO COMUNITÁRIO DA PAZ

IPEA: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

PURA: PLANO DE URBANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO PROJETO PARQUE CAPIBARIBE

ZAC: ZONA DE AMBIENTE CONSTRUÍDO

ARU: ÁREA DE REESTRUTURAÇÃO URBANA (ARU),

SRU: SETOR DE REESTRUTURAÇÃO URBANA

IPTU: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1

CAPÍTULO 1

O OBJETO.....12

1.1 Memórias Villa maria da conceição.....12

1.1.1 Contexto e construção.....16

1.1.2 Maria da Conceição Guedes Pereira.....19

1.1.3 Abandono e apropriação.....19

1.2 Diagnóstico do imóvel e seu terreno remanescente.....23

2

CAPÍTULO 2

CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA: A QUESTÃO DOS IEPS.....34

2.1 As mudanças na cidade.....34

2.2 Antecedentes da criação da lei dos IEPs.....36

2.3 A lei dos IEPs e suas condições.....39

2.4 A descaracterização dos IEP no Recife: um exemplo prático.....41

3

CAPÍTULO 3

CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....45

3.1 Relação mulher-cidade.....45

3.2 A violência doméstica contra a mulher.....47

3.3 Lei Maria da Penha.....49

3.4 Enfrentamento à violência contra as mulheres..51

3.5 Rede de atendimento no Recife.....54

3.5.1 Centro de Referência Clarice Lispector.....55

4

CAPÍTULO 4

O PROJETO.....59

4.1 condicionantes.....59

4.2 Análise de Referências.....72

4.3 Projeto.....80

4.3.1. Diretrizes.....80

4.3.2. Conceito.....82

4.3.3. Partido e Implantação.....83

4.3.4. Volumetria e Materialidade.....84

4.3.5. Programa.....87

4.3.6. Fluxos.....88

4.3.7. Agenciamento e Paleta Vegetal.....89

4.3.8. Rés do Chão.....92

4.3.9. Bloco Acolher.....93

4.3.10. Bloco Cuidar.....105

4.3.11. Bloco Socializar.....119

CONSIDERAÇÕES FINAIS

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere no campo de Projeto de Arquitetura e Urbanismo, visando a criação de uma proposta de intervenção no terreno remanescente e no Casarão Villa Maria da Conceição, Imóvel Especial de Preservação (IEP), localizado no bairro das Graças, Recife, Pernambuco, para abrigar um Centro de Apoio à mulher vítima de violência doméstica.

A visibilidade inicial dada pela mídia ao imóvel foi a partir do seu histórico, no qual a antiga proprietária da casa era vítima de maus tratos e faleceu sem deixar herdeiros, sendo assim transferida a posse do imóvel à Prefeitura da Cidade do Recife. Ainda dentro do contexto de descaso no qual o casarão está inserido, foi intensificada a visibilidade midiática quando, em 2022, ocorreu no edifício uma ocupação promovida pelo Movimento de Mulheres Olga Benário. Este implementou um Centro de Apoio à mulher vítima de violência no local e funcionou entre março e julho de 2022, quando foi realizada a reintegração de posse pela Polícia Militar. O casarão continua abandonado até a data de escrita deste trabalho.

Dessa forma, o caminho escolhido a ser seguido para essa pesquisa possui um fio condutor duplo: traz uma reflexão sobre o estado de abandono e degradação que o casarão, objeto central deste trabalho, se encontra; e outra reflexão acerca da problemática da violência doméstica contra a mulher, crescente na cidade do Recife, e a insuficiente quantidade de Centros de Apoio existentes. A partir dessas análises, assim, propõe-se, através do projeto, a implementação de um Centro de Apoio à mulher vítima de violência doméstica no IEP 49 e seu terreno remanescente.



Como primeiro fio condutor deste trabalho, tem-se que o imóvel em questão é um Imóvel Especial de Preservação (IEP), de acordo com a Lei dos IEP (nº 16.824/97). A referida lei determina a conservação desses Imóveis (Recife [PE], 1997). Entretanto, existem contradições presentes entre a teoria e a prática dessa Lei: a realidade na cidade do Recife é, portanto, a ocorrência de intervenções descontextualizadas em escala e forma nos terrenos remanescentes dos IEP, uma vez que estes foram definidos como imóveis isolados de sua ambiência (Pereira, Amorim, 2008). Assim, o trabalho busca propor uma intervenção que respeite as características originais do imóvel, seguindo as recomendações e aos conceitos gerais da teoria da conservação e do restauro (Cury, 2000), evitando a sua descaracterização e lhe conferindo um uso que seja útil à população.

Como segundo fio condutor, temos a questão da ocupação já realizada no imóvel, de um Centro de Referência para a mulher vítima de violência doméstica, que abriu um pressuposto para a visibilidade de uma problemática real existente em Recife: foram 9.995 casos registrados de violência doméstica no Recife no ano de 2023. Além disso, existem apenas dois Centros de Referência geridos pelo poder público que são exclusivos e especializados para o atendimento à mulher vítima, sendo apenas um deles com funcionamento de 24h/dia (Secretaria da Mulher de Pernambuco, 2024).

Assim, o trabalho justifica-se por atender a demandas reais existentes e, dito isso, tem-se como **objetivo geral** do trabalho **Elaborar projeto arquitetônico a nível de anteprojeto para intervenção no Casarão Villa Maria da Conceição e seu terreno remanescente com a implementação de um centro**

de apoio à mulher vítima de violência doméstica.

Como objetivos específicos, têm-se: 1) **Contextualizar** a respeito das questões relacionadas à preservação do patrimônio construído com foco na problemática da descaracterização e abandono dos IEPs no Recife e analisar a questão da violência doméstica contra a mulher, com foco nos Centros de Apoio como instrumento de enfrentamento dessa problemática. 2) **Investigar** os condicionantes históricos, culturais e socioeconômicos do entorno do objeto de estudo, compreendendo sua dinâmica existente, potencialidades e demandas; e 3) **Desenvolver** e conduzir a elaboração da proposta no que diz respeito às soluções projetuais, programa, técnicas construtivas e uso de materiais a partir de análises de casos.

Para tanto, para atingir tais objetivos e para a elaboração da proposta a nível de anteprojeto, a **metodologia** de elaboração do trabalho se dividiu em 3 etapas: 1) **Estudo**: revisão bibliográfica a partir de leituras exploratórias de embasamento teórico com aprofundamento nos temas de relevância para o trabalho; 2) **Compreensão e Análise**: consistiu no levantamento, tanto em base de dados, como o ESIG, quanto em órgãos como FUNDAJ, CONDEPE/FIDEM, DIRCON, DPPC, Museu da Cidade do Recife e Hemeroteca Digital. Além disso, foi realizado o levantamento de dados socioeconômicos do recorte geográfico através do IBGE, ESIG e Prefeitura do Recife; análise da legislação vigente e condicionantes da área através de consulta ao Plano Diretor, LUOS e Lei dos IEP da cidade do Recife e o levantamento de dados em documentos elaborados pela Secretaria da Mulher de Pernambuco e pelo Ministério da Mulher do Governo Federal.

Por fim, foram realizadas visitas de campo à área projetual e a centros de apoio à mulher vítima de violência, a fim de compreender as demandas existentes; e 3) Desenvolvimento: para o desenvolvimento da proposta, foram realizadas análises de casos correlatos, tanto em questão de intervenção na preexistência, quanto na questão programática e de forma. Assim, foram elaboradas as diretrizes projetuais, o partido arquitetônico, o dimensionamento e programa, estabelecimento de fluxos e zoneamento para assim chegar, por fim, à elaboração projetual de fato, com plantas, cortes, elevações, volumetrias, estrutura e materiais.

Por fim, com base nas etapas de realização do trabalho, este foi dividido da seguinte forma: No **primeiro capítulo** foi trazida toda a contextualização acerca do objeto de estudo, o Casarão Villa Maria da Conceição, o IEP 49, e seu terreno remanescente. Com base no levantamento histórico do edifício, é trazida à tona a conjuntura do período em que foi construído, a memória do casarão, a partir da elaboração de uma linha do tempo do mesmo, sendo feito um diagnóstico de suas características e da situação atual em que se encontra.

No **segundo capítulo** é realizada a conceituação temática da Lei dos Imóveis Especiais de Proteção, contextualizando desde os antecedentes de mudanças da conjuntura das cidades, com foco no Recife, e das necessidades nascidas que levaram à criação da Lei. A partir disso é realizada uma análise crítica sobre a Lei e suas contradições na prática, fazendo um paralelo com o que dizem as Cartas Internacionais, trazendo análises de caso de intervenções realizadas em terrenos remanescentes de IEPs que se assemelham ao objeto central do trabalho, de forma a guiar a construção de uma proposta

projetual coerente com os princípios da conservação e do restauro.

No **terceiro capítulo** é realizada a conceituação temática da violência contra a mulher, abordando desde questões como a relação entre a mulher e a cidade, chegando na violência doméstica contra a mulher, trazendo foco para os dados de casos na cidade do Recife. Por fim, é realizado um levantamento da rede de atendimento para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher: os Centros de Referência no Recife, a fim de identificar as demandas existentes para conduzir a proposta projetual.

Por fim, no **quarto capítulo**, apresenta-se o projeto, onde são analisados primeiro os condicionantes do entorno e, assim, é realizada uma simulação da possibilidade de modificação que o terreno remanescente do casarão pode sofrer de acordo com a legislação vigente. A seguir, são feitas análises de referências projetuais de casos correlatos com o projeto, de forma a guiar a proposta para elaboração de diretrizes, partido, programa, formas, materiais, onde é demonstrado desde o processo de concepção, até a parte técnica de plantas, cortes, fachadas e volume. A partir disso, nas considerações finais é realizada uma reflexão sobre a contribuição do trabalho e os resultados obtidos.

1

CAPÍTULO 1

0 OBJETO

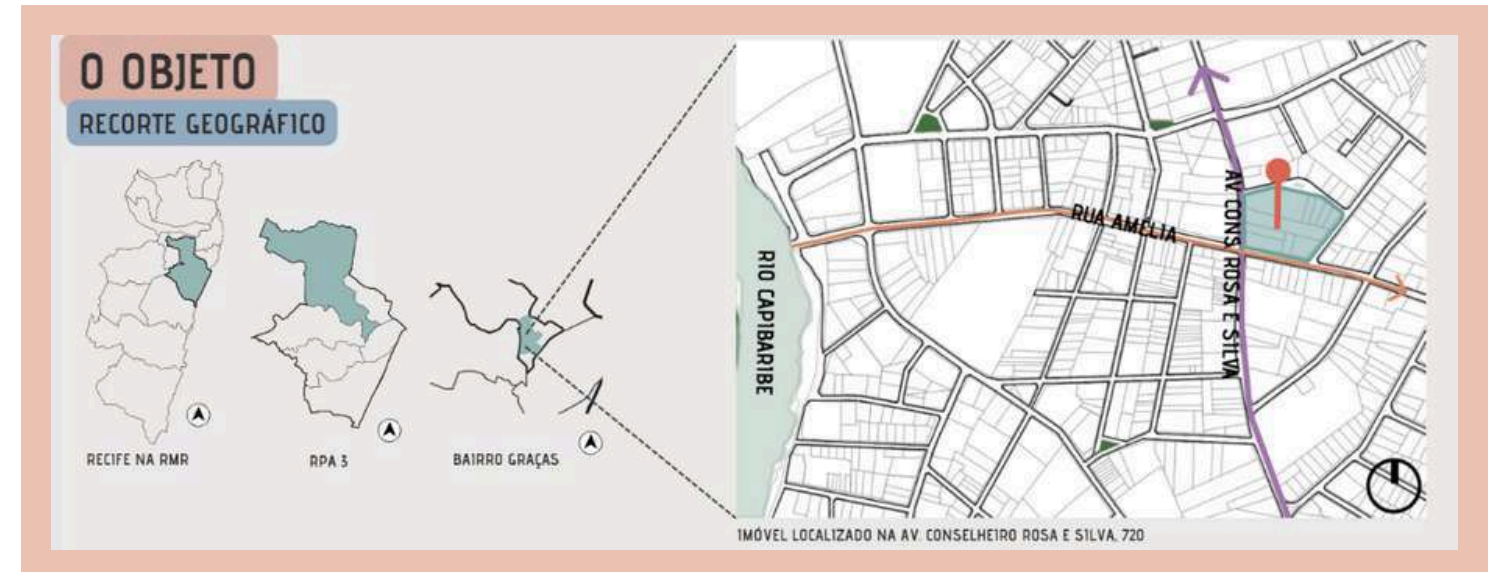


1. O OBJETO

O objeto de estudo e intervenção desse trabalho é o IEP 49 e seu terreno remanescente: o Casarão Villa Maria da Conceição. Mais especificamente, este está localizado na cidade do Recife, na RPA 3, no bairro das Graças, Avenida Conselheiro Rosa e Silva, número 720. Assim, neste capítulo é realizado um aprofundamento sobre o objeto, elencando a sua inserção no processo de formação da cidade do Recife e o contexto de construção, uma linha do tempo do seu passado e presente, além do diagnóstico do seu estado atual.

1.1 MEMÓRIAS VILLA MARIA DA CONCEIÇÃO

Imagem 1: Recorte geográfico



Fonte: Autoral, 2024

Imagem 2: Imagem do casarão



Fonte: DPPC, 2013.

MEMÓRIAS - VILLA MARIA DA CONCEIÇÃO

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE E OCUPAÇÃO DA VÁRZEA DO RIO CAPIBARIBE



SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XIX

PREOCUPAÇÕES COM SALUBRIDADE NA CIDADE E INÍCIO DAS REFORMAS SANITARISTAS DE SATURNINO DE BRITO



1910-1917



Fonte: Family Search, acesso em 2023.
Adaptado pela autora.

CONSTRUÇÃO DO CASARÃO VILLA MARIA DA CONCEIÇÃO (IEP 29) DA FAMÍLIA DE PAULO GUEDES PEREIRA



1924

CONSTRUÇÕES DE EDIFICAÇÕES SOLTAS NO LOTE: DISSEMINAÇÃO DE CONSTRUÇÕES ECLÉTICAS NO RECIFE.



1997

CASARÃO FOI CLASSIFICADO COMO UM IMÓVEL ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO (LEI nº 16.284/1997)



MARIA DA CONCEIÇÃO GUEDES PEREIRA SOFRE MAUS TRATOS POR PARTE DOS SEUS CUIDADORES | MPPE ASSUME MONITORAMENTOS



2008



MEMÓRIAS - VILLA MARIA DA CONCEIÇÃO

FALECIMENTO DE MARIA DA CONCEIÇÃO GUEDES PEREIRA, SEM DEIXAR HERDEIROS.

ELABORAÇÃO DA FICHA DE DANOS PELA DPPC | CLASSIFICAÇÃO
CONSERVAÇÃO: PRECÁRIO
PRESERVAÇÃO: ORIGINAL

INÍCIO DE TRAMITAÇÃO JUDICIAL DE DOAÇÃO DO IMÓVEL PARA A PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE



PREFEITURA DO RECIFE SE TORNA OFICIALMENTE PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL

ABANDONO

A large blue starburst graphic is positioned to the right of the word 'ABANDONO'.



2021

PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM CENTRO-DIA PARA IDOSOS NO IMÓVEL



Fonte: Colagem por Livia Moura Matos, 2024.

MEMÓRIAS - VILLA MARIA DA CONCEIÇÃO

OCUPAÇÃO DO IMÓVEL ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM CENTRO DE APOIO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PELO MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO

FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA



8 DE MARÇO DE
2022



Fonte: Reprodução. Movimento de Mulheres Olga Benário, 2022.

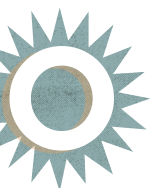
REINTEGRAÇÃO DE POSSE DO
IMÓVEL PELA POLÍCIA MILITAR



21 DE JUNHO DE
2022



ABANDONO



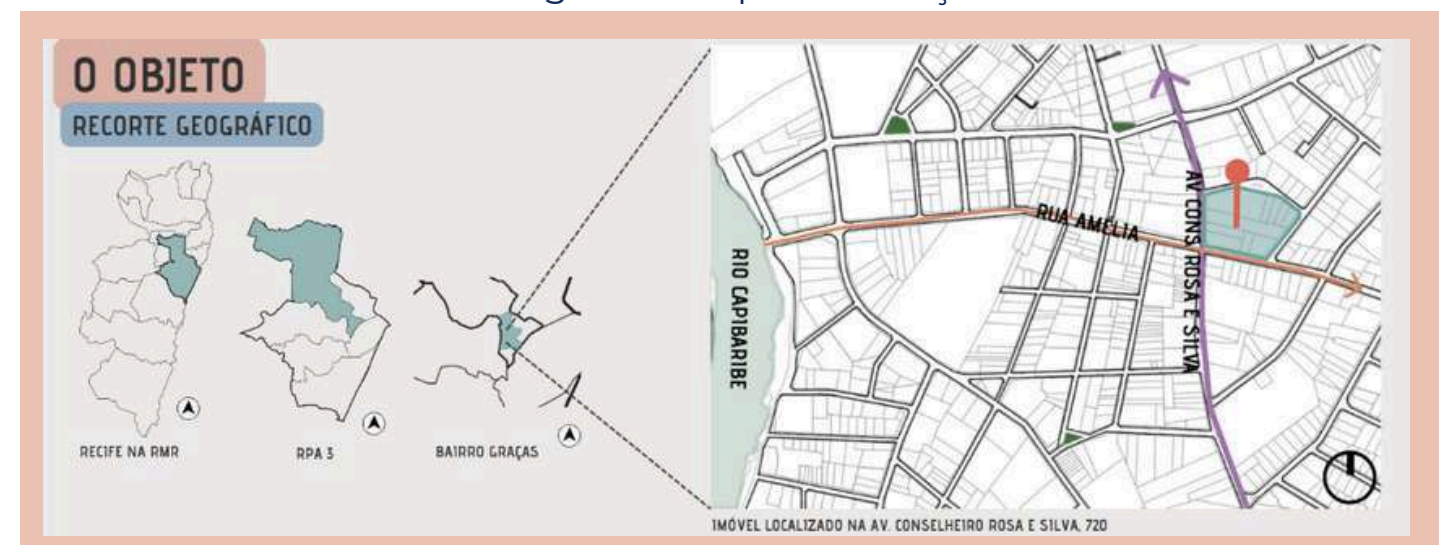
1.1.1 CONTEXTO E CONSTRUÇÃO

O Recife, a partir da segunda metade do século XIX, já podia ser considerada uma cidade moderna a partir das reformas e transformações ocorridas. Com influência da Revolução Industrial na Europa e todos os adventos tecnológicos trazidos por ela, a produção e exportação açucareira, as transformações sociais e econômicas na cidade fizeram com que fosse “necessário o abandono dos velhos métodos artesanais da produção de açúcar em função das inovações tecnológicas” (Burger, 2008, p. 122).

Segundo Burger (2008), o famigerado crescimento econômico também gerou um crescimento populacional na cidade do Recife, criando a necessidade da construção de mais moradias. Assim, sabendo-se que a cidade foi construída ao longo dos cursos d’água, principalmente do Rio Capibaribe, que, segundo Trigueiro (1989, p. 114), no seu ritmo de ocupação inicial, a várzea do Rio Capibaribe foi o locus principal da expansão urbana no momento das transformações durante e após a Revolução Industrial, como podemos observar no mapa de 1876, sendo considerada uma área de alto interesse e voltada para a parcela da população com maior poder aquisitivo, pertencendo às famílias mais tradicionais e ricas do local.

Segundo Cantarelli (2020, p. 103), a ocupação da antiga Estrada dos Aflitos, atual Avenida Conselheiro Rosa e Silva, localizada na várzea do Rio Capibaribe, foi iniciada a partir da construção da capela Nossa Senhora dos Aflitos, em 1762. Tal ocupação foi intensificada a partir da segunda metade do século XX, como podemos ver no mapa de Sir Douglas Fox de 1906, sendo, portanto, uma via que possui um acervo arquitetônico importante para a história da cidade, principalmente da arquitetura eclética na primeira metade do século XX.

Imagem 3: Mapa localização.



Fonte:

Imagem 4: Foto 2013.



Fonte: DPPC, 2013.

Ainda dentro desse contexto de transformações e expansão desenfreada da cidade do Recife, surgiram as preocupações com questões de salubridade nessa urbanização, uma vez que, segundo Moreira (1999, p. 143), a cidade apresentava péssimas condições de higiene e saneamento em 1909. Assim, o engenheiro sanitário Saturnino de Brito foi contratado pelo governador do Recife da época, entre 1910 e 1917, para elaborar um Plano de Saneamento para a cidade (Burger, 2008, p. 125).

Dessa forma, foi realizado o saneamento de toda a malha urbana do Recife e, além da construção da rede coletora de esgoto e drenagem, foram vinculados “higiene, circulação e embelezamento urbano com os elementos da paisagem [...] e da arquitetura salubre” (Burger, 2008, p. 134). Por consequência, foram instituídas regras para a construção de novas residências na cidade do Recife, as quais deveriam possuir mais aberturas e serem soltas nos lotes, de forma que a ventilação e iluminação natural nos ambientes fosse ampliada (Carvalho, 2010, p. 32 e 33 apud Lira, 2017, p. 36). A partir disso, ocorreu a disseminação das construções ecléticas na cidade do Recife e foi dentro desse contexto de mudanças que o IEP 49 foi construído.

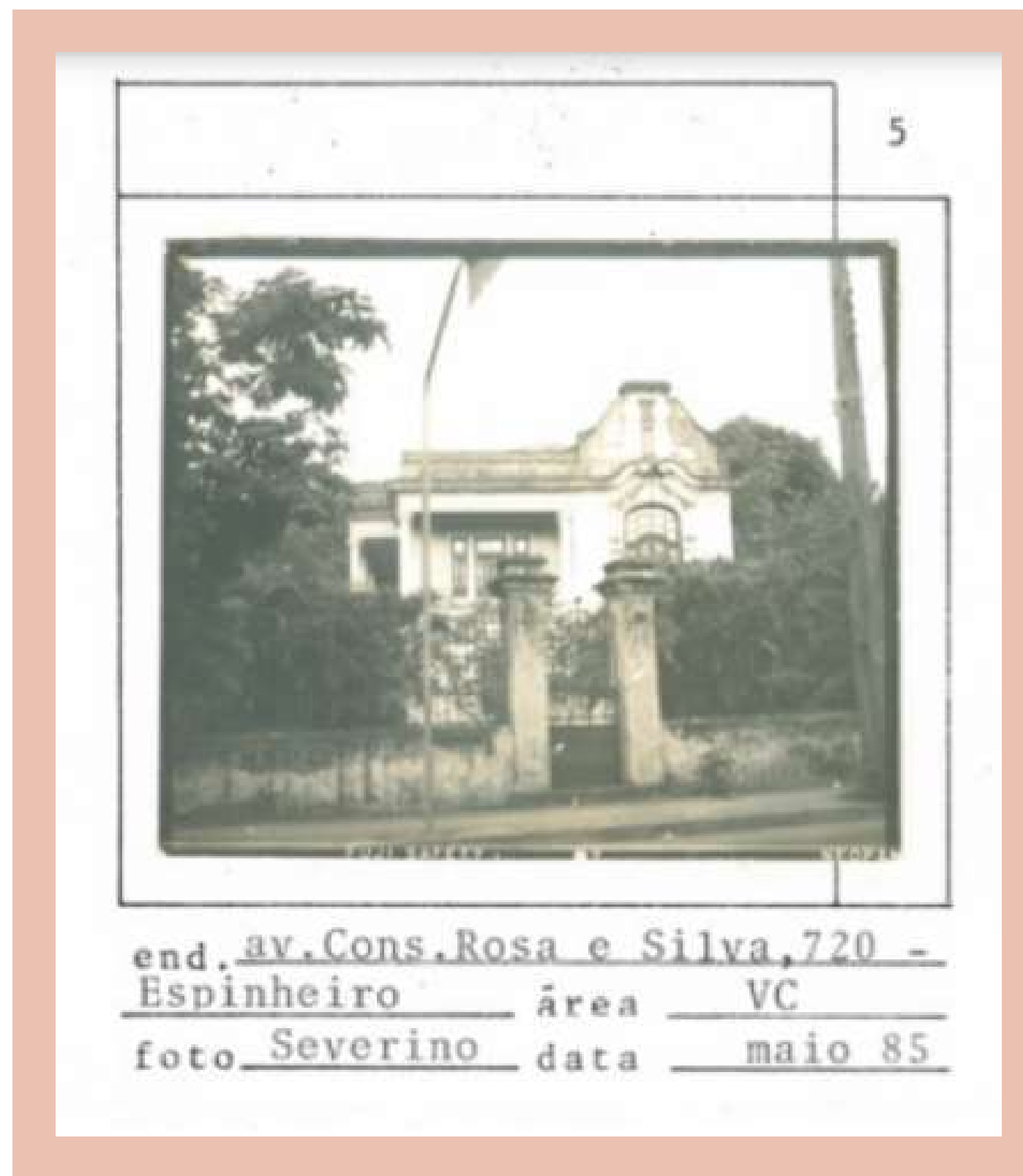
Também nesse contexto, segundo Trigueiro (1989, p. 113), a vida social dos habitantes se ampliou e se diversificou, trazendo certa visibilidade às mulheres, que antes, como citado no capítulo anterior deste trabalho, possuía vida limitada ao ambiente doméstico. Surgiram novos equipamentos de lazer e cultura na cidade, como citado por Trigueiro:



“A vida social ia deixando de ser privilégio dos homens [...] As mulheres antes aprisionadas da metade para trás e para cima das casas térreas e sobrados, ganham os salões, os terraços, os jardins [...] os parques e praças, e finalmente, as ruas” (Trigueiro, 1989, p. 119)

Segundo Reis Filho (2013) apud Lira (2017), uma das principais características dessas edificações ecléticas deste período foi a inclusão dos espaços exteriores às residências, como os jardins, valorizando as entradas e posicionando as salas e terraços direcionados para os espaços verdes; e para as famílias de maior poder aquisitivo era incluído o acesso de automóveis. Assim, essas características foram comuns nas edificações que foram

Imagem 5: Imagem histórica do Casarão



Fonte: TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. OH DE FORA! Um Estudo Sobre a Arquitetura Residencial Pré-Modernista do Recife, Enquanto Elemento Básico de Composição do Cenário Urbano. Recife, 1989, Mestrado em História UFPE-CFCH, 02 exemplares.
Orientador: Prof. Dr. José Luiz da Mota Nenezes.

erguidas após as modificações realizadas na Estrada dos Aflictos, atual Avenida Conselheiro Rosa e Silva, dentro do contexto das reformas sanitárias da cidade e, portanto estas se aplicam também ao IEP 49, objeto de estudo deste trabalho.

O casarão foi construído em 1924 por Paulo Guedes Pereira, engenheiro professor da Faculdade de Engenharia de Pernambuco, casado com Marieta Galvão Guedes Pereira e filho do Coronel José Inácio Guedes Pereira. Ele batizou o casarão em homenagem à sua única filha, Maria da Conceição Guedes Pereira: Villa Maria da Conceição (Jornal do Commercio, 2022). Ela foi a última moradora do imóvel.

Imagem 7: Paulo Guedes Pereira.



Fonte: Family Search, acesso em 2023.

Imagem 6: Foto do Casarão divulgada em jornal.



Fonte: Revista de Pernambuco, julho de 1925

Imagem 8: Frontão com o nome do imóvel “Villa Maria da Conceição”



Fonte: Acervo DPPC, 2018.

Imagem 9: Notícia sobre Casa Abandonada no Recife



Fonte: Jornal do Commercio, 2022.

Imagem 10: Notícia sobre Casarão abandonado no Recife



Fonte: Folha de Pernambuco, 2017.

1.1.2 MARIA DA CONCEIÇÃO GUEDES PEREIRA

Maria da Conceição Guedes Pereira, herdeira do antigo casarão, nasceu em 1911 e fez carreira como professora de piano do Conservatório Pernambucano de Música. Já aposentada, Maria precisou de cuidados e acompanhamentos, após se lesionar em um acidente doméstico; não tendo filhos ou família próxima, ela passou a ser vítima, da parte de seus cuidadores, de maus tratos e golpes financeiros, tendo sido auxiliada pelo Ministério Público em 2008 após denúncias realizadas por vizinhos. Maria da Conceição faleceu em 2013, aos 102 anos de idade, sem deixar herdeiros (Folha de Pernambuco, 2017).

1.1.3 ABANDONO E APROPRIAÇÃO

Por Maria da Conceição não possuir sucessores, foi iniciada em 2013, portanto, a tramitação judicial para doação do imóvel para a Cidade do Recife, segundo nota divulgada pelo MPPE. Esse processo foi encerrado apenas em Novembro de 2021, a partir da formalização da posse definitiva do município. Ao longo dos 8 anos de duração do processo, o casarão permaneceu abandonado, agravando o constante processo de degradação e o crescimento desordenado e destrutivo da vegetação no terreno.

Em 2021, a Prefeitura da Cidade do Recife se tornou oficialmente proprietária do imóvel e foi criada uma proposta pelo MPPE, com apoio do IAHGP, de implementação de um Centro Dia para Idosos, sendo um “centro de referência para pessoas idosas, com serviços sociais, arte, cultura e saúde” (Folha de Pernambuco, 2017). O projeto segue em trâmite até março de 2024, pela Secretaria de Habitação de Pernambuco, não havendo ainda divulgação de informações sobre a proposta e permanecendo, até então, abandonado o imóvel.

Imagem 11: Notícia sobre ocupação feminina em casarão abandonado



Fonte: Brasil de Fato, 2022.

Imagem 12: Mulheres em manifestação em frente ao casarão



Fonte: Reprodução. Movimento de Mulheres Olga Benário, 2022.

OCUPAÇÃO

Em 8 de março de 2022, dia internacional da mulher, o Movimento de Mulheres Olga Benário realizou a ocupação do imóvel abandonado, implementando um Centro de Referência para mulheres vítimas de violência. O espaço foi batizado como “Soledad Barrett”, militante comunista entregue pelo próprio marido e assassinada grávida em 1973, nos arredores do Recife (Diário de Pernambuco, 2022).

Essa foi a décima ocupação urbana realizada pelo movimento motivada pela urgência do combate ao problema da violência doméstica existente, uma vez que “apesar do Estado já disponibilizar ferramentas para a luta contra a violência, os números continuam crescendo, o que mostra um diagnóstico de insuficiência” (Movimento de Mulheres Olga Benário, 2022) e “propriedades abandonadas cuja única função atual limita-se a acumular dívidas, passam a ser o início de uma esperança tão sonhada pelas mulheres vítimas de violência” (Movimento de Mulheres Olga Benário, 2022).

O centro funcionou durante 4 meses no atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e foram realizadas atividades de acolhimento das mulheres, aconselhamento jurídico, psicológico e atividades de prevenção, como palestras de conscientização e realização de cursos e oficinas capazes de dar formação para gerar renda e fomentar a emancipação da mulher, de forma gratuita. Segundo o Movimento, durante esse período foram atendidas 90 mulheres e 25 crianças (Jornal A Verdade, 2022).

Imagem 13: Mulheres do Movimento Olga Benário em manifestação



Fonte: Reprodução. Movimento de Mulheres Olga Benário, 2022.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Entretanto, devido ao conflito de interesses, em 21 de junho de 2022, a Polícia Militar realizou a reintegração de posse do imóvel, pelo motivo de que, “segundo a gestão municipal, era reiterada desde o início dos diálogos a importância da desocupação do terreno para que sejam feitos os levantamentos técnicos para estruturação do projeto-executivo e posteriormente assinatura da ordem de serviço” (Jornal do Commercio online, 2022). Confirmando o argumento de que a ocupação não poderia permanecer ali para não impedir a realização do projeto do Centro-Dia para idosos.

Até então, não foram iniciadas as obras de recuperação do casarão, nem a divulgação do projeto da implementação do Centro-Dia para idosos, estando as licitações ainda em trâmite segundo a Secretaria de Habitação do Recife. Portanto, o imóvel permanece até então em estado de abandono.

Imagem 14: Polícia militar realizando a reintegração de posse do casarão



Fonte: Sidney Lucena, JC Imagem, 2022

Imagem 15: Notícia sobre disputa de posse pelo casarão



Fonte: Marco Zero Conteúdo, 2022.

Imagem 16: Notícia sobre disputa de posse pelo casarão

Comdir e MPPE se mobilizam pela reintegração de posse do Casarão da Rosa e Silva e criação de Centro de Convivência da Pessoa Idosa no local

Fonte: MPPE, 2022

Imagem 17: Notícia sobre disputa de posse pelo casarão

REINTEGRAÇÃO
Nos Aflitos, Polícia Militar recupera posse de prédio da Prefeitura do Recife; local era ponto de acolhida para mulheres vítimas de violência

Fonte: Diário de Pernambuco, 2022.

Imagem 18: Notícia sobre disputa de posse pelo casarão

CENTRO DE ACOLHIMENTO
Polícia Militar faz reintegração de posse em imóvel da prefeitura na Zona Norte do Recife

Espaço estava sendo ocupado por um grupo de mulheres e funcionava como ponto de acolhimento para vítimas de violência doméstica

Fonte: Jornal do Commercio, 2022.

1.2 DIAGNÓSTICO DO IMÓVEL E SEU TERRENO REMANESCENTE

CARACTERÍSTICAS

Imagem 19: Vista superior da localização do imóvel via satélite.



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora.

Após entendimento do histórico e contexto de construção da Villa Maria da Conceição, é realizada uma análise mais aprofundada das características do casarão e seu terreno. O imóvel é uma edificação solta num lote de 121 metros de comprimento por 20 metros de testada, cada uma voltada para uma rua, sendo uma a Rua Doutor Vicente Meira e a outra, mais próxima da casa, a Avenida Conselheiro Rosa e Silva, onde se encontra o acesso principal, uma vez que o acesso pela Rua Dr. Vicente Meira encontra-se murado funcionamento. O terreno também está enquadrado na área de vigência da Lei dos 12 Bairros (Lei nº 16.719/97) e possuindo um potencial construtivo determinado por ela.

Segundo a Ficha do Imóvel e visitas ao terreno executadas pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, DPPC, em 2013, a construção é de estilo arquitetônico eclético, de arquitetura de empilhamento ornamental. A edificação é dividida em 2 pavimentos: o porão (térreo) e o pavimento elevado (1º andar).

Imagem 20: Fachada frontal (oeste)



Fonte: Acervo DPPC, 2018.

O frontão da fachada principal, voltada para a Avenida Conselheiro Rosa e Silva, é marcado pelos dizeres “Villa Maria da Conceição”, nome dado pelo proprietário Paulo Guedes Pereira, na época da construção, homenageando a sua única filha, Maria da Conceição Guedes Pereira.

A edificação é marcada por frisos que definem o coroamento. As platibandas mascaram o telhado de 4 águas em telha canal, com estrutura de madeira. Nas laterais, as varandas são delimitadas por uma sequência de pilares com capitéis ornamentais. Destaca-se também a existência de duas escadas que dão acesso ao 1º pavimento, ambas localizadas na fachada lateral.

O sistema construtivo da edificação é de alvenaria estrutural coberta por reboco e tinta e os vãos de suas aberturas - janelas e portas - são predominantemente retas, com exceção da janela frontal, da fachada principal, que possui estrutura de arco abatido, sendo os fechamentos em madeira e vidro.

O forro da edificação é em lambri e o piso é predominantemente de ladrilho hidráulico e taco. O térreo da edificação é constituído por biblioteca, quarto de estudos, gabinete de trabalho, depósitos e áreas para serviços. Além disso, destaca-se a edícula, de construção conjunta com o casarão, onde se localizava a garagem, lavanderia e banheiro.

O primeiro pavimento se conecta com o térreo por uma escada helicoidal em madeira no interior do imóvel e era onde aconteciam as principais atividades dos moradores da casa, com sala de visitas e sala de refeições, quartos, cozinha, hall, banheiro e terraços.

Imagem 21: Frontão localizado na fachada frontal (oeste)



Fonte: Acervo DPPC, 2018.

Imagem 22: Fachada lateral (norte)



Fonte: Acervo DPPC, 2018.

Imagem 23: Janela em arco abatido da fachada principal (oeste)



Fonte: Acervo DPPC, 2018.

Imagem 25: Aberturas em madeira e vidro na fachada posterior (leste)



Fonte: Acervo DPPC, 2018.

Imagem 24: Aberturas em madeira e vidro na fachada lateral (sul)



Fonte: Acervo DPPC, 2018.

Imagem 26: Piso em ladrilho hidráulico.



Fonte: Acervo DPPC, 2018.

Imagem 27: Piso em madeira.



Fonte: Acervo DPPC, 2018.

Imagem 29: Planta baixa do térreo do casarão e edícula.

Fonte: Acervo DPPC, 1924.

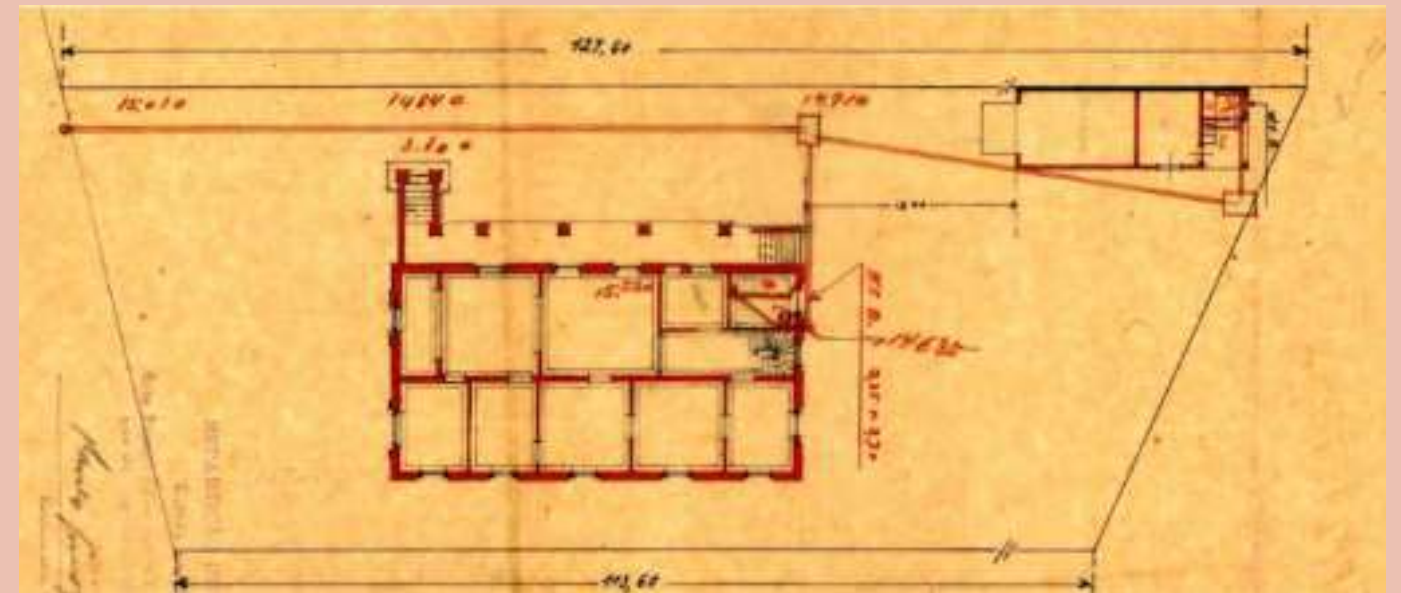
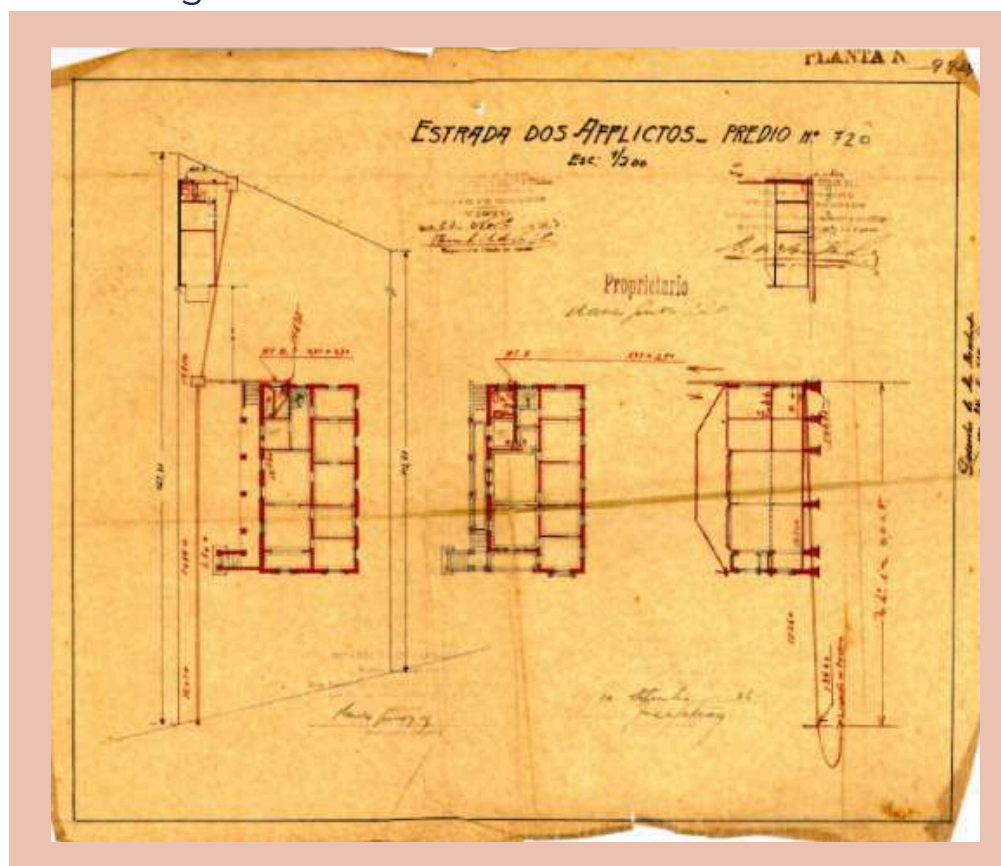


Imagem 28: Planta baixa e cortes do IEP 49.



Fonte: Acervo DPPC, 1924.

Imagem 30: Edícula.



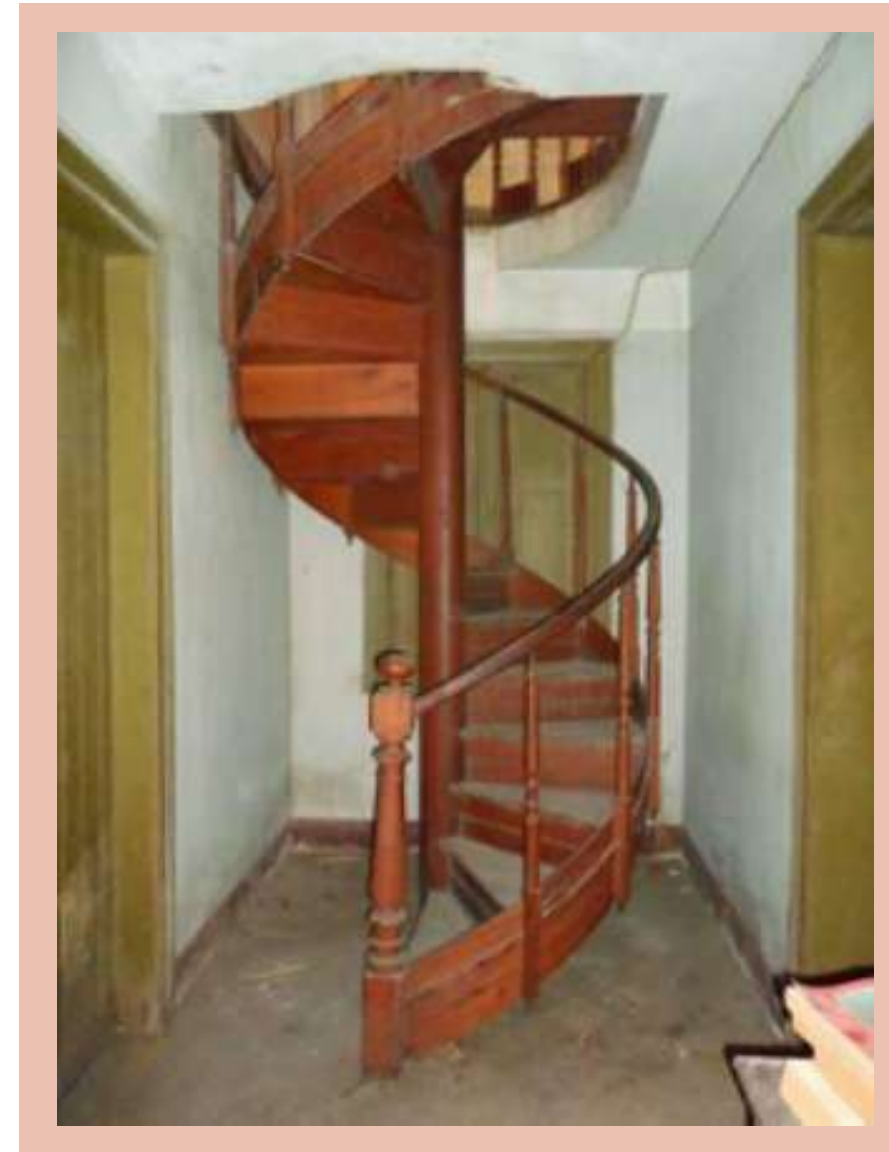
Fonte: Acervo DPPC, 2018.

Imagem 31: Salas do pavimento térreo do imóvel.



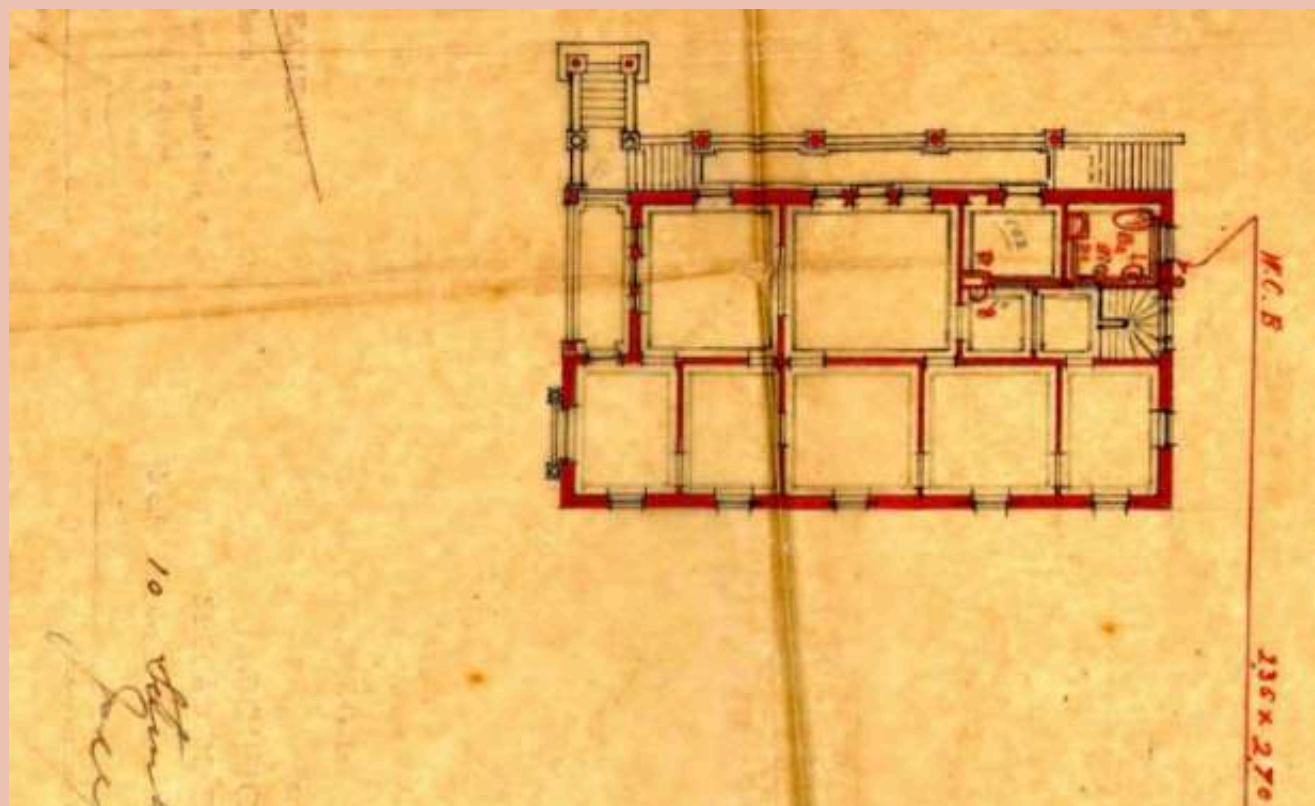
Fonte: Acervo DPPC, 2013.

Imagem 32: Escada helicoidal em madeira.



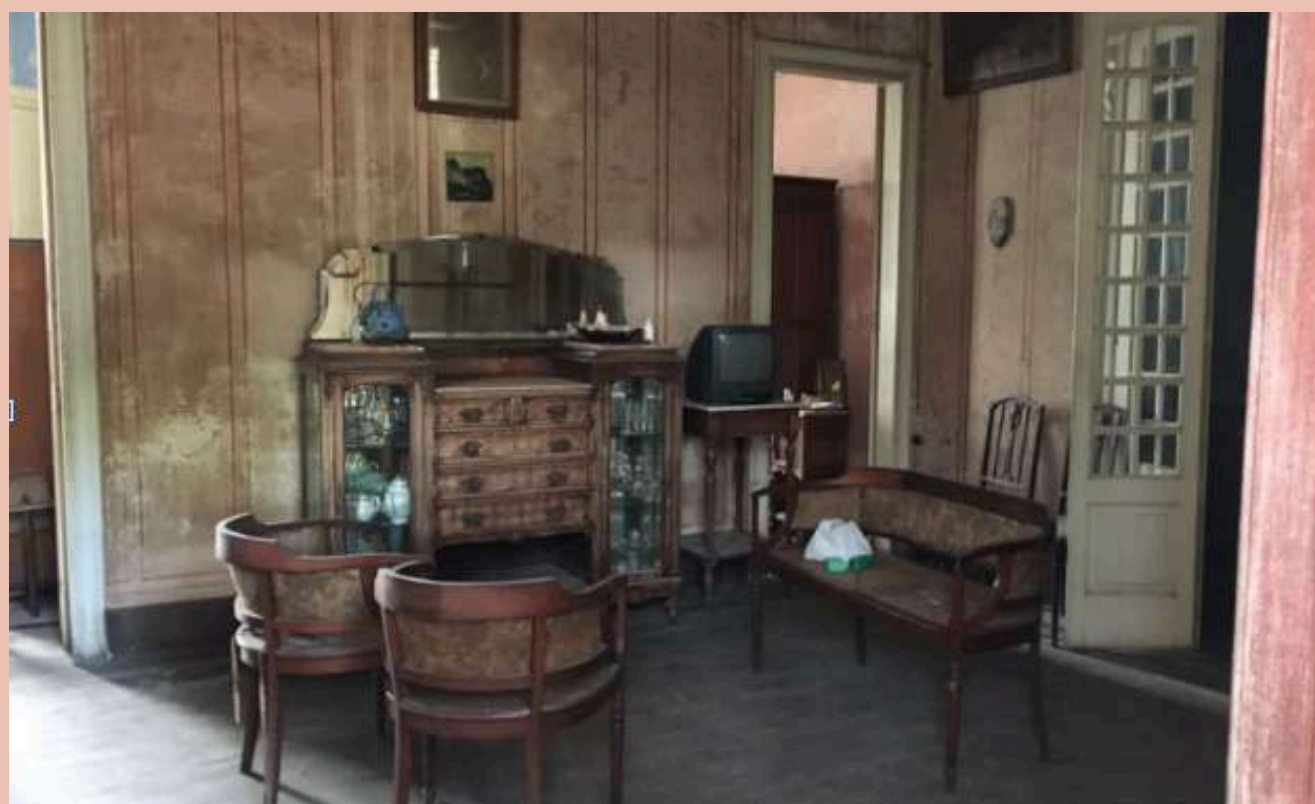
Fonte: Acervo DPPC.

Imagem 33: Planta baixa primeiro pavimento.



Fonte: Acervo DPPC, 1924.

Imagem 34: Sala principal do primeiro pavimento.



Fonte: Acervo MPPE, 2017.

Imagem 35: Detalhe da banheira.



Fonte: Acervo DPPC, 2013.

SITUAÇÃO ATUAL

Segundo visitas realizadas ao terreno e a ficha do Imóvel elaborada pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, DPPC, em 2013, o nível de preservação do imóvel está classificado como original, uma vez que não ocorreram modificações ao longo dos anos que levaram à descaracterização do imóvel. Entretanto, está também classificado com um estado geral de conservação precário, uma vez que durante todo o período de abandono não foram realizadas as manutenções necessárias.

Assim, faz-se necessário um levantamento detalhado do estado atual da edificação, sobretudo no que se refere aos danos, mas que, com base nestes dados e impressões coletadas no local, é possível destacar que, primeiramente, a proliferação do mofo em todas as fachadas do casarão e da edícula, além das paredes internas. O desabamento do forro de lambri e aparecimento de ferrugem também é uma das questões da situação atual do imóvel, devido às infiltrações presentes no telhado. Ressalta-se também o descascamento das pinturas internas e externas, desgaste dos pisos e degradação das janelas. Além disso, existem elementos espúrios na fachada, como a instalação de uma caixa d'água na fachada posterior (leste).



Imagem 36: Proliferação do mofo nas fachadas.
Fonte: Acervo DPPC, 2018.

Imagem 37: Desabamento do forro.



Fonte: Acervo DPPC, 2013.

Imagem 38: Aparecimento de ferrugem e infiltrações no forro.



Fonte: Acervo DPPC, 2013.

Imagem 39: Desgaste do piso em madeira do térreo.



Fonte: Acervo DPPC, 2013.

Imagem 40: Elemento espúrio na fachada posterior (leste)



Fonte: Acervo DPPC, 2013.

Imagem 41: Degradação da esquadria em madeira e vedada com venezianas e vidro.



Fonte: Acervo DPPC, 2013.

Imagem 42: Descascamento de pintura e proliferação de mofo e lixo no interior do imóvel.



Fonte: Acervo MPPE, 2017.

Imagem 43: Detalhe do forro em lambri e pintura decorativa em estado de degradação.



Fonte: Acervo DPPC, 2013.

Imagem 44: Avanço da vegetação.



Fonte: Acervo DPPC, 2018.

No terreno, com o seu notável comprimento, houve o avanço significativo da vegetação, ocupando-o quase completamente, limitando a visibilidade do casarão.

Por conseguinte, entendemos que a Villa Maria da Conceição é um exemplar de um importante período na história da formação do Recife, com caracterização original da arquitetura eclética recifense, sendo também um representante de um período de mudanças na forma em que as mulheres ocupavam e viviam a cidade. Seu estado de conservação é precário, legado de uma jornada que terminou em maus tratos e violência, e, embora recentemente tenha-se tentado ocupar e ressignificar esse espaço, através da implementação de um Centro de Apoio à mulher vítima de violência, hoje ele se encontra na posse do poder público, mas desprovido, até então, de função social.

Percebe-se, portanto, que as transformações ocorridas na Cidade do Recife no fim do século XIX e início do século XX foram também determinantes para a mudança de padrões de comportamento dos papéis de gênero, principalmente da mulher, que passou a ocupar um novo espaço na cidade. Assim, as temáticas do presente trabalho se conectam possuindo também como objetivo trazer, através das formas arquitetônicas e do programa projetual, serviços e espaços onde possam ocorrer atendimentos médicos, psicológicos e jurídicos, abrigo, cursos de capacitação e espaços de convivência para as mulheres vítimas de violência doméstica. Ademais, como citado anteriormente, a sua construção pertence a um importante período na história da formação do Recife que lhe confere relevância como exemplar a ser preservado.

Contudo, para que o restauro do casarão seja pensado de forma a respeitar a sua história e sirva de maneira exemplar para a conservação de outros imóveis recifenses, é preciso que a elaboração do projeto respeite o contexto e a escala do imóvel, sendo essencial para sua proteção, mesmo que a classificação como IEP (Imóvel Especial de Preservação), permita, contraditoriamente, construções excessivamente densas e altas em seus terrenos que descaracterizam as edificações protegidas. Para melhor entendimento e abordagem, essa problemática será aprofundada no próximo capítulo.

Imagem 45: Avanço da vegetação.

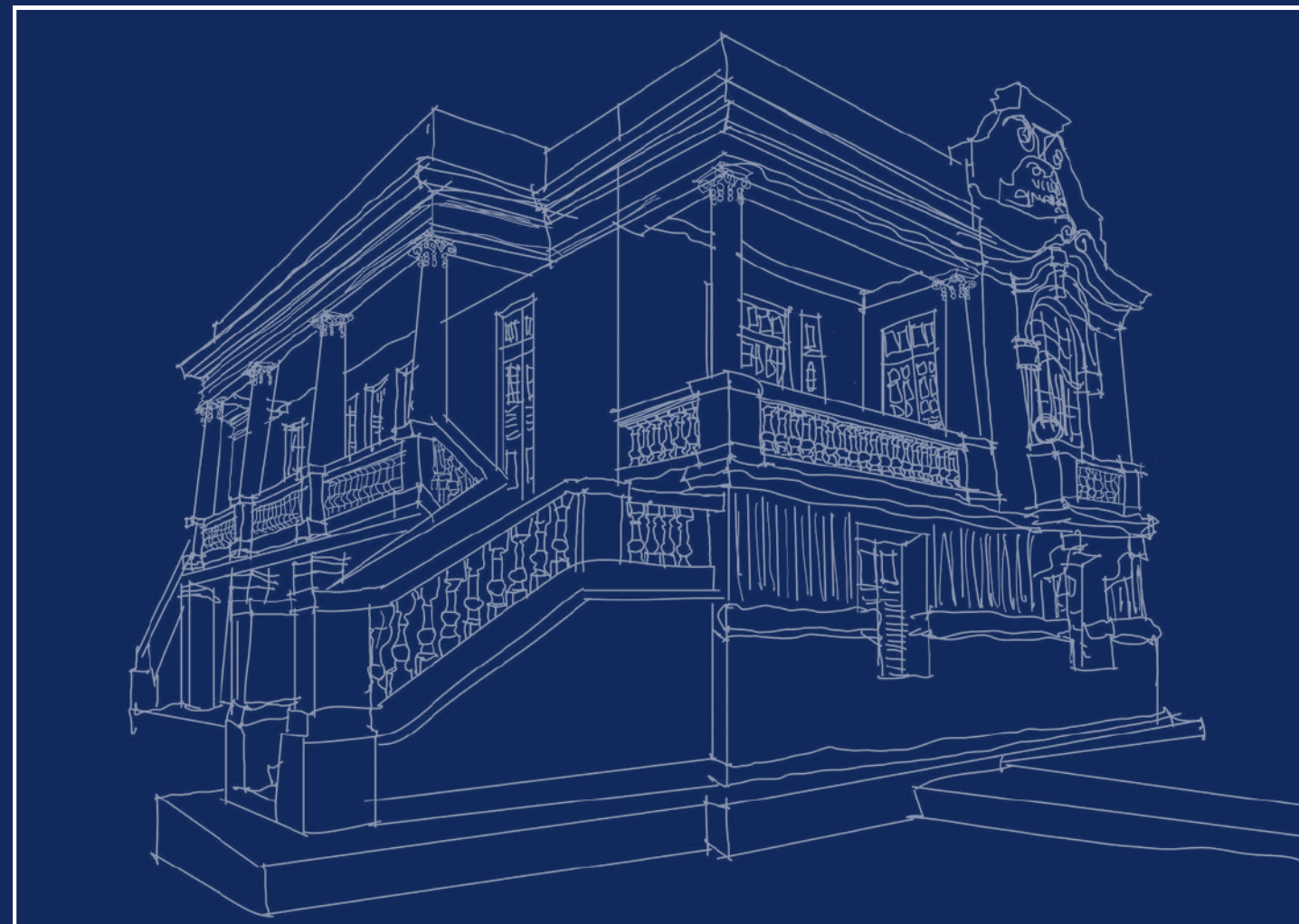
Fonte: Acervo DPPC, 2018.



2

CAPÍTULO 2

CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA A QUESTÃO DOS IEPS



2. CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA A QUESTÃO DOS IEPS

Na primeira parte deste capítulo é abordado o contexto e influências de criação da Lei dos Imóveis Especiais de Preservação, compreendendo a sua finalidade e importância. Na segunda parte, é realizada uma análise crítica desta Lei, avaliando as suas premissas e contradições, a partir da interpretação da legislação e comparação com as Cartas Preservacionistas e os conceitos da conservação integrada. Por fim, na terceira parte são avaliados exemplos de intervenções em IEP na cidade do Recife, a fim de enfatizar a permissibilidade presente na lei para ações que descaracterizam o imóvel protegido. Dessa forma, justifica-se a elaboração do projeto de intervenção para o IEP 49 e seu terreno remanescente, objeto central deste trabalho, que, para além do seguimento apenas da lei, traz como premissa os princípios da conservação integrada.

2.1 AS MUDANÇAS NA CIDADE

O objeto de estudo deste trabalho, o casarão Villa Maria da Conceição, é um Imóvel Especial de Preservação, de acordo com a Lei municipal nº 16.284, de 1997. Torna-se importante destacar, portanto, alguns trechos essenciais dessa Lei para o entendimento do seu funcionamento:



“Art. 2º: “Imóveis Especiais de Preservação - IEP - são exemplares isolados, de arquitetura significativa para o patrimônio histórico, artístico e/ou cultural da cidade do Recife, cuja proteção é dever do Município e da comunidade, nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal.”

Art. 50.: Constituem infrações às normas desta Lei:

I - o abandono do imóvel preservado, tornando-se ruína ou em estado precário que possa causar desabamento;

II - a execução de obras ou serviços que importem em qualquer modificação de suas características originais;

III - o descumprimento às determinações do DPSH/URB estabelecidas no sentido de preservar, restaurar ou recuperar o imóvel em suas características originais;

IV - a demolição do IEP em seu volume principal ou ainda dos seus anexos, sem a devida anuência do DPSH/URB.” (Recife, 1997)

Assim, tem-se o fato de que esta lei foi criada com base no histórico dos princípios da conservação e preservação presentes nos documentos internacionais que influenciaram as práticas nacionais, tendo como objetivo a proteção desses imóveis considerados significativos para a cidade. Neste tópico desenvolvem-se as motivações e influências para a criação da lei e as contradições existentes entre a sua teoria e a sua prática, por fim demonstrando as consequências práticas disto na preservação do IEP número 49, objeto de estudo central deste trabalho.

A criação dessa Lei está diretamente ligada às consequências trazidas pelas constantes mudanças ocorridas no Recife, sabendo que as cidades estão em constante processo de metamorfose, sendo resultado da sobreposição de diversos tempos. Para Vargas e Castilho (2006) apud Siqueira (2017, p. 21), estas constantes mudanças nas cidades fizeram com que os centros históricos passassem por sucessivas intervenções que culminaram na deterioração das cidades. Dessa forma, essas mudanças culminaram no surgimento do entendimento da cidade como um bem cultural e que deveria ser preservado, buscando o equilíbrio entre o existente e o contemporâneo. O pensamento de Secchi (2006), interpretado por Pereira (2008), corrobora para a afirmação de que a cidade é o somatório de ações que estão em constante mudança, visto que:



“As estruturas urbanas, resultado de um processo cumulativo de produção do território, são algumas vezes destruídas, outras vezes modificadas, transformadas ou adequadas às demandas e exigências do tempo presente. Outras vezes, são conservadas. A conservação dessas estruturas pressupõe uma significância, ou valor, seja material ou simbólica conferida pela sociedade” (Pereira, 2008, p.21).

Segundo os escritos de Ulpiano Meneses (2006), a cidade como bem cultural possui raízes na percepção, na memória, nos valores e nos sentidos, sendo compreendido para além da materialidade como um bem sensorial de uma sociedade. Em outras palavras, o patrimônio material construído da urbe torna-se capaz de retratar o imaginário urbano de uma população e suas práticas espaciais. Assim, fortalecendo a ideia de que a cidade é uma sobreposição de diversas práticas ao longo do tempo, Meneses afirma que a cidade é um confronto constante de política, cultura, classes sociais e economias, sendo a soma de tudo isso a identidade da cidade.

A identidade da cidade, portanto, é o que dita o que deve ser preservado em sua materialidade, a partir da imagem que é criada dela, fazendo um paralelo com Kevin Lynch que em seu trabalho, *A Imagem da Cidade* (1960) afirma que as pessoas percebem as cidades aos poucos, sendo impossível compreendê-la em sua totalidade de uma só vez, já que nada é experimentado individualmente e sim coletivamente. Cada cidadão possui suas próprias associações, memórias e significados acerca da cidade, resultando na imagem da cidade.

Assim, para que o patrimônio construído seja entendido, valorizado e, conseqüentemente, preservado, a existência da relação e identificação da população com esta é de suma importância, uma vez que devem ter como significado a síntese dos fragmentos da percepção de cada um, de forma que expresse uma significância geral para a cidade.

A definição do que deve ser considerado importante para a ser preservado na cidade deve também ser realizada a partir da imagem que a população tem sobre ela, além do valor histórico, artístico e cultural formal dado aos

espaços. De acordo com Rolnik (1995), para que a história de uma cidade seja contada, sua memória coletiva - formada a partir da imagem da cidade - deve se materializar através dos bens arquitetônicos preservados, uma vez que as formas e as tipologias arquitetônicas podem ser lidas e decifradas como um texto. Assim, a ideia de Rolnik dos edifícios serem as testemunhas capazes de contar a história da cidade é complementada pelo pensamento de Choay, uma vez que classifica o monumento como um vínculo das memórias urbanas:



“O monumento, enquanto preservado, passa a ser um dispositivo de segurança, pois uma vez que os registros permanentes são imortalizados, as memórias urbanas não perdem seu caráter específico, sua vinculação ao grupo ou classe que as produziu.” (Choay, 2006, apud Siqueira, p. 20)

Portanto, é enfatizada a importância da preservação de bens arquitetônicos para a preservação da memória de uma cidade, que faz parte de sua identidade. Além disso, para os autores Vargas e Castilho (2006) apud Siqueira (2017), os processos de modificações existentes nas cidades que culminaram para a preocupação com a importância da preservação dos bens da mesma, podem ser divididos entre:

1. **Renovação Urbana** (entre as décadas de 1950 e 1960, na reconstrução do pós-guerra, dando preferência ao novo através de demolições, inspirado no Movimento Moderno); A Carta de Lisboa (1995) trouxe esse conceito como “Ação que implica a demolição de estruturas morfológicas e tipológicas em um setor urbano degradado e sua conseqüente substituição por um novo modelo urbano, com novas construções”
2. **Preservação Urbana** (1970 - 1980): decorrente dos impactos causados pela Renovação Urbana e as constantes demolições, surgiu a preocupação com a preservação dos edifícios e núcleos urbanos considerados importantes para as cidades (a materialização de sua memória e imagem, como citado anteriormente)
3. **Reinvenção Urbana** (1990 - atual): em que o território da cidade se torna uma mercadoria e o mercado imobiliário e o poder público passam a caminhar juntos através da troca de interesses, como a criação de legislações que permitam a maior lucratividade nas construções, com o

o aumento do coeficiente de aproveitamento, em troca de maiores investimentos na cidade.

Nesse contexto, o Recife também foi objeto de modificação pelo tempo. O solo da cidade acabou também se tornando uma mercadoria, com a crescente verticalização e demolição de edificações e por interesses econômicos, a demolição do que é antigo para receber o novo tornou-se considerado mais funcional para a atualidade (Tomaz, 2010). Assim, medidas de preservação, a exemplo da Lei do IEP e seus antecedentes, foram criadas como uma forma de conservar e manter o patrimônio material em sua história. Já as medidas de renovação estão também dentro das leis, uma vez que existem incentivos às novas construções, as transformações naturais e as demolições do patrimônio construído. A cidade torna-se, então, palco de um conflito entre a preservação e a renovação do território, de acordo com Pereira (2008).

A partir do entendimento da existência dessa relação conflituosa, além da interferência do mercado imobiliário, pode-se desenvolver o contexto relacionado à criação da Lei dos IEPs e de que forma a sua prática é intermediada por fatores externos, numa tentativa de busca de equilíbrio entre a renovação e a preservação na cidade. Assim, o presente trabalho se propõe, como trazido por Reynaldo (2014) e Treti (2005), conciliar a preservação do existente (o IEP 49) com a renovação (novo edifício no terreno remanescente), respeitando os princípios da conservação:



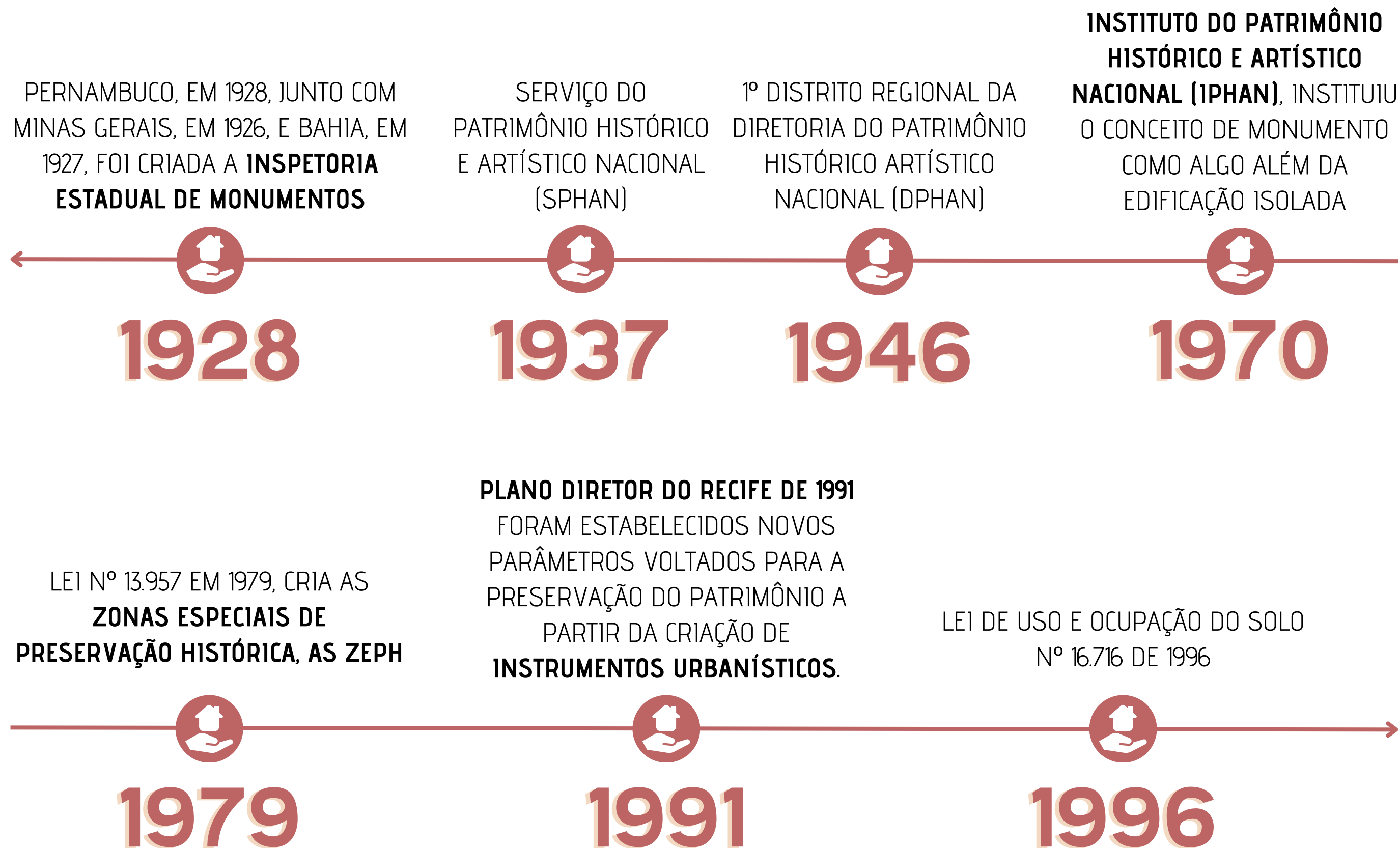
“Cabe aos modernos contemporâneos, não apenas a simples tarefa de seleção de representações de identidade da sociedade, mas também a missão de conciliar a renovação de partes da cidade com a valorização e manutenção da cidade existente, pois a cidade contemporânea não pode se agregar e funcionar sem a cidade antiga” (Reynaldo, 2014; Treti, 2005 apud Siqueira, 2017, p.24)

2.2 ANTECEDENTES DA CRIAÇÃO DA LEI DOS IEPs

As mudanças ocorridas nas cidades, citadas anteriormente, já pôde ser observada a partir do século XX com a mudança nos padrões construtivos do Recife, a exemplo do Plano de Melhoramentos de 1907 e o Plano de Saneamento do Recife, de 1909, realizado por Saturnino de Brito. Dentro desse contexto foi construído o Casarão Villa Maria da Conceição, o IEP 49, objeto de estudo deste trabalho, na abertura da Estrada dos “Afflictos”, atual Avenida Conselheiro Rosa e Silva, número 720.

Já na década de 1980, se observou o aumento das residências multifamiliares de vários pavimentos, visto que as incorporadoras buscavam as áreas de melhor infraestrutura da cidade, sendo também essas zonas as que possuem o maior número de exemplares da arquitetura (Pereira, 2008, p.36). Os terrenos de maiores dimensões passaram a ser mais visados pelo mercado, como o terreno do IEP 49, e esse processo “flexibilizou as normas de proteção de arquitetura e de paisagens tombadas” (GUIMARÃES apud SIQUEIRA, 2017, p. 44).

ANTECEDENTES DA CRIAÇÃO DA LEI DOS IEPS



Com influência dos congressos e documentos internacionais criados, a questão da preservação do patrimônio histórico e cultural no Brasil a nível nacional teve como marco inicial o Decreto-Lei nº 25 de 1937, o qual reconheceu a existência de bens móveis e imóveis do país significativos para tombamento, os reconhecendo como patrimônio. Segundo Torelly e Tomaz (2010) apud Siqueira (2017), em Pernambuco, em **1928**, junto com Minas Gerais, em **1926**, e Bahia, em **1927**, foi criada a **Inspetoria Estadual de Monumentos**, que buscava uniformizar as legislações de proteção aos monumentos nacionais e fiscalizar. Entretanto, essas não previam as restrições das propriedades privadas, então não conseguiam atuar na proteção de todos os bens tombados.

Em **1937** as Inspetorias Estaduais foram extintas e foi criado o **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)**, determinando o tombamento de edificações consideradas importantes para a manutenção da memória da cidade, impedindo a modificação dos imóveis tombados sem prévia autorização. Em **1946**, foi criado o **1º Distrito Regional da Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DPHAN)** como uma “sede” do SPHAN, atuando em planos urbanísticos demonstrando uma preocupação em proteger os imóveis importantes para a história da cidade do avanço da verticalização e do mercado imobiliário da cidade.

Já na cidade do Recife, o princípio da busca pela valorização da ambiência dos imóveis ocorreu com a criação da **Lei nº 13.957 em 1979**, que criou as **Zonas Especiais de Preservação Histórica, as ZEPH**, levando em conta as áreas urbanas consideradas importantes artística e historicamente para o processo de formação da cidade. Esta permitia a renovação no tecido urbano, porém reforçava as ações de preservação, estabelecendo gabaritos máximos e considerando questões de volumetria, escala e materiais.

Esta lei, segundo Pereira (2008), estava em concordância com as Cartas Internacionais, como:

- A Carta de Atenas (1931) que considera o entorno como parte integrante do monumento (Pereira, 2008, p.65) e não a edificação isolada;
- A Carta de Veneza (1964) que dizia que as intervenções sobre o patrimônio construído e seu entorno “ii) Conservação do esquema do edifício em sua escala. As construções novas, destruição ou modificações que poderiam alterar relações de volumes e cores são proibidas”.
- A Carta de Burra (1980) também reforça essa ideia da importância da “manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, da escala, das cores, da textura, dos materiais, etc” e por fim,
- a Carta de Lisboa (1995) complementa também que “as novas soluções arquitetônicas, para que sejam compatíveis com as áreas históricas, deverão rejeitar tanto o pastiche como o objeto dissonante, sendo actuais e mantendo uma linguagem contextual” (Carta de Lisboa, 1995, apud Pereira, 2008, p. 71).

No **Plano Diretor do Recife de 1991** foram estabelecidos novos parâmetros voltados para a preservação do patrimônio a partir da criação de instrumentos urbanísticos, como o Solo Criado, a Outorga Onerosa do Direito de Construir e a Transferência do Direito de Construir (Pereira, Amorim, 2008). Estes aparatos legais foram criados sob influência dos interesses do mercado imobiliário, como no período de Reinvenção Urbana (Vargas e Castilho, 2006), em que o solo da cidade se torna uma mercadoria. Assim, a **Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 16.716 de 1996** foi elaborada visando os interesses dessas novas construções, passando a permitir índices construtivos mais altos, enfatizando a Renovação Urbana (Pereira, 2008).

2.3 A LEI DOS IEP E SUAS CONTRADIÇÕES

O avanço acelerado do mercado imobiliário e o risco que corriam os imóveis de importância histórico-cultural para a Cidade do Recife, visto que muitos deles ficaram sem proteção legal para a sua preservação por não serem contemplados pelas ZEPH (Pereira, Amorim, 2008), foram fatores importantes para a criação do marco seguinte envolvido na questão da preservação do patrimônio construído na cidade do Recife. Assim, em 1997, foi criada a Lei nº16.284, que regulamentou os Imóveis Especiais de Preservação (IEP) da cidade, sendo considerados 154 exemplares isolados.

A seleção desses imóveis ocorreu a partir do entendimento da importância artística e cultural desses para a cidade, inclusive citados pela própria população. Foram contemplados exemplares de diversas eras estilísticas, como a arquitetura eclética, em sua maioria, neoclássica, protorracionalista e moderna, com coordenação do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) (Pereira, Amorim, 2008). A seleção dos imóveis também levou em consideração outros aspectos norteadores, como a localização do imóvel, seu nível de conservação, o potencial construtivo, suas características arquitetônicas, época e contexto da construção, entre outros. Entretanto, tendo em vista que esses foram definidos como exemplares isolados, seus contextos e ambiência não são passíveis de proteção pela lei, podendo ser descaracterizados, sofrendo demolições ou intervenções:



“Os IEP foram definidos como imóveis isolados e, desta forma, permite-se a alteração de sua ambiência, seja no contexto urbano imediato, seja na área remanescente do lote onde estão construídos. A construção de novas edificações é definida segundo os parâmetros urbanísticos estabelecidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo em vigor, em particular no que se refere ao potencial

construtivo do lote. Em sua essência, a lei desconsidera os aspectos de ambiência do imóvel como parte constituinte do monumento que se pretende proteger, em prol da manutenção do seu valor de mercado” (Pereira, Amorim, 2008, p.20)

Apesar de ter sido criada a partir do surgimento da preocupação em preservar os exemplares considerados importantes histórica e culturalmente, a Lei dos IEPs foi dissimulada para atender aos interesses do mercado imobiliário, uma vez que “[...] despregados da ambiência, os IEP possam conviver com novas edificações que os dotem de uso [...]” (DPSH/Urb-Recife, 1996). Esta lei, portanto, protegeu os imóveis de forma isolada, desvinculada do entorno que era regido pela LUOS, o que dá liberdade às novas construções para criação de volumes em dissonância com a paisagem original do imóvel a ser preservado, contribuindo para a sua descaracterização, assim como cita Pereira:



“o valor adquirido através da substituição das estruturas edilícias existentes por novas estruturas, de acordo, com os interesses do mercado imobiliário sustentado pela legislação urbana que disponibiliza potencial construtivo, constitui um estímulo à prática da renovação urbana” (Pereira, 2009, p. 169)

Os IEPs foram divididos entre as categorias de imóveis sem potencial construtivo e imóveis com potencial construtivo, representando 53% do total, incluindo o IEP 49, objeto de estudo deste trabalho. Aqueles que possuem potencial construtivo, portanto, estão mais suscetíveis à descaracterização, uma vez que permite-se a construção de edificações com mais pavimentos, alterando a relação de escala e indo contra os princípios das Cartas Patrimoniais internacionais citadas anteriormente. Assim, podemos notar que esta lei em questão acaba por se tornar ‘uma nova forma de tratar a preservação: um outro cenário é construído em busca do ‘renovar preservando’. É o novo que vai se consolidar e revitalizar o antigo” (DPSH/Urb-Recife, 1996, p. 9), uma vez que abre margem para a convivência, dentro dos próprios lotes dos imóveis preservados, com construções novas

sem regulamentação específica quanto a implantação, gabarito e materiais permitidos. Além disso, a lei também permite o remembramento, fazendo com que mesmo os IEPs com terrenos sem potencial construtivo possam vir a ter potencial.

Ademais, por um lado pode-se ver que esse tipo de construção tornou-se permitida e até incentivada, uma vez que há a política de redução ou isenção do IPTU quando o proprietário do terreno do IEP utiliza o seu potencial construtivo máximo. Além disso, um dos poucos pontos da Lei do IEP que são exceções aos requisitos da LUOS, é que a visibilidade do imóvel deve ser mantida, ou seja, não são permitidas construções que impeçam a visibilidade da edificação. Já o uso dessas edificações é regida pela LUOS, ou seja, os usos permitidos precisam estar em consonância com a legislação de cada zona, desde que não provoquem a descaracterização do imóvel.

Além disso, a lei não obriga que seja dado um uso ao imóvel quando existem novas construções na área remanescente do seu lote, ou seja, percebe-se que a lei não incentiva o cumprimento da função social da propriedade no caso dos imóveis especiais de preservação, contentando-se apenas com a atribuição de função ao terreno (Pereira, 2008, p. 241).

Para a definição de afastamentos da nova edificação construída do imóvel preservado e alterações em seu interior é utilizado o instrumento da Consulta Prévia, na qual a equipe técnica do órgão responsável analisa o projeto de modificação, passível de aprovação ou não. Dessa forma, podemos concluir que esse instrumento é subjetivo e não estabelece limites mais rigorosos para as novas construções e modificações nos imóveis, já que não menciona questões referentes à escala, ambiência, formas e volumetria da edificação. Portanto, conclui-se que os princípios que guiaram a construção da Lei dos IEP contradizem as premissas gerais da conservação do patrimônio.

Assim, conclui-se que a Lei do IEP é, na verdade, um instrumento legal que atende a dois interesses conflitantes: o da preservação e o da renovação (Pereira, 2008). Ela atende ao interesse da preservação ao considerar a importância da conservação das edificações que representam importância artística, cultural e histórica para a Cidade do Recife e ao instituir que estas não podem ser demolidas, sofrer alterações e serem descaracterizadas, trazendo, de certa forma, uma proteção legal a esses imóveis.

Por outro lado, a Lei atende ao interesse da renovação urbana a partir do momento que considera o imóvel como um objeto isolado, desconsiderando sua ambiência e permitindo novas construções que não se relacionam em contexto e nem em escala com os imóveis preservados. Isso ocorre porque os parâmetros urbanísticos utilizados são regidos pela LUOS vigente em cada zona, não limitando as novas construções, e, portanto, atendendo também aos interesses do mercado, o que contribui para o processo de descaracterização dos imóveis (RECIFE, 1997).

A lei, dessa forma, foi uma tentativa de conciliação entre preservação e renovação urbana, atendendo também aos interesses de mercado: “é da essência dos IEPs, desde o princípio, a relação conflituosa dos conceitos de preservação do patrimônio e da renovação do território urbano, do antigo e do novo” (Pereira, 2009 apud Siqueira, 2017, p.53). Para Amélia Reynaldo (2017) apud Siqueira (2017, p.67), a Lei dos IEP “era a legislação que cabia na época. Nós não teríamos conseguido preservar os IEPs se não fosse dessa maneira.”, ou seja, os princípios da Lei são positivos e buscam atender à preservação, entretanto, devido à pressão existente do mercado imobiliário, a mesma só pôde ser levada à frente dentro dessas condições supracitadas. Assim, torna-se necessária a revisão dessa lei na atualidade.

O objeto de estudo deste trabalho, o casarão Villa Maria da Conceição, como já citado anteriormente, é o Imóvel Especial de Preservação número 49, de acordo com a Lei nº16.284, de 1997. Portanto, o terreno remanescente deste torna-se passível de receber novas construções descontextualizadas, assim como explicitado na análise da lei. Assim, o imóvel isolado torna-se alvo de preservação, enquanto o seu entorno imediato, o terreno remanescente, torna-se alvo de renovação urbana, sendo interesses conflitantes. O imóvel é, então, um fragmento da renovação urbana. Assim, concluímos que a valorização pelo mercado do Casarão torna-se muito maior pelo potencial construtivo do terreno em que está inserido do que pelo imóvel em si e sua significância.

A permissividade trazida pela legislação de modificações descontextualizadas nos terrenos dos IEP pode provocar uma alteração do “espírito do lugar/genius locci” segundo Rossi (apud Garcia 1996, p. 2015), que é a “relação singular e ainda universal que existe entre certa situação local e as construções que estão naquele lugar” (Rossi, 1966, p. 147), uma vez que são modificadas as relações de escala nos terrenos dos imóveis.

Assim, a partir da análise crítica realizada em relação à teoria da Lei dos IEP, será exposta um exemplo de intervenção realizada no terreno remanescente de IEP no Recife, a fim de exemplificar as críticas realizadas anteriormente, mostrando os contrapontos entre a teoria e a prática da Lei, formando um paralelo com o que pode vir a acontecer com o objeto de estudo deste trabalho, o IEP 49.

2.4 A DESCARACTERIZAÇÃO DOS IEP NO RECIFE: UM EXEMPLO PRÁTICO

Atualmente, a lista de IEPs no Recife contempla 260 imóveis. A partir de uma análise realizada por Siqueira (2017), devido às transformações no solo da cidade do Recife e o aumento da construção civil, 58 dos 110 IEPs selecionados até o ano de 2008, sofreram modificações, sendo um destes o selecionado para realização do estudo de caso apresentado a seguir.

Os seguintes critérios foram utilizados para a escolha da edificação analisada: 1. sua localização nas proximidades do IEP 49, objeto de estudo, e a consequente inserção na legislação da Lei dos 12 Bairros; e 2. as semelhanças dos imóveis com relação ao estilo arquitetônico e dimensões do terreno. Assim, dentro dessa lista de 58 imóveis modificados, foi selecionado o IEP 52, Edifício Costa Azevedo.

IEP 52: O EDIFÍCIO COSTA AZEVEDO



Imagem 46: O Edifício Costa Azevedo.

Fonte: Expoimóvel.

Localizado na Avenida Conselheiro Rosa e Silva, número 707, Graças, este empreendimento abrange o IEP 52, a antiga Residência Costa Azevedo, que pertencia à família Costa Azevedo, proprietária da Usina Catende. O casarão foi projetado pelo arquiteto greco-italiano Giacomino Palumbo, sendo concluído em 1934, considerado uma edificação eclética. Possuía uso habitacional e tinha o seu programa distribuído em 2 pavimentos e de um terceiro plano que configurava uma espécie de terraço elevado/mirante.

O pavimento térreo, a 1,25m do solo, era acessado através de escadas que se integravam com o jardim e era ocupado pelas áreas sociais, como sala e cozinha. No pavimento superior, eram abrigados os quartos. Além da construção principal, a residência, também havia uma edícula, onde eram abrigados a garagem, área de serviço e aposentos dos funcionários.

A construção do edifício habitacional multifamiliar de 34 pavimentos tipo aconteceu em 2006. A intervenção no terreno propôs um afastamento de 7 metros da torre para o casarão e apenas 3 metros dos pavimentos de garagem. O contraste entre a escala da construção nova e do imóvel preservado é evidente. Além disso, as configurações espaciais internas da antiga residência foram modificadas para adequar o novo uso implementado pelo programa do prédio, mais uma vez indo de encontro aos princípios das cartas patrimoniais de adequação a um uso compatível com a forma do edifício, assim reafirma-se que essas alterações só foram possíveis pois a Lei dos IEPs não estabelece parâmetros para os níveis de alteração no interior das edificações preservadas. Assim, para instalar o salão de jogos, academia, administração e portaria, algumas paredes foram demolidas. Já no pavimento superior, todas as paredes foram removidas para implementação do salão de festas e, por fim, também foi realizada a construção de duas rampas que conectam diretamente o casarão ao edifício novo.



Imagem 47: Residência Costa Azevedo, mansão do Tenente da Usina Catende, em dia de festa em setembro de 1948.

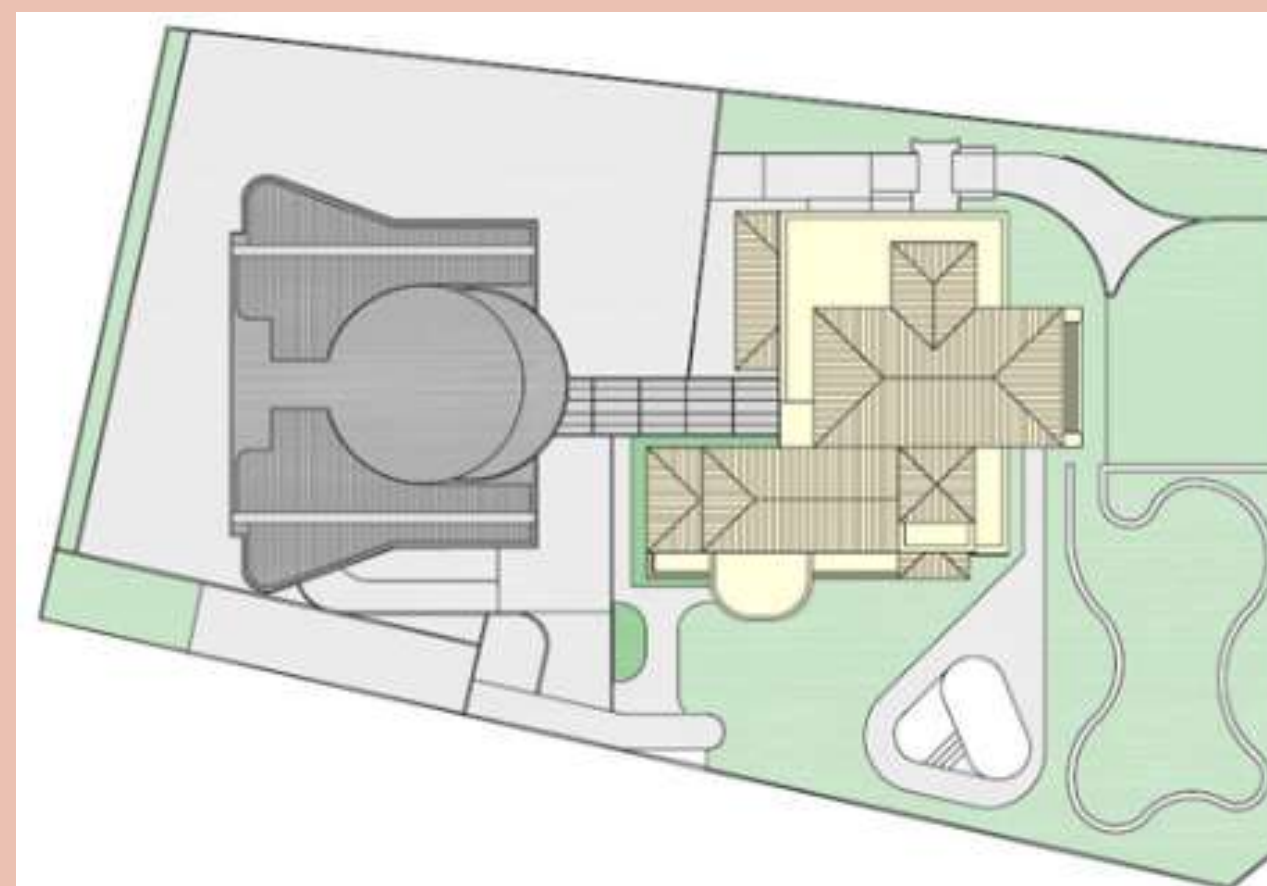
Fonte: Recife de Antigamente.

Imagem 48: Residência Costa Azevedo nos dias atuais.



Fonte: Braulio Moura.

Imagem 49: Planta baixa do edifício Costa Azevedo.



Fonte: Reynaldo (2006) apud Pereira (2009)

Imagem 50: Fachada do edifício Costa Azevedo.



Fonte: Reynaldo (2006)

A partir dos cortes e imagens, fica claro o contraste de escala e volumetria existente entre o casarão preservado e a nova edificação. Além disso, a proximidade entre a nova construção e o imóvel especial compromete a visualização deste como em sua situação primária, onde era um casarão residencial. Portanto, chegamos à conclusão de que esse IEP sofreu alterações irreversíveis que comprometem a sua preservação e contribuem para o seu processo de descaracterização, sendo desconsiderada a sua ambiência. Essa atenção para essa edificação em específico também ocorre por sua proximidade com o objeto de estudo deste trabalho, o IEP 49, localizado em frente a este. Dessa forma, podemos notar que este imóvel também corre risco de descaracterização devido ao avanço do mercado imobiliário.



“A supressão das partições, a alteração no sistema de acessibilidade entre pavimentos e construção de passarela de acesso entre o novo edifício e o primeiro pavimento da residência, constituem alterações consideráveis e comprometedoras da integridade do imóvel” (Pereira, Amorim, 2008, p.27)

Portanto, este trabalho surge como alternativa para impedir a descaracterização do imóvel objeto de estudo, o Casarão Villa Maria da Conceição, apresentando uma proposta arquitetônica projetual que respeite os aspectos de volume e escala deste, sem que sua integridade seja modificada, além da proposição de um novo uso compatível com o imóvel e útil à população, cumprindo a função social da propriedade, e não constituindo-se como um espaço privado sem abertura para a cidade como visto nos casos anteriores em que optou-se pela implementação de salões de festas, salas de jogos e academias. O projeto surge, portanto, como uma forma de destinar ao domínio público um exemplar histórico importante para o processo de formação da cidade.

3

CAPÍTULO 3

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



3. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Retoma-se, assim, a questão da ocupação do Casarão Villa Maria da Conceição, o IEP 49 – , objeto central de estudo deste trabalho – promovida pelo Movimento de Mulheres Olga Benário durante a qual ocorreu a implementação do “Centro de Referência Soledad Barrett” como um centro de apoio à mulher vítima de violência, fato que motivou o interesse de abordar neste estudo a problemática de violência e gênero, que se faz fortemente presente em nossa sociedade.

3.1 RELAÇÃO MULHER-CIDADE



“A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo.” (Beauvoir, 1949, p.12)



Fonte: Melhor com saúde, 2023.
Adaptador por: Livia Moura

A questão de gênero vai muito além da diferença biológica entre os chamados “homem” e “mulher”: para Scott (1989, p.21), “[...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Ou seja, historicamente foram construídos os conceitos de gênero como uma forma de determinar padrões de comportamento para os papéis dos homens e das mulheres, criando uma espécie de hierarquia entre estes (Ravanne, 2015). Assim, como coloca Beauvoir (2009), existe um processo de “tornar-se mulher” a partir de uma construção social com a imposição de padrões que colocam as mulheres em posição de submissão ao homem, a mantendo em uma relação de dependência. Assim, a mulher é privada, em diferentes níveis, do direito à cidadania.

Portanto, o patriarcado é instaurado como um sistema que é, segundo Hartmann (apud Haraway 2004, p. 227-228), “[...] um conjunto de relações sociais entre homens, que tem base material, e o qual, embora hierárquico, estabelece ou cria interdependência e solidariedade entre homens que os capacita a dominar as mulheres”. Esse é um sistema que está presente desde os primórdios e seus reflexos atingem a atualidade.

Dessa forma, a partir das construções de gênero, o papel da mulher esteve atrelado a uma posição reduzida, onde eram atribuídos os afazeres domésticos e a maternidade, sendo privadas de acesso à educação e consequentemente da participação na vida pública (Moreira, 2019). Portanto, era gerado um ciclo vicioso: por não possuírem acesso à educação, não poderiam participar da socialização urbana (Floresta apud Moreira, 2019).

Essa problemática foi também abordada por Simone de Beauvoir, enfatizando a discrepância entre os gêneros, sendo um mundo regido pelo patriarcado:



“[...] homens [...] têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito [...] Ocupam, na indústria, na política, etc., maior número de lugares e postos mais importantes. [...] o presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começaram a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo ainda é um mundo que

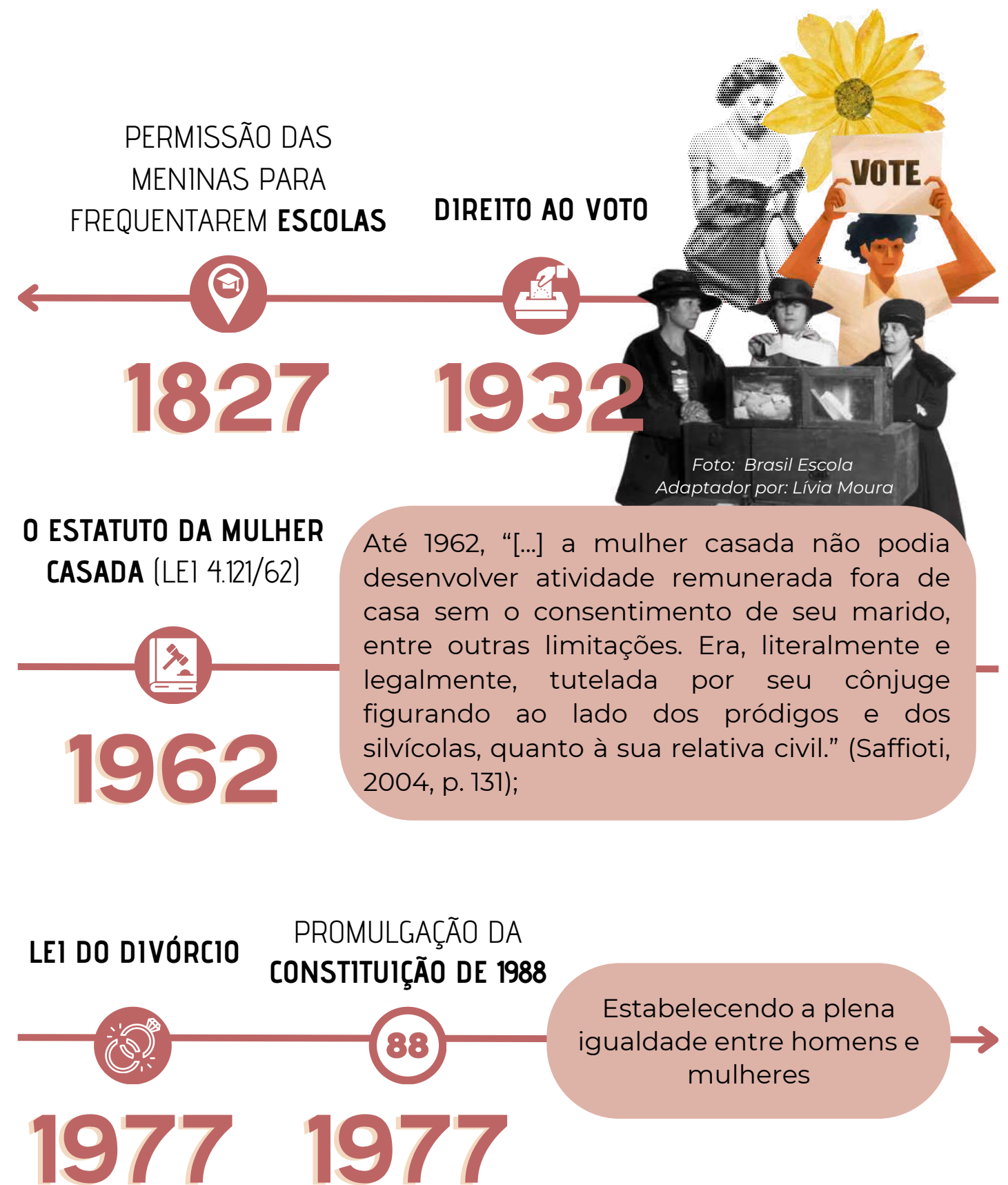
pertence aos homens. Eles o sabem, elas mal duvidam.” (Beauvoir, 1949, p.17)

No Brasil, o papel desempenhado pela mulher desde o período colonial, pode ser percebido em registros como a obra de Gilberto Freyre, a trilogia *Introdução à história na sociedade patriarcal no Brasil*, destacando também as camadas de diferenças pelas etnias, brancas, indígenas e negras:

“Também é característico do regime patriarcal o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela, o fraco; ele, o sexo nobre, ela, o belo. [...] Por essa diferenciação exagerada, se justifica o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado de obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filho, criar menino.” (Freyre, 1977, p. 93)

“mulher ser tantas vezes vítima inerme do domínio e do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido” (Freyre, 2002, p. 195)

Assim, podemos notar diversos reflexos dessa construção social à luz do patriarcado na sociedade contemporânea, com foco no Brasil. Ainda no século XIX, a percepção da disparidade entre o tratamento dos diferentes gêneros foi tornando-se mais clara à medida que os ideais libertários e o avanço industrial e tecnológico demandou mão de obra e as mulheres passaram a ser incluídas no mercado de trabalho. Simultaneamente, também surgiam as primeiras pautas feministas, as quais estimularam mudanças na condição da mulher vigente: “Desde as primeiras manifestações, ainda no século XIX, o movimento feminista foi muito particular, pois desafiou a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público - portanto, dos direitos como cidadã [...]” (Pinto, 2003, p.5).



Dessa maneira, torna-se notável que a submissão da mulher em relação ao homem dentro da sociedade patriarcal era também legitimada pelo Estado, uma vez que direitos básicos lhes eram negados pelas próprias instituições. Assim, apesar de todo o progresso, a luta feminista ainda possui muitos obstáculos pela frente, uma vez que como destaca Saffiotti (2004, p. 104): “[...] a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiros e demais postos eletivos políticos”.

3.2 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

“[...] na estrutura de poder patriarcal, a mulher não é sujeito, é excluída da cidadania, sendo uma propriedade do homem. Dessa forma, praticar a violência contra a mulher é um direito que lhe cabe, direito esse concedido pela cultura patriarcal que legitima o ato violento, pois a mulher é propriedade dele, sendo propriedades seu corpo, sua sexualidade, seus desejos.” (Ravane, 2015, p.76)

Dentro da estrutura patriarcal citada anteriormente, a partir da exclusão da mulher da cidadania e da presença de relações de poder exercidas pelos homens sobre esse grupo, a prática da violência contra a mulher, seja ela física ou psicológica, é legitimada pela cultura, uma vez que o feminino é visto como propriedade.

Saffiotti (2001, p. 115) apud Ravane (2015, p. 77), traz o ponto de vista de que a violência contra a mulher se manifesta como um elemento que se soma à ideologia de gênero, uma vez que essa se mostra insuficiente para efetivar o domínio masculino, a violência se mostra como uma ferramenta de controle:



“[...] a execução do projeto dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência.”

No Brasil colônia, a opressão ao sexo feminino aconteceu também de forma institucionalizada. Já havia uma ideologia de posse sobre o corpo feminino. Através da Ordenação Filipina do rei Felipe II de Portugal, na qual não eram penalizados os homens (maridos) que praticassem castigos corporais às suas mulheres e também permitia o assassinato da esposa em caso comprovado de adultério (ORDENAÇÕES FILIPINAS, liv.5.o.tit.XXXVIII). Portanto, percebe-se que toda essa herança de crueldade e agressão culminou em consequências para os dias atuais: a violência contra a mulher se perpetua (Moreira, 2019). Segundo Saffiotti (2004, p. 123) apud Ravane (2015, p. 78), os agressores agem de forma legítima/natural para a sociedade, uma vez que esses costumes e preconceitos estão disseminados na cultura patriarcal desde o início.

Segundo Saffiotti (1987, p. 59-79), a violência de gênero:



“é tudo que tira os direitos humanos numa perspectiva de manutenção das desigualdades hierárquicas existentes para garantir obediência, subalternidade de um sexo a outro. Trata-se de forma de dominação permanente e acontece em todas as classes sociais, raças e etnias”

O patriarcado trouxe consigo a perpetuação da objetificação do gênero feminino, esta é uma estrutura de poder que se baseia e se fortalece na ideologia de superioridade dos gêneros e na violência (Saffiotti, 2004, p.57-58). Atualmente as mulheres continuaram sendo silenciadas e não existe suporte o suficiente por parte das instituições.

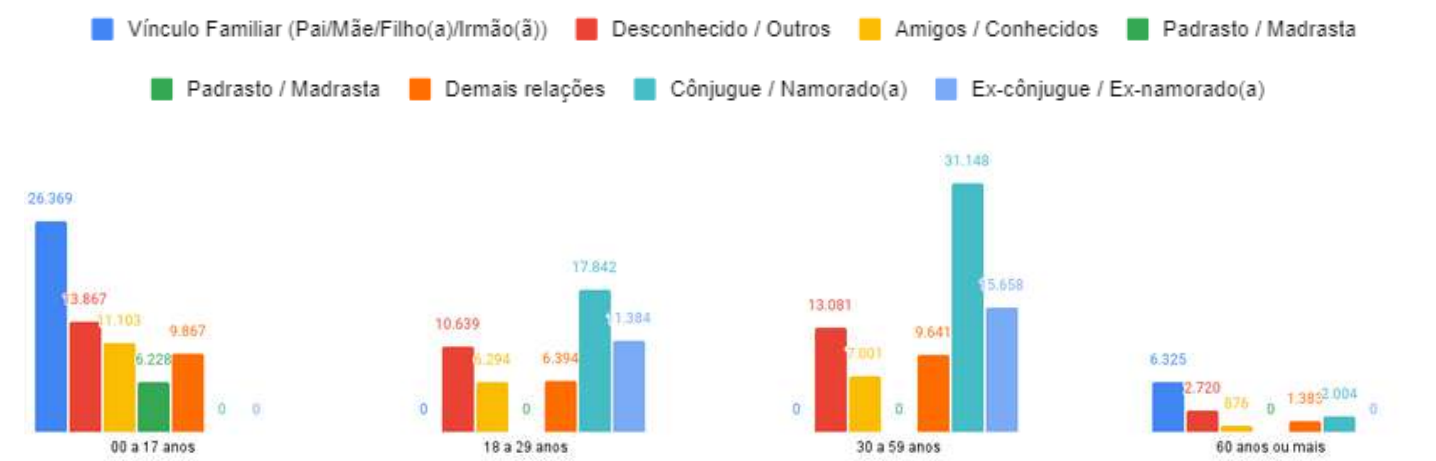
Entretanto, com o fortalecimento dos movimentos feministas no Brasil e a maior conscientização acerca dos Direitos Humanos, a questão da violência contra a mulher tomou novas proporções ao ser colocada em evidência para o seu enfrentamento: “O problema não é novo [...] A novidade é a recente preocupação com o enfrentamento dessa violência, como uma questão de direitos humanos” (Moreira, 2019, p. 38).

Essa violência, portanto, se expressa também na forma de violência doméstica, muitas vezes por parte dos parceiros, uma vez que a instituição casamento, como já citado anteriormente, surgiu também como uma ferramenta de posse e controle sobre a mulher, sendo junto com as antigas legislações um facilitador de práticas violentas. Devido aos dados citados na primeira parte deste capítulo, sabemos que as mulheres, além de toda a questão ideológica, possuem, em geral, salários menores e mais obrigações domésticas, diminuindo, portanto, a sua autonomia.

O Brasil ainda enfrenta essa questão com altos números de vítimas registrados todos os anos. De acordo com a organização Human Rights Watch, o Brasil enfrenta uma epidemia de violência doméstica. Somado a isso, segundo o relatório divulgado pela ONU em 2022, a taxa de feminicídio brasileira (3,6) supera a média de todos os continentes do mundo, sendo a mais alta 2,5 da África e a mais baixa 0,6 na Europa.

Segundo o Mapa Nacional da Violência de Gênero do Senado Federal, com os dados de 2022, no Brasil foram registrados 633.273 casos de violência contra a mulher. Sendo a maioria destes realizados dentro das residências.

Imagem 51: Relação entre faixa etária da vítima e grau de parentes com possível agressor

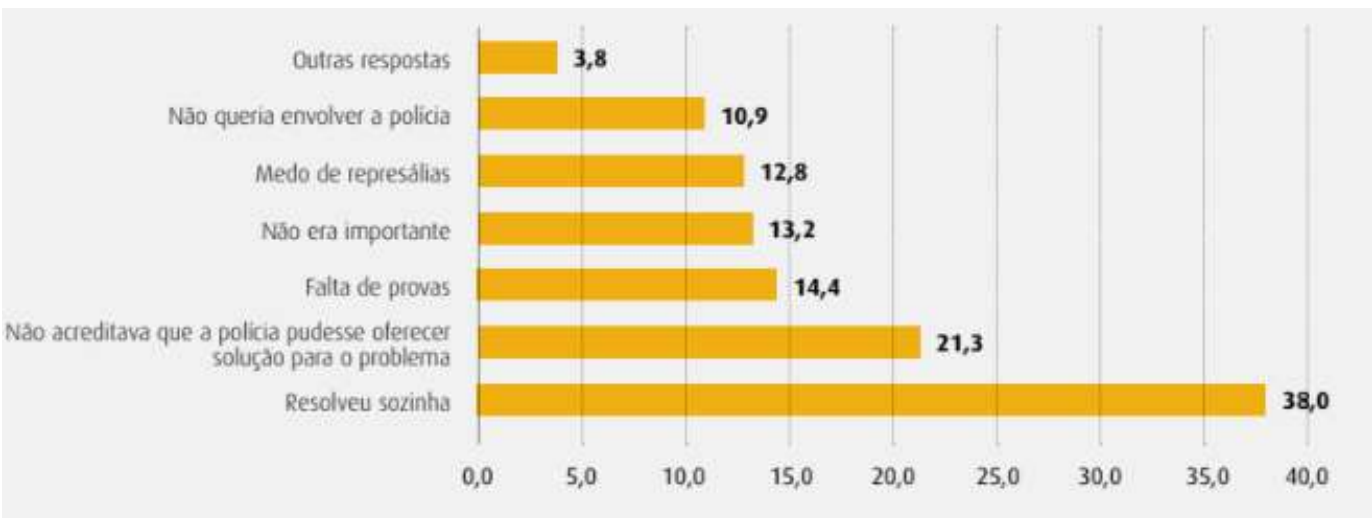


Fonte: Senado Federal, 2022 (Adaptado pela autora)

Além disso, os agressores, em sua maioria, na faixa etária das vítimas entre 18 a 59 anos, são os cônjuges e os namorados, representando 58% dos agressores.

A pesquisa nacional de violência contra a mulher realizada em 2021, presente no Mapa Nacional da Violência de Gênero, aponta que, apesar da existência desses dados alarmantes, ainda existe uma enorme quantidade de subnotificações dos casos, ou seja, apesar da realização dos crimes, esses não são comunicados às autoridades, correspondendo a 66% dos casos os que não denunciam. Existem diversos fatores que podem ser apontados como as causas das subnotificações dos crimes, como citado anteriormente no ciclo da violência, como a dependência emocional e financeira do agressor, além de não possuírem acesso ao universo de conscientização acerca da importância da denúncia da violência e também não acreditarem que as instituições poderão resolver os problemas.

Imagem 52: Razões pelas quais as vítimas de violência não procuraram a polícia após a última agressão sofrida



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e múltipla, em %.

Trazendo essas análises para Pernambuco e Recife, município onde está localizado o projeto objeto deste presente trabalho, segundo as estatísticas de violência familiar e doméstica da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, em 2023, foram 47.218 mulheres vítimas registradas de violência doméstica, sendo 9.995 na capital Recife. Dentro desses, 2.562 foram casos de estupro, sendo 416 apenas no Recife.

3.3 LEI MARIA DA PENHA

Uma conquista feminista em forma de política pública importante a ser destacada foi a criação da Lei Maria da Penha, nº 11.240, em 2006, levando o nome de uma mulher vítima de violência doméstica. A lei configura violência doméstica familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito doméstico, da família e qualquer relação íntima de afeto. A violência doméstica familiar contra a mulher configura uma violação aos direitos humanos. Essa lei, portanto, criou instrumentos capazes de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, abrangendo diferentes tipos de violência. Segundo Azevedo (2008):



“A Lei Maria da Penha trouxe a possibilidade de instaurar medidas mais rigorosas em relação aos agressores, não havendo mais a possibilidade de julgamento das violências de gênero como crimes de menor potencial ofensivo e as punições corresponderem a cestas básicas ou serviços comunitários [...]”

Até então, não havia uma política que tratasse diretamente da temática da violência contra a mulher, articulando diferentes esferas e serviços.

Além disso, nessa mesma lei foi prevista a criação de equipamentos capazes de garantir a eficiência dessa lei, como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Casas-Abrigo, Centros de Referência da Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

OS TIPOS DE VIOLÊNCIA

A violência doméstica pode se apresentar através de diferentes formas, como definidas pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) no artigo 7º:

- **Violência física:** sendo “qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal. Comportamento que causa intencionalmente dano ou intimidação a outra pessoa.”
- **Violência psicológica:** sendo “qualquer conduta que causa algum dano emocional e/ou diminuição da autoestima da mulher”
- **Violência sexual:** sendo “qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada”
- **Violência patrimonial:** sendo “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos”
- **Violência moral:** sendo “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.”

Para além da tipificação da violência doméstica, a psicóloga americana Leonora Walker também identificou padrões nesses casos de agressão, que, segundo ela, possui 3 fases:

1ª fase: Tensão

Ainda através de provocações e ofensas verbais, o clima desagradável se instaura entre o casal, podendo piorar e “evoluir” para a explosão.

2ª fase: Explosão

Nesta fase a tensão se transforma em violência não verbal, se expressando através de agressões físicas e psicológicas. Nesse estágio, normalmente há um afastamento/rompimento do relacionamento, quando a vítima se vê em risco dentro daquele vínculo.

3ª fase: Lua de Mel

Nesse estágio, há o “arrependimento” do agressor e esse, numa tentativa de reconquistar a vítima, promete mudanças no comportamento, conseguindo o perdão da mulher, até que se retorna para o primeiro estágio de tensão.

Imagem 53: Esquema das fases de violência doméstica, de acordo com a teoria de Leonora Walker



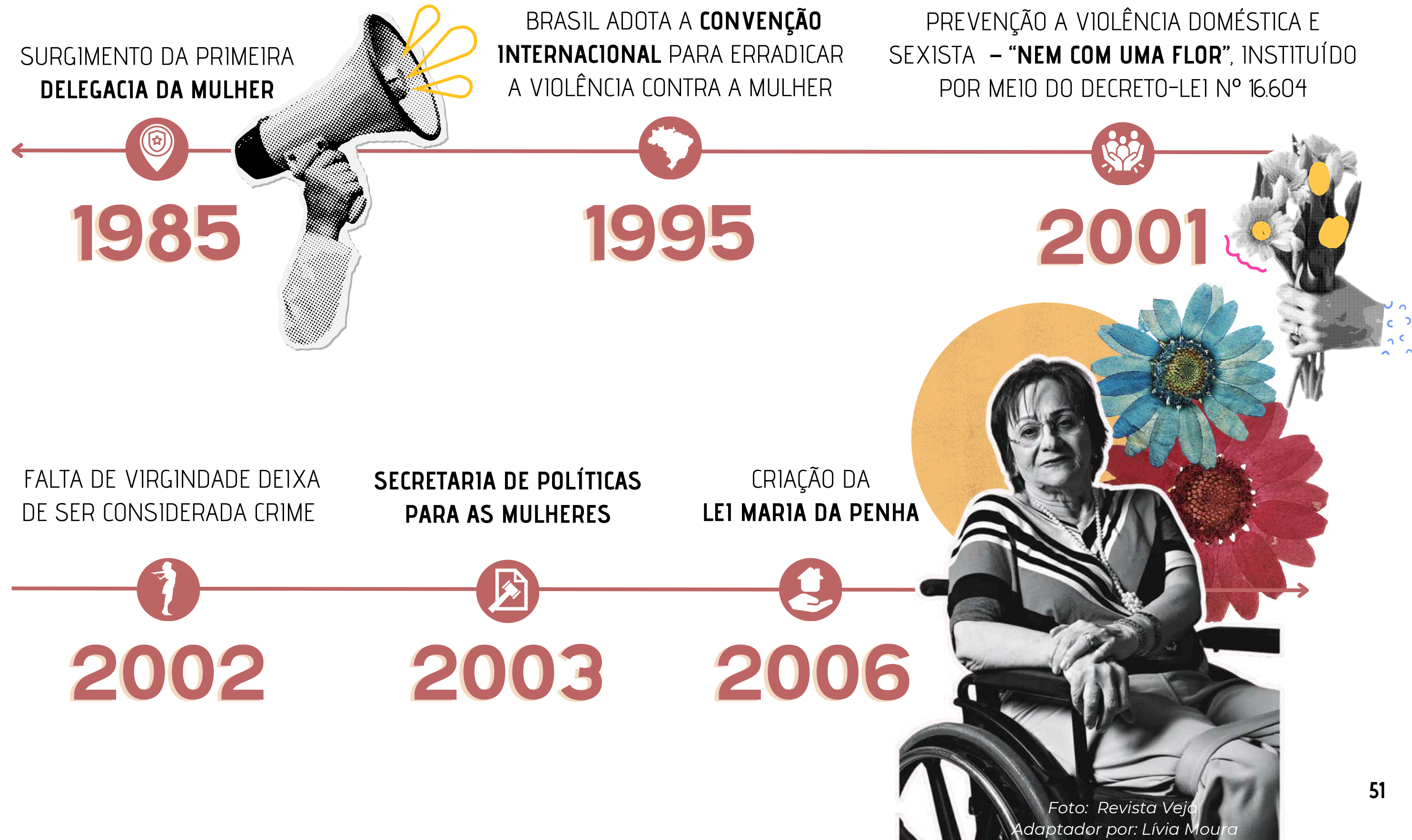
Fonte: Adaptado pela autora.

Esses estágios funcionam numa forma de ciclo vicioso, pois muitas mulheres se veem presas no relacionamento, seja por dependência financeira, emocional, fatores de construção social, ineficiência dos métodos de denúncia e proteção à vítima por parte do Estado, entre outros. Por esses motivos, essas vítimas não conseguem sair dessas relações, sendo o ciclo da violência encerrado apenas pelo afastamento total do agressor a partir de intervenções externas ou, no pior cenário, em feminicídio.

O feminicídio é classificado, de acordo com o Código Penal brasileiro, a Lei nº 13.104/15, como o homicídio por razões de discriminação de gênero feminino. Ou seja, é o assassinato da mulher pelo simples fato de ser mulher diante de todo o cenário de construção social supracitado. Assim, pode-se dizer que o feminicídio é de responsabilidade do Estado prevenir e reduzir através de políticas públicas, entretanto, as estatísticas nacionais, estaduais e, aproximando-se do recorte de estudo, municipais sobre esses casos são muito alarmantes e demonstram que ainda há muita luta pela frente.

Esses dados alarmantes mostram que a violência contra a mulher é uma questão pública que deve ser tratada com urgência pelo Estado, através da criação de políticas de suporte às vítimas e, principalmente, que sejam capazes de reduzir os danos, de forma preventiva, causados pelo sistema patriarcal. Nesse próximo tópico, será explicado como a Arquitetura pode se configurar como um importante instrumento para o enfrentamento da violência contra a mulher.

3.4 ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES



ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

POLÍTICA NACIONAL PELO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES



2007

SECRETARIA ESPECIAL DA MULHER EM PERNAMBUCO



2007



DIRETRIZES NACIONAIS DE ABRIGAMENTO DAS MULHERES



2008

LEI DO FEMINICÍDIO



2015



INAUGURAÇÃO DA 1ª CASA DA MULHER BRASILEIRA



2015

IMPORTUNAÇÃO SEXUAL FEMININA PASSOU A SER CONSIDERADA **CRIME**



2018

O primeiro passo para o rompimento do ciclo da violência, segundo Saffioti (2004, p.79) é a intervenção externa, que é um processo complexo, uma vez que historicamente essa violência foi legitimada e apenas recentemente passou a ser vista como crime e “O compromisso do Estado com a ruptura das desigualdades entre homens e mulheres apenas ocorre a partir da pressão dos movimentos de mulheres e feministas” (Ravane, 2015, p. 85).

Para a realização do encerramento do tal ciclo da violência, devido à emergência do problema e às lutas feministas, foi conquistada, ao longo dos anos, uma gama de serviços voltados para o suporte à mulher vítima de violência doméstica.

Além da Lei Maria da Penha, citada anteriormente, que previu a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Casas-Abrigo, Centros de Referência da Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no âmbito nacional é importante enfatizar a criação da Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres em 2007, que buscou integrar as gestões municipais, estaduais e federais, possuindo quatro eixos estruturantes:

Imagem 54: Eixos estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres



Fonte: Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2007.

Seguindo esses eixos definidos, é conceituada a chamada Rede de Enfrentamento à violência contra as Mulheres, que, segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres, é a “atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência.” (Brasil, 2011, p.13). Dentro dessa rede, portanto, estão presentes, assim como previsto na Lei Maria da Penha, os Centros de Referência, as Casas-Abrigo, Delegacias da Mulher, dentre outros serviços.

No âmbito de Pernambuco, por influência da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, destaca-se a criação da lei nº 13.205: “promover os direitos das mulheres no Estado de Pernambuco”, de 2007, que previu a criação da Secretaria Especial da Mulher de Pernambuco, propondo a criação e o fortalecimento das Delegacias da Mulher no Estado de Pernambuco (Souza, Cordeiro, 2014).

No âmbito municipal, destaca-se como primeiro marco o surgimento do programa “Programa Municipal de Assistência e Prevenção a Violência Doméstica e Sexista – “Nem com uma Flor” em 2001, que, através de um decreto-lei, instituiu a criação de dois centros de referência de assistência à mulher vítima: a Casa Abrigo Sempre Viva e o Centro de Referência Clarice Lispector.

Segundo as Diretrizes Nacionais de Abrigamento às Mulheres em Situação de Risco e de Violência (2011, p. 15), o processo de atendimento à vítima vai muito além do simples acolhimento e “requer o acompanhamento da mulher por um serviço especializado da rede de atendimento e a articulação com a segurança pública”. A mulher vítima de violência doméstica, portanto, passa por várias etapas a partir do momento em que ocorre a denúncia:

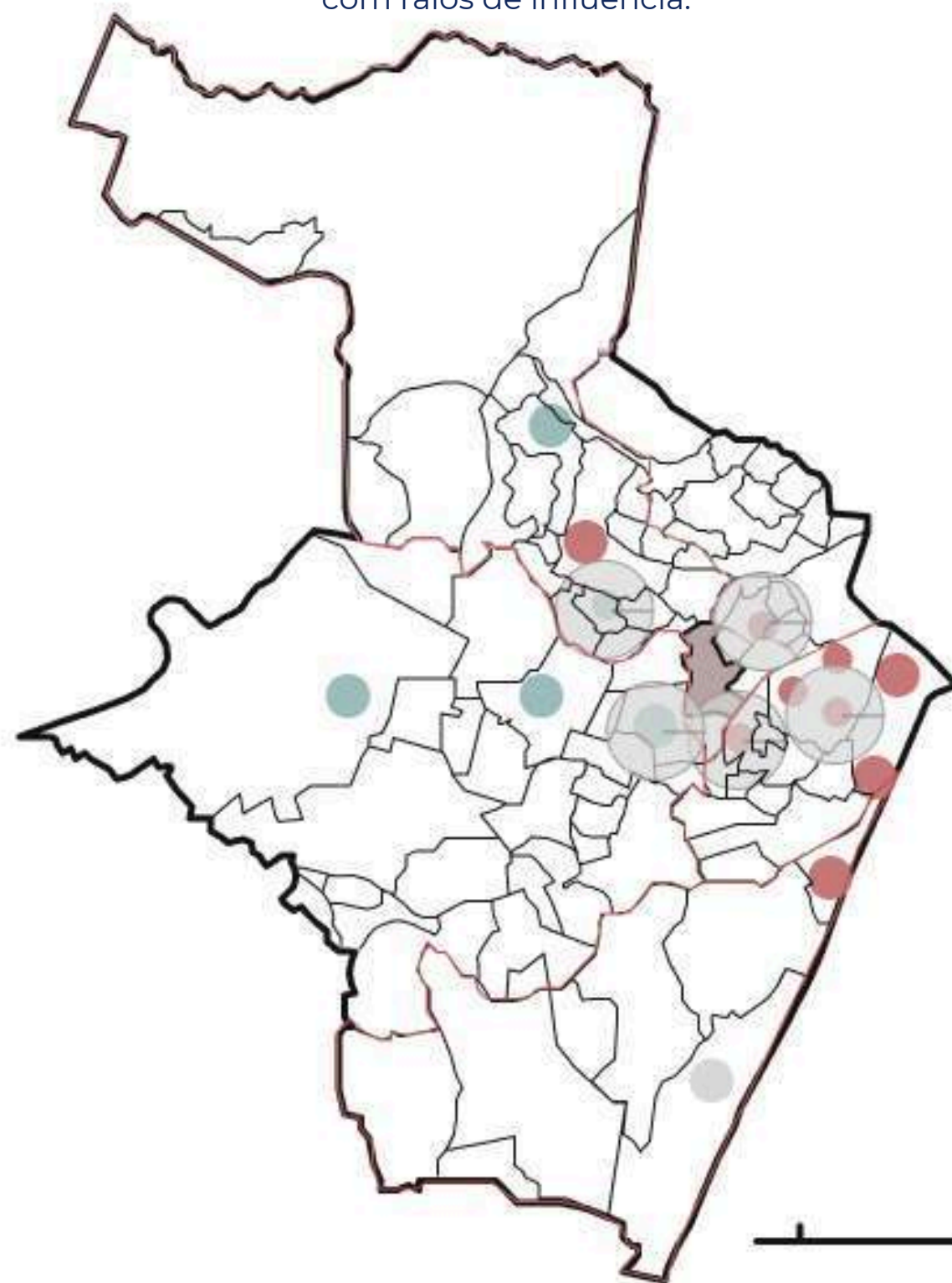
- O primeiro contato ocorre pelos serviços de atendimento à mulher, institucionais ou não, sendo em seguida encaminhada para Centros de Referência de Atendimento à Mulher ou diretamente para as Casas-Abrigo, onde a mulher é avaliada por uma equipe que orienta a realização da denúncia e Boletim de Ocorrência, em uma Delegacia da Mulher e exames clínicos antes de ser abrigada.

Dessa forma, podemos notar que há uma descentralização dos serviços, demandando que a mulher percorra longas distâncias a fim de realizar a denúncia, fazer acompanhamento psicológico, médico e jurídico, entre outros, o que pode ser visto como mais um fator de desencorajamento da queixa. Além disso, as Casas-Abrigo existentes possuem caráter sigiloso e isso “aumenta o sentimento de isolamento, contribui para a invisibilidade do problema e desconsidera o potencial da comunidade como agente de segurança” (Diretrizes Nacionais de Abrigamento das Mulheres, 2008), uma vez que a mulher e seus filhos são retirados do convívio social e rotina a que estão habituados, não possuindo o sentimento de pertencimento.

Portanto, a partir do entendimento da importância e das problemáticas dos Centros de Referência da Mulher e das Casas-Abrigo como respostas arquitetônicas para o enfrentamento da violência contra a mulher, buscou-se elencar os serviços ofertados em equipamentos do Recife, a fim de analisar lacunas existentes nesses serviços para guiar a criação das diretrizes projetuais do presente trabalho.

3.5 REDE DE ATENDIMENTO NO RECIFE

Imagem 55: Rede de atendimento à mulher vítima de violência no Recife com raios de influência.



Fonte: Autora, 2024

Em Pernambuco, segundo dados da Secretaria da Mulher (Pernambuco, 2023), existem 43 centros de serviços especializados no atendimento à mulher, dentre eles a Delegacia da Mulher, Defensorias Públicas e o Atendimento Psicossocial. Já em Recife, existem apenas 4 centros mantidos pelo poder público voltados exclusivamente ao acolhimento e atendimento da mulher vítima de violência.

A partir do mapeamento realizado, podemos notar que há uma descentralização e o único espaço que centraliza diversos tipos de serviços e possui funcionamento de 24h/dia é o Centro de Referência Clarice Lispector, localizado em Santo Amaro e o SER Clarice Lispector em Areias (Prefeitura do Recife, 2022). Segundo Souza e Cordeiro (2014, p. 105):



“Na opinião das usuárias a articulação da rede de atenção à mulher em situação de violência no município de Recife não funciona como deveria. E de acordo com elas, a impressão que elas tiveram é de que cada serviço atua de forma independente e que apenas o Centro de Referência Clarice Lispector busca efetivamente a articulação da mesma”.

Diante do exposto, buscou-se realizar uma análise mais aprofundada sobre o Centro de Referência Clarice Lispector, uma vez que este é o único que busca articular os diferentes serviços para o enfrentamento à violência contra a mulher, sendo de suma importância para o desenvolvimento das diretrizes projetuais deste trabalho.

3.5.1 CENTRO DE REFERÊNCIA CLARICE LISPECTOR

Imagem 56: Centro de referência Clarice Lispector



Fonte: Rodolfo Loepert/PCR.

O Centro de Referência Clarice Lispector fica localizado no bairro de Santo Amaro, na cidade do Recife. Este possui funcionamento de 24h e acolhe mulheres vítimas de violência doméstica, através de uma equipe multidisciplinar formada apenas por mulheres. Além disso, o centro possui um quarto para abrigo emergencial de até 3 mulheres e crianças, sendo tudo ofertado de forma gratuita e gerido pela Prefeitura da Cidade do Recife. As mulheres podem chegar até lá por demanda espontânea ou por encaminhamento de outros órgãos como as Delegacias da Mulher.

O centro funciona em um casarão de construção datada de 1939 (ESIG, 2024), de dois pavimentos, onde no térreo foram implementados espaços de recepção, 2 salas de atendimento de assistentes sociais, 2 salas de psicólogas e 1 sala de advogada para aconselhamento jurídico. Existe também um espaço de estar, com brinquedos para que mulheres e filhos aguardem encaminhamentos, além de um quarto de abrigo emergencial.

Nos fundos, tem-se os ambientes de copa, banheiro e da Brigada Maria da Penha.

Imagem 57: Salas de assistência do Centro de Referência Clarice Lispector



Fonte: Autora, 2024.

No primeiro pavimento, ligado ao térreo através de uma escada helicoidal, funciona a administração do Centro, com salas de trabalho, coordenação, sala de reunião, gerência e área jurídica.

Apesar de toda estrutura existente, o local, por ser uma edificação existente adaptada ao uso de centro de referência, possui diversos pontos de melhoria. O primeiro deles é a questão da acessibilidade, devido a inexistência de rampas e elevadores que permitam o livre acesso de pessoas com mobilidade reduzida. Além disso, alguns ambientes de atendimento não possuem janelas e corredores compridos que ligam os espaços, o que pode gerar uma sensação de enclausuramento às mulheres atendidas. O quarto de abrigo emergencial também não possui janelas e suas paredes não vão até o teto, o que não gera privacidade às vítimas.

Imagem 58: Sala da gerência do Centro de Referência Clarice Lispector



Fonte: Autora, 2024.

Imagem 59: Fotos internas do Centro de Referência Clarice Lispector



Fonte: Autora, 2024.

No aspecto dos atendimentos, segundo Souza e Cordeiro (2014), existem também problemas na articulação dos atendimentos, uma vez que foi observado que muitas mulheres eram encaminhadas para o Centro das Delegacias da Mulher sem que suas ocorrências fossem registradas corretamente devido ao despreparo dos policiais. Após serem atendidas, as mulheres são encaminhadas para os mais diversos serviços, de acordo com as suas necessidades específicas, inclusive as casas abrigo.

Apesar de todos esses serviços apontados, podemos concluir também, seguindo a lógica utilizada pelo IPEA, dividindo o número de serviços ofertados pelo número de vítimas, que esses não se mostram suficientes para o acolhimento da mulher vítima de violência: Considerando que, somente em 2023, foram registradas 9.995 vítimas de violência doméstica em Recife e que existem apenas 2 centros que concentram diferentes serviços para atender às vítimas, ficam distribuídas aproximadamente 4.042 vítimas para cada um deles, sendo uma vazão muito maior do que pode ser suprida.

Além disso, levando em consideração os parâmetros estabelecidos por Farr (ANO), os raios de abrangência desse tipo de equipamento são de 1km (vide mapa) não abrangendo todas as áreas da cidade e nem o entorno do recorte de intervenção, na Av. Conselheiro Rosa e Silva, número 720.

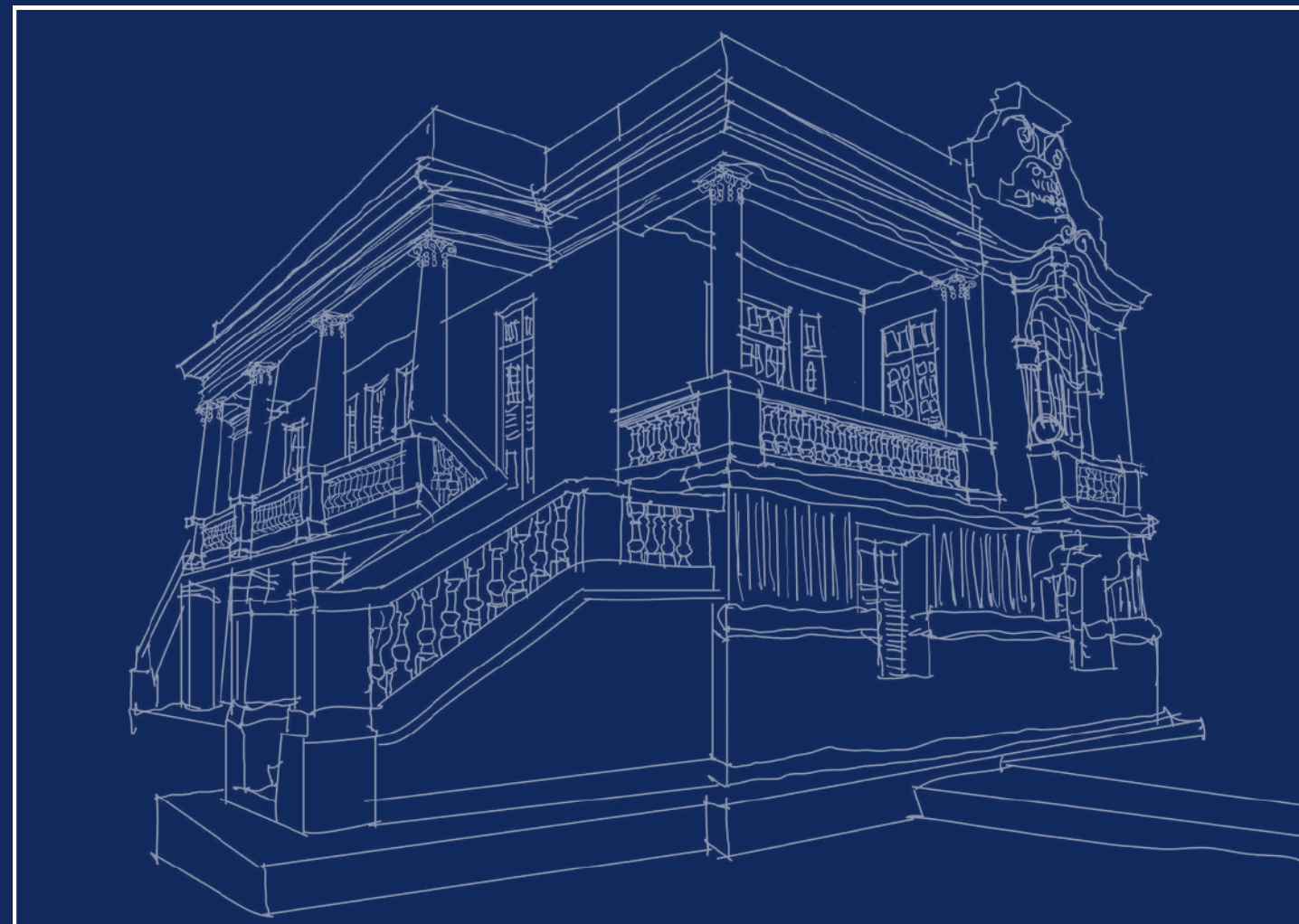
Portanto, a partir da percepção da demanda e das críticas realizadas à rede de atendimento corrente na cidade do Recife, existe uma lacuna a ser preenchida no atendimento à mulher vítima de violência doméstica. Segundo Souza e Cordeiro (2014, p.106), os Centros de Referência e de Casas-Abrigo interdisciplinares são essenciais dentro do enfrentamento à violência contra a mulher, por meio da promoção de atendimentos: “é necessário a promoção da construção da autonomia, fazendo com que a mulher [...] reúna condições necessárias para retornar ao curso de sua vida, encontrando condições propícias para que possa exercitar sua autonomia e recuperar sua autoestima”.

É importante ressaltar que a problemática da violência contra a mulher é muito complexa e engloba diversas esferas e que a criação de programas e serviços que sejam voltados para o atendimento dessas vítimas não se constituem como parte única da solução do problema. Assim, diante do exposto, a criação de Centros de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência se mostra necessária e coerente com a realidade do recorte proposto por esta pesquisa.

4

CAPÍTULO 4

PROJETO

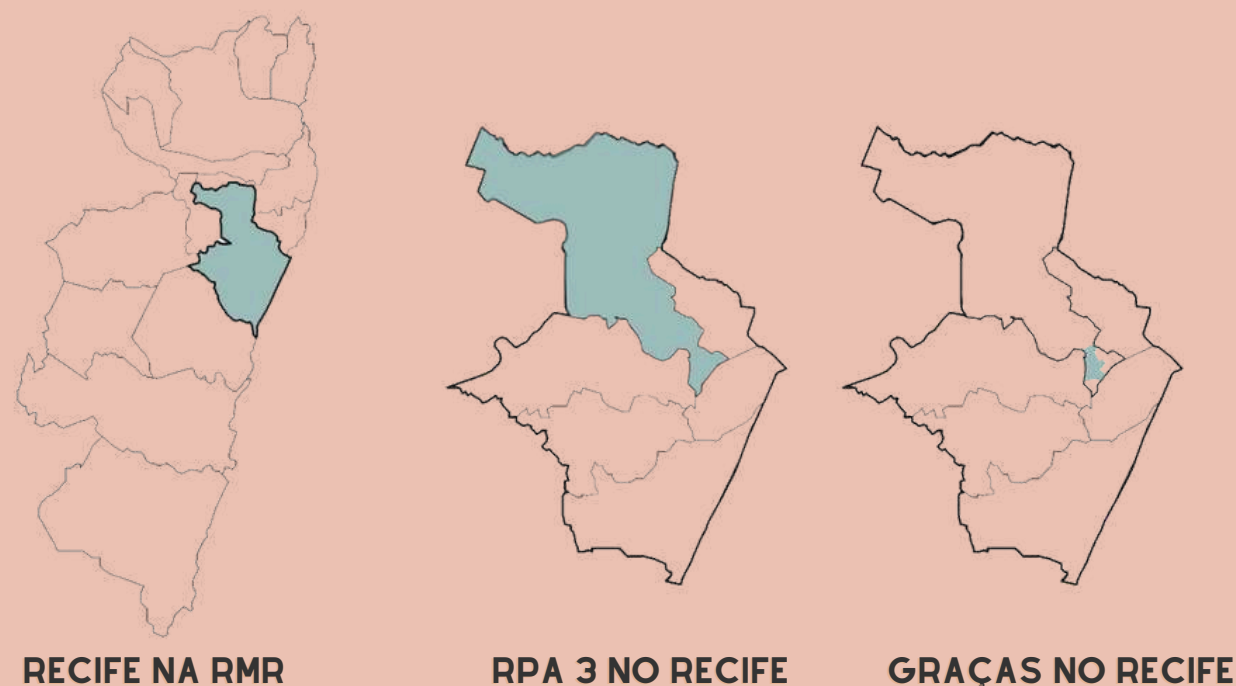


4. PROJETO

4.1 CONDICIONANTES

Diante das discussões realizadas anteriormente, para implementação de um centro de apoio à mulher vítima de violência doméstica no Casarão Villa Maria da Conceição, o IEP nº 49, se faz necessária a realização de uma análise mais aprofundada dos condicionantes do entorno do recorte projetual. Portanto, na primeira etapa deste capítulo, será realizado um estudo macro, acerca dos dados socioeconômicos e uma breve análise urbanística. Na segunda etapa, é realizada uma análise mais aproximada, a um raio de 250m da área de estudo, para avaliar as demandas existentes na área a fim de desenvolver diretrizes projetuais para o recorte de estudo.

A partir dos estudos e desenvolvimento de diretrizes, é chegado ao, de fato, projeto. Assim, é posto o processo projetual, desde a análise de referências e casos correlatos, estudos de formas, o partido, o conceito e o programa. Dessa forma, são postas as questões formais do projeto, como plantas baixas, cortes, fachadas, volumetrias, agenciamento, uso de materiais, soluções estruturais, agenciamento e diagramas esquemáticos, de forma a explicar e justificar as resoluções projetuais utilizadas. Por fim, são realizadas as considerações finais sobre a proposta, através de uma reflexão sobre como esta pode funcionar como um dos fatores capazes de reduzir os impactos causados pela violência doméstica contra a mulher e como esta se mostra em relação aos princípios da conservação integrada.



QUADRA ONDE SE INSERE O LOTE

DADOS SOCIOECONÔMICOS

O bairro no qual o casarão está localizado é o das Graças. Segundo dados da Prefeitura do Recife, esse possui 144 hectares² de área, com 20.538 habitantes. Sendo 56,95% dessa população feminina. De acordo com a faixa etária, a maior parcela é de 25 a 59 anos, sendo 51,85% da população, seguida por 18,23% de 60 anos ou mais. A população é majoritariamente branca, sendo 76,68%, seguida por 19,85% parda.

A taxa de alfabetização é de 99,2%. Possui 7.015 domicílios, sendo 49,18% desses chefiados por mulheres, tendo o rendimento mensal médio de R\$ 9.484,01 (aprox. 6 salários mínimos) em contrapartida com o geral da cidade (censo IBGE 2021), que é de 3,2 salários.

Devido ao fato de que os dados socioeconômicos citados anteriormente foram baseados no censo do IBGE de 2010 e portanto estão desatualizados, foi realizada uma análise mais aprofundada a partir da pesquisa do PURA (Plano de Urbanização e Recuperação Ambiental do Projeto Parque Capibaribe), na TOMO 4 - Parque, no tópico “Águas do Meio do Mundo”, onde está localizado o bairro das Graças. A partir desta, tem-se também que 99,85% dos domicílios da região possuem coleta de lixo e 91,85% dos domicílios possuem destinação de esgoto, enquanto a média da cidade do Recife é de 69,2%, o que mostra as boas condições de salubridade e de serviços básicos do bairro.



MAPA NOLLI

Imagem 60: Mapa Nolli (cheios e vazios)



Fonte: Unibase Recife. Adaptado pela autora.

A partir da elaboração do mapa de cheios e vazios, num raio de 500m do terreno, podemos notar que a maior parte das edificações construídas estão soltas no lote, seguindo o padrão construtivo do início do século XX, pela disseminação dos ideais sanitaristas. Nas proximidades podemos destacar importantes espaços verdes públicos, como o Parque da Jaqueira e o Jardim do Baobá. Há também uma considerável integração de espaços públicos verdes existentes, entre parques e praças, que, sobrepondo as informações do mapa realizado pelo PURA, trata-se de um terreno incluso na área de abrangência desses espaços públicos. Através desse mapa também destaca-se a característica que o terreno possui de ser um respiro verde na quadra, em meio a terrenos majoritariamente áridos.

MAPA DE GABARITOS

Imagem 61: Mapa de gabaritos



Fonte: Unibase Recife. Adaptado pela autora.

Em relação aos gabaritos da região, podemos observar que esta é uma área predominantemente verticalizada, apesar da presença de exemplares de até 3 pavimentos, os quais em sua maioria são exemplares históricos remanescentes assim como o IEP 49. Além disso, no entorno imediato há espigões que, como supracitado, interferem na relação de escala com os exemplares conservados. Apesar da existência da Lei dos 12 Bairros, que freou a verticalização nessa região, há ainda uma elevação da taxa de verticalização dos arredores (PURA, 2021), que, somada às condições da Lei dos IEPs citadas anteriormente, permite ainda que essa região seja de particular interesse para o mercado imobiliário.



MAPA DE USOS

Imagem 62: Mapa de usos



Fonte: Unibase Recife. Adaptado pela autora.

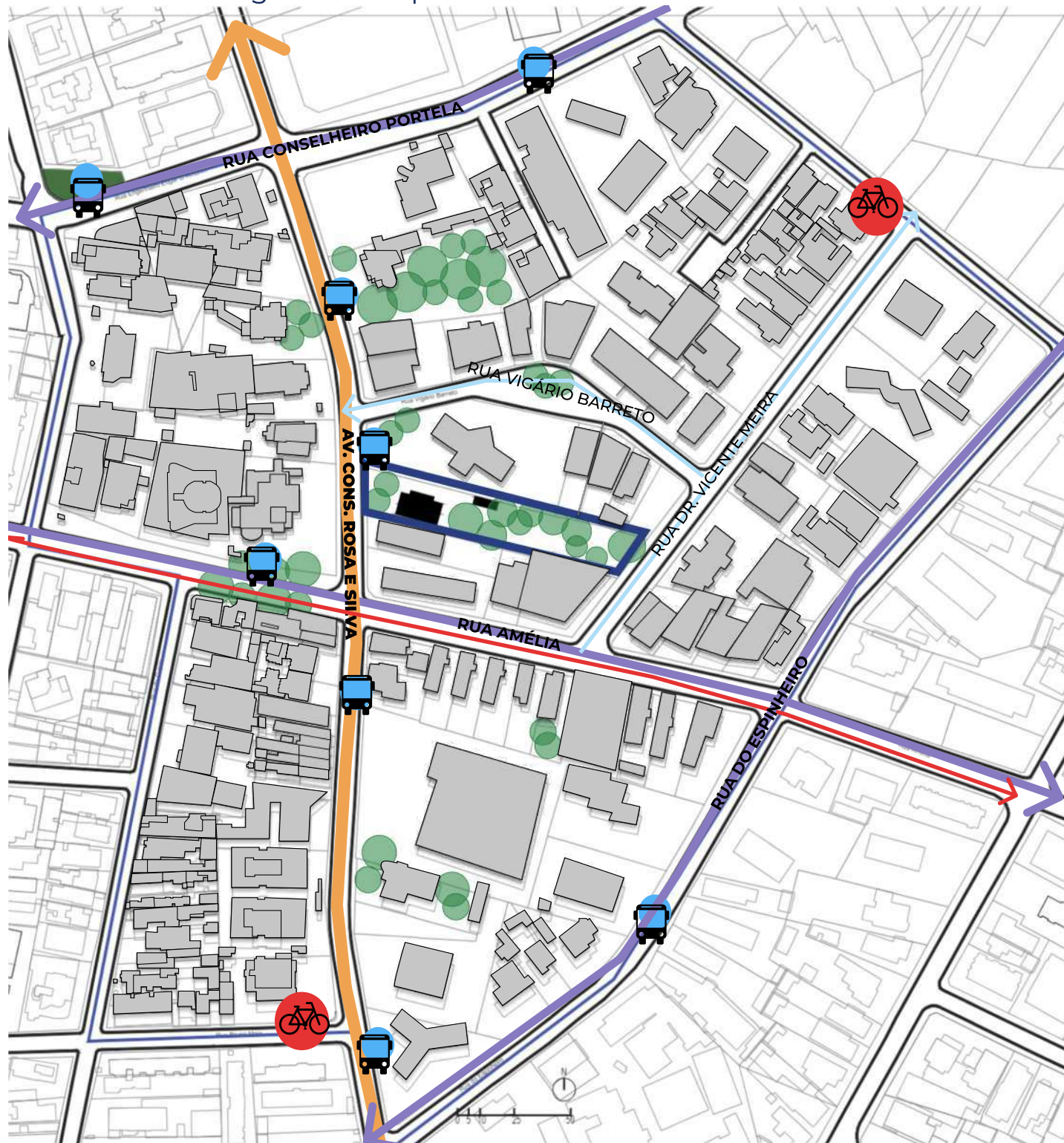
LEGENDA		
COMERCIAL	LOTE SEM EDIFICAÇÃO	INSTITUCIONAL
RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	CENTRO MÉDICO
		EDUCACIONAL

Em relação aos usos, podemos notar, que dentro do raio de 500m, a zona é predominantemente habitacional, porém com um importante destaque para a presença de usos de serviços e comércios, principalmente no arredor imediato ao terreno de intervenção. Há também uma considerável quantidade de edifícios galeria no entorno do terreno e de consultórios médicos, configurando um maior fluxo de pessoas e pedestres na região. Também é válido destacar a presença de grandes equipamentos de pontos de interesse para a população, uma vez que os estudos Building Dignity apontam que, para a implementação de um Centro de Referência da Mulher vítima de violência, a região deve ser bem dotada de acesso à infraestrutura urbana e equipamentos de suporte.

Ainda é válido destacar a presença do terreno de esquina, colado no terreno de recorte projetual, com o uso de estacionamento, área potencial para implantação do projeto urbano.

MAPA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA E FLUXOS

Imagem 63: Mapa de infraestrutura viária e fluxos



Fonte: Unibase Recife. Adaptado pela autora.

Em relação aos fluxos e à infraestrutura viária disponível, podemos notar que a via de maior fluxo é a Av Conselheiro Rosa e Silva, que possui alto fluxo de veículos e pedestres diariamente. Há também a proximidade com a Av. Rui Barbosa, sendo ambas vias classificadas como Corredores de Transporte Urbano Principal. A Rua Dr. Vicente Meira, para a qual o lote do recorte projetual também se volta, é uma rua de menor fluxo de carros.

É uma área bem servida de transportes públicos também, possuindo uma considerável quantidade de paradas de ônibus. Há ciclovias presentes na área, entretanto, com pouca conectividade entre elas, sendo interrompida na Av. Conselheiro Rosa e Silva. Há também pontos de coleta de bicicletas compartilhadas, configurando um relativo bom acesso aos meios de transportes alternativos.



SIMULAÇÃO CONSTRUTIVA

Imagem 64: Simulação construtiva



LEI DOS 12 BAIRROS

GABARITO MÁXIMO: 48 m (categoria de via B)

COEF. DE APROVEITAMENTO: 3,00

ÁREA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO: 7290m²

TAXA DE SOLO NATURAL: 30%

O bairro das Graças, de acordo com o zoneamento do Plano Diretor da Cidade do Recife de 2020, ele está localizado na Macrozona de Ambiente Construído, na Zona de Ambiente Construído (ZAC) - Planície 1 e em relação ao Plano Diretor de 2001, da Área de Reestruturação Urbana (ARU), no Setor de Reestruturação Urbana 1 (SRU-1).

Entretanto, os parâmetros urbanísticos que regem as construções nesse bairro são regidos pela Lei dos 12 Bairros (nº 16.719/2001) e pela Lei dos IEP (nº 16.284/1997), uma vez que o casarão é um Imóvel Especial de Preservação. Entretanto, como já citado anteriormente e presente na Lei dos IEP, os padrões construtivos para os terrenos remanescentes dos IEPs são determinados pela legislação vigente no local, portanto, a Lei dos 12 Bairros.

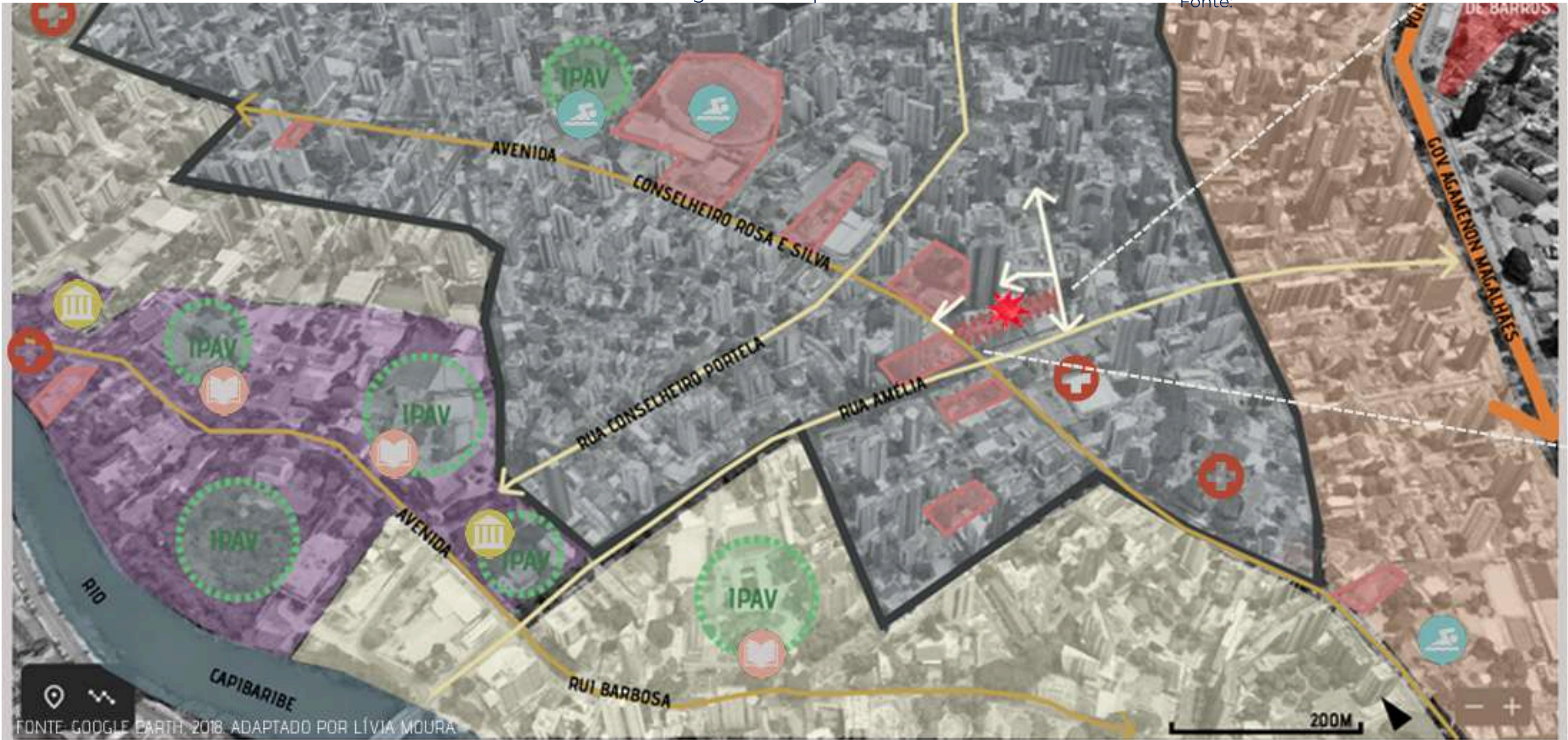
Levando em consideração que para a SRU-1, na Lei dos 12 Bairros, onde está localizado o terreno do IEP 49, considerando que a categoria de dimensionamento da via é B, os afastamentos laterais são de no mínimo de 3,00 metros para edifícios acima de 2 pavimentos, a taxa de solo natural é de 30% e o coeficiente de aproveitamento é 3. A área total do lote é 2.409,00m² e possui 390m² de área construída, entretanto, como já citado anteriormente, para construção em terrenos remanescentes de IEP não são contabilizadas as áreas do imóvel preservado. Para a Lei dos 12 bairros também o gabarito máximo para essa categoria de via é 48 metros.

Dessa forma, aplicando os parâmetros estabelecidos pela lei, conclui-se que pode ser construída até uma torre de 16 pavimentos, possuindo uma lâmina de aproximadamente 450m². Assim, a partir da realização desta simulação, nota-se que é permitida, dentro da legislação, a construção de uma edificação descontextualizada em relação ao IEP, o que contradiz os princípios da conservação e preservação do patrimônio, como já citado anteriormente. Portanto, esse fato culmina na justificativa da realização de um projeto que seja capaz de devolver o acesso ao patrimônio à população, além de ser uma concepção que respeita os princípios da preservação, sendo respeitosa em forma e escala.

MAPA SÍNTESE

Imagem 65: Mapa Síntese

Fonte:



LEGENDA



OBJETO DE ESTUDO: IEP 49

ZONEAM. PLANO DIRETOR 2020

ZAC | PLANÍCIE 1

ZEPH | PONTE D'UCHOA

ZDS | CAPIBARIBE

ZONA DE REESTRUTURAÇÃO URBANA 1

ZONA ESPECIAL DE CENTRALIDADES

ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL

HIERARQUIA VIÁRIA

METROPOLITANO

URBANO PRINCIPAL

URBANO SECUNDÁRIO

VIA COLETORA

IMÓVEIS

IPAV | IMÓVEL DE PRESERVAÇÃO DE ÁREA VERDE

IEP | IMÓVEL ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO

DESTAQUES

HOSPITAIS

EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS/LAZER

ESCOLAS

INSTITUCIONAL

FONTE: GOOGLE EARTH, 2018. ADAPTADO POR LÍVIA MOURA

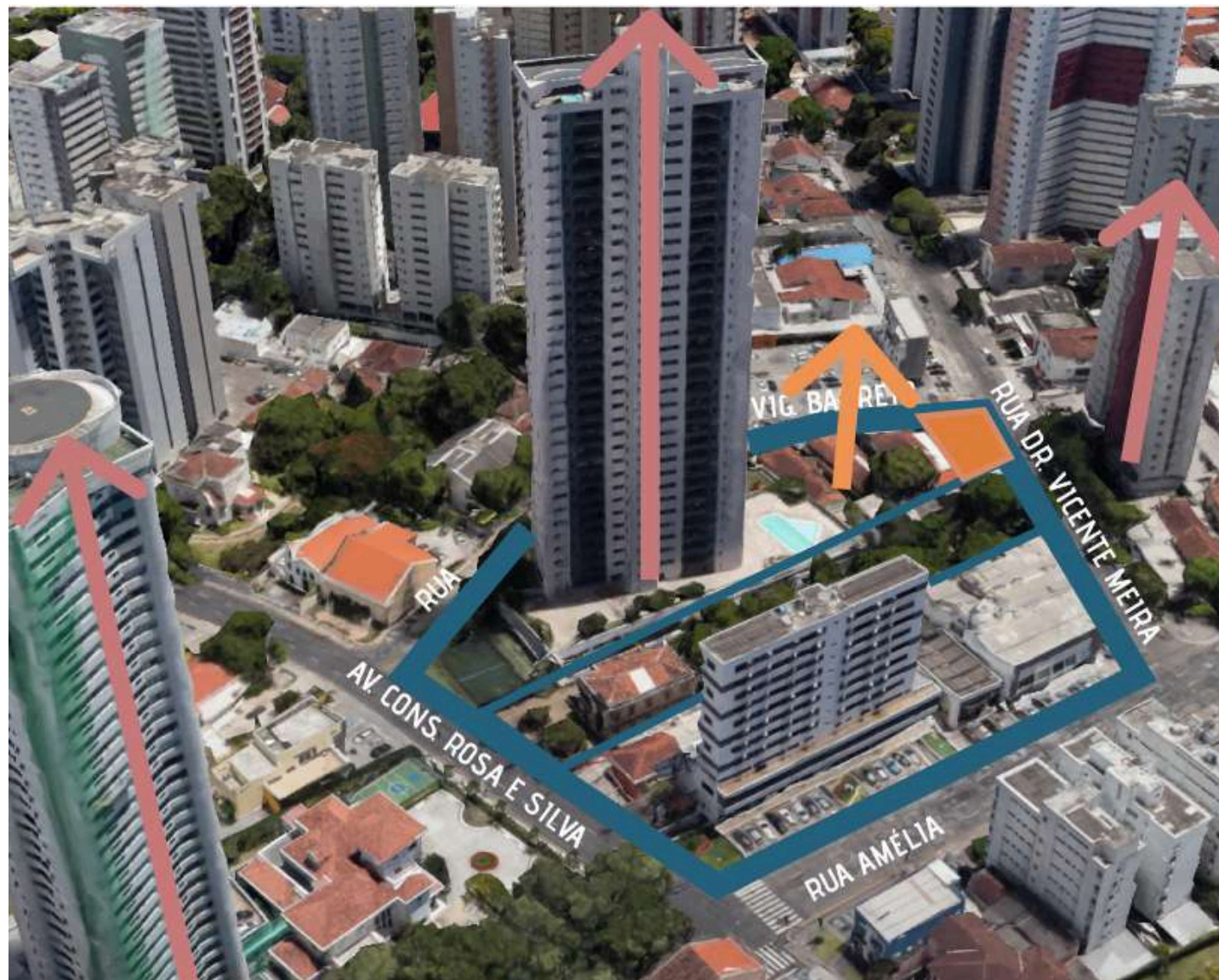
Após o somatório dessas análises, foi elaborado um mapa síntese que destaca os principais pontos condicionantes da área. O bairro, portanto, possui uma alta densidade populacional seguida pela densidade construtiva traduzida na predominância de edificações verticalizadas. Como já apontado anteriormente pelas análises, há uma boa oferta de serviços e equipamentos relevantes, possuindo, além das habitações, usos comerciais com fachadas ativas, o que contribui para a vitalidade da área. Há também uma boa oferta de transportes e meios de locomoção, o que facilita o acesso ao local e aumenta o fluxo de pessoas. É também uma região bem dotada de espaços públicos verdes, sendo abrangida por eles. Por ser uma região pioneira do crescimento urbano do Recife, há também uma relevante quantidade de equipamentos históricos, o que enfatiza também a importância da preservação da região, em especial o IEP 49, objeto central de estudo deste trabalho.

Assim, pode-se concluir que o bairro é, de forma geral, uma parcela bastante elitizada e dotada de boa infraestrutura, que mostra a perpetuação da desigualdade social presente no Recife, uma vez que esse, como citado anteriormente, foi uma porção da cidade que se formou através da construção de residências de uma parcela mais abastada da população, pela proximidade valorizada com o Rio Capibaribe. Essas características, portanto, se mantiveram de certa forma nessa região, através da predominância da população de pessoas brancas, alfabetizadas e com alto poder aquisitivo, com média salarial alta e do bom acesso aos serviços públicos básicos de infraestrutura.

O ENTORNO IMEDIATO

A partir de uma análise comparativa relacionada entre imagens de satélite de 2013 e 2023, torna-se importante também destacar o avanço do mercado imobiliário ao longo dos anos na região, com tendência à verticalização, provocando mudanças significativas nas tipologias e dinâmica dos arredores imediatos do terreno do IEP 49.

Imagem 66: Mapa esquemático entorno imediato.



Fonte: Google Earth, 2023. Adaptado pela autora.

No mapa o primeiro ponto a ser ressaltado é a presença de diversos espigões nos arredores do terreno, inclusive um deles presente no terreno remanescente do IEP 52, localizado no terreno de esquina da Rua Amélia com a Av. Conselheiro Rosa e Silva. Para mais, existe uma quantidade considerável de imóveis construídos no início do século XX, dentro do mesmo contexto em que o IEP 49 foi construído. As edificações do arredores possuem usos entre residencial, comercial, hospitalar e serviços, com destaque para os edifícios galeria com térreos ativos nas duas esquinas da quadra, que contribuem para o aumento do índice de caminhabilidade.

Além disso, o terreno possui frentes voltadas tanto para a Av. Conselheiro Rosa e Silva, quanto à Rua Dr. Vicente Meira, que, porém, possui o acesso fechado atualmente, com muro alto sem permeabilidade visual. Já a frente voltada para a Av. Conselheiro Rosa e Silva, mais movimentada, com maior fluxo de automóveis e pedestres possui os elementos divisórios do terreno com as características originais preservadas, sendo estes predominantemente de gradis, permitindo a permeabilidade visual, sendo um aspecto positivo para a noção de segurança da cidade, com os “olhos da rua” (Jacobs, 2000).

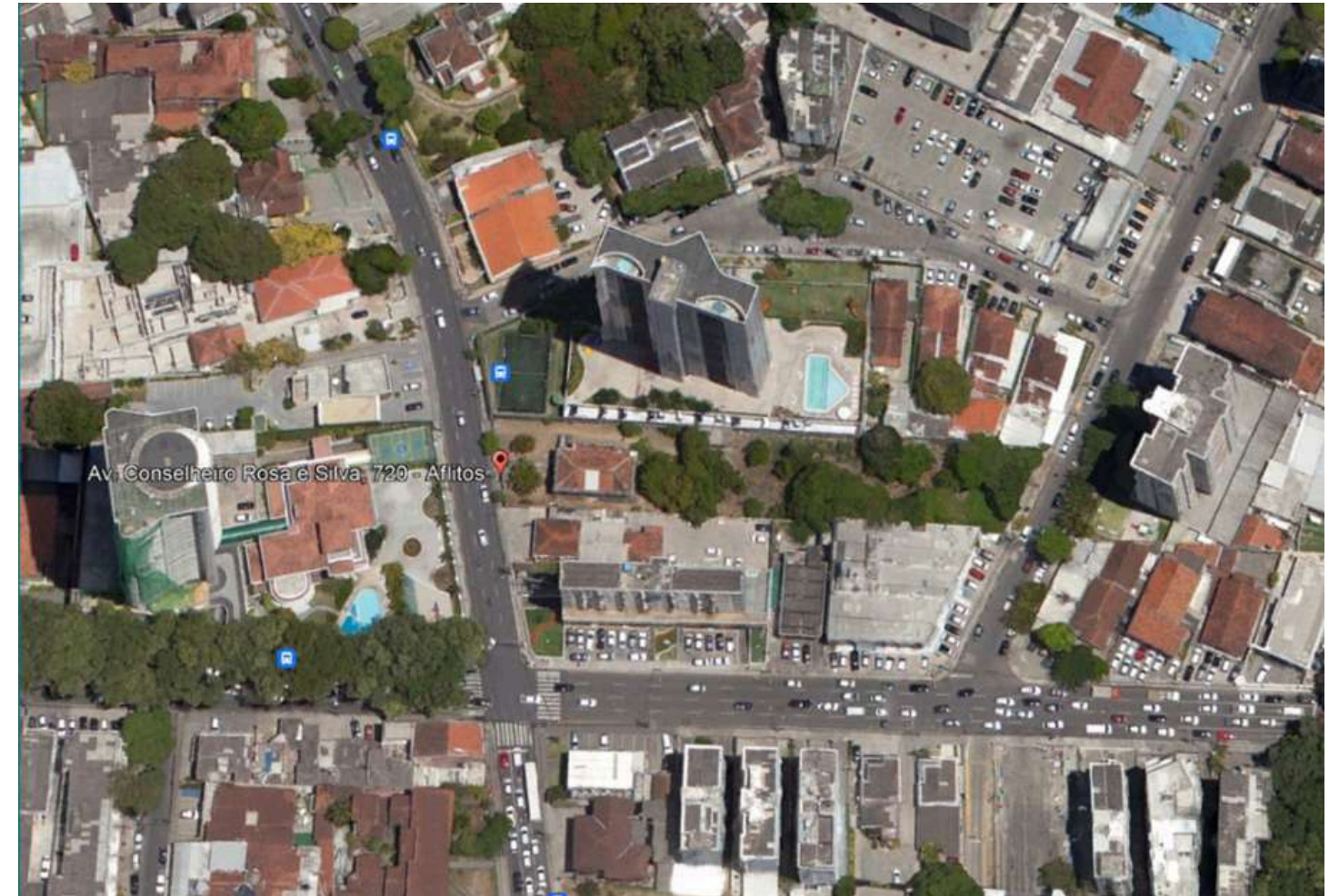
O terreno também se comporta como uma espécie de respiro verde dentro da quadra em que se insere, sendo destacada a notável densidade vegetal presente nele, em meio às construções de concreto, podendo essa característica ser apontada como valor e uma potencialidade na região. Foi notada também a existência da possibilidade de anexar o lote “A”, atualmente um estacionamento, terreno bastante árido e que não possui um uso que contribua para a vitalidade da cidade, ao terreno do IEP 49.

Imagem 67: Visão de satélite de 2022 com edificações dos lotes “A”, “B” e “C” demolidas, construção de torre no lote “D” e avanço da vegetação no lote do IEP 49.



Fonte: Google Earth, 2023. Adaptado pela autora.

Imagem 68: Visão de satélite de 2013 com edificações dos lotes “A”, “B” e “C” ainda presentes, estacionamento no lote “D” e início do avanço da vegetação no terreno do IEP 49.



Fonte: Google Earth, 2013. Adaptado pela autora.

Dessa forma, evidencia-se a edificação da esquina da Rua Dr. Vicente Meira com a Rua Vigário Barreto, que, até 2015 era um restaurante e depois se tornou um estacionamento.

Imagem 69: Lote “A” em 2012 com edificação antes de ser demolida.



Fonte: Google Street View. Janeiro de 2012. (Adaptado pela autora)

Imagem 70: Lote “A” em 2022 após demolição da edificação e implementação de um estacionamento.



Fonte: Google Street View. Janeiro de 2022. (Adaptado pela autora)

Nesta mesma rua, na calçada oposta, em 2023 foi construída uma torre empresarial de 48m de gabarito.

Imagem 71: Lote “D” com estacionamento existente anterior à construção da torre empresarial.



Fonte: Google Street View. Julho de 2019.

Imagem 72: Lote “D” com torre empresarial construída.



Fonte: Autora. Janeiro de 2024.

No fim de 2023 ocorreu a demolição de duas edificações de construções datadas do início do século XX, assim como o IEP 49, para a construção de mais uma torre empresarial, em andamento até o momento de escrita deste trabalho.

Imagem 73: Lotes “B” E “C” com edificações residenciais térreas antes da demolição.



Fonte: Google Street View. Janeiro de 2022.

Imagem 74: Lotes “B” e “C” após demolição das edificações para construção de nova torre empresarial.



Fonte: Autora. Janeiro de 2024.

4.2 ANÁLISE DE REFERÊNCIAS

Para o desenvolvimento desse projeto, foram selecionadas referências projetuais que se relacionam com a temática e desafios desse trabalho, de forma a guiar a produção do projeto no que tange à forma, programa, materiais e soluções formais.

A fim de dar suporte no processo de concepção no que tange a questão programática, foram selecionados os projetos de Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica, em Tel Aviv, Israel e a Casa da Mulher Brasileira, em Brasília. Já em relação à questão de materialidade e de intervenção na preexistência, foi selecionado o projeto do Museu Rodin, em Salvador.

ABRIGO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Arquitetos: Amos Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects

Localização: Tel Aviv, Israel

Ano: 2018

Fonte: ArchDaily

Imagens 75 e 76: Abrigo para vítimas de violência doméstica.



Fonte: ArchDaily, 2018.

Esse projeto se destaca, primeiramente, por ter sido construído a partir da consulta das equipes e futuras moradoras que irão ocupá-lo e administrá-lo, o que mostra uma preocupação pertinente com as reais necessidades das usuárias, buscando atendê-las da melhor forma, sendo este liderado pela ativista da instituição de caridade “No To Violence”, Ruth Rasnic. O espaço abriga mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e abuso de Israel.

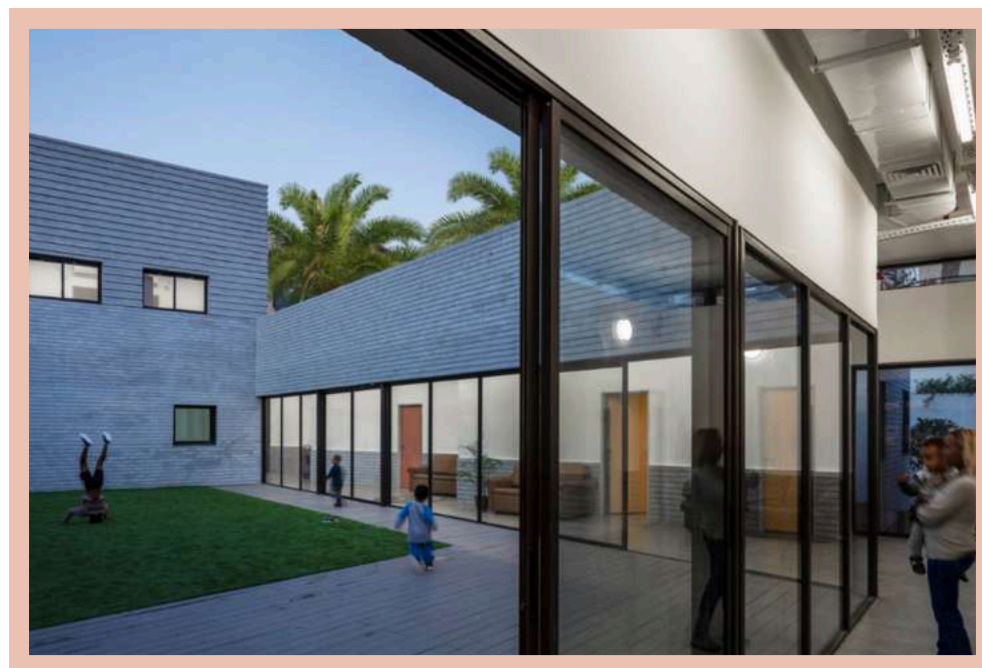
Imagem 77: Planta baixa



Fonte: ArchDaily, 2018.

O abrigo possui no total aproximadamente 1600m² e possui espaços de funcionalidades variadas, dentre áreas comuns, alojamentos independentes para cada família abrigada, jardim de infância, sala de informática, lavanderia e um jardim interno. Além disso, existem espaços voltados para atendimentos de psicólogas, assistentes sociais e advogadas, e para a parte administrativa do abrigo, com salas de trabalho, copa, salas para funcionários. Ademais, os alojamentos são individuais e funcionam como unidades autônomas, casas, que permitem a manutenção de uma rotina para as famílias abrigadas e lhes dão mais autonomia a partir da privacidade.

Imagens 78 e 79: Imagens pátio interno.



Fonte: ArchDaily, 2018.

Segundo Amos Goldreich, autor do projeto, ele se desenvolve a partir do pátio central, que funciona como o principal ponto de encontro dos moradores do abrigo, o “coração terapêutico”, proporcionando uma conexão com a natureza e áreas externas, além de ser rodeado de divisórias de vidro que promove a permeabilidade visual, conectando o interior com o exterior. A conexão visual é de extrema importância para promover a autonomia dos residentes, dando sensação de segurança ao perceber o que acontece nos espaços próximos, segundo Quirck (2013).

Em relação à materialidade, esta é trabalhada de forma poética, onde os materiais de superfície mais áspera são utilizados nas fachadas externas, configurando segurança e proteção, enquanto as paredes internas são revestidas de materiais lisos e delicados, dando sensação de conforto.

A partir das análises realizadas, conclui-se que esse projeto se mostra importante para o desenvolvimento do presente trabalho pois demonstra, em primeiro lugar, uma preocupação com os usuários do local, buscando atender a necessidades reais e promover o bem-estar através da conexão com os espaços externos e materiais utilizados. A solução programática também se mostra bastante coerente com as necessidades levantadas por esse trabalho, sendo sucinta, mas que atende às necessidades rotineiras, tendo espaços de atendimentos, de capacitações, creche, e, por fim, abrigos autônomos que permitem a autonomia das mulheres e crianças.

CASA DA MULHER BRASILEIRA

Arquitetos: Marcelo Pontes, Raul Holfinger e Marcela Laval
Local: Brasília
Ano: 2015

Imagem 80: Casa da Mulher Brasileira.



Fonte: Prefeitura de Cariacica.

Trazendo a análise para uma realidade aproximada, faz-se o estudo do caso da Casa da Mulher Brasileira, um programa do Governo Federal através da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Este busca solucionar a problemática da falta de integração dos serviços de atendimento à mulher vítima de violência através da concentração das atividades de acolhimento, atendimentos psicossociais, delegacia da mulher, defensoria pública, serviços de autonomia econômica, alojamento de passagem, espaço para crianças e encaminhamento (Brasil, 2015).

Imagem 81: Zoneamento esquemático.

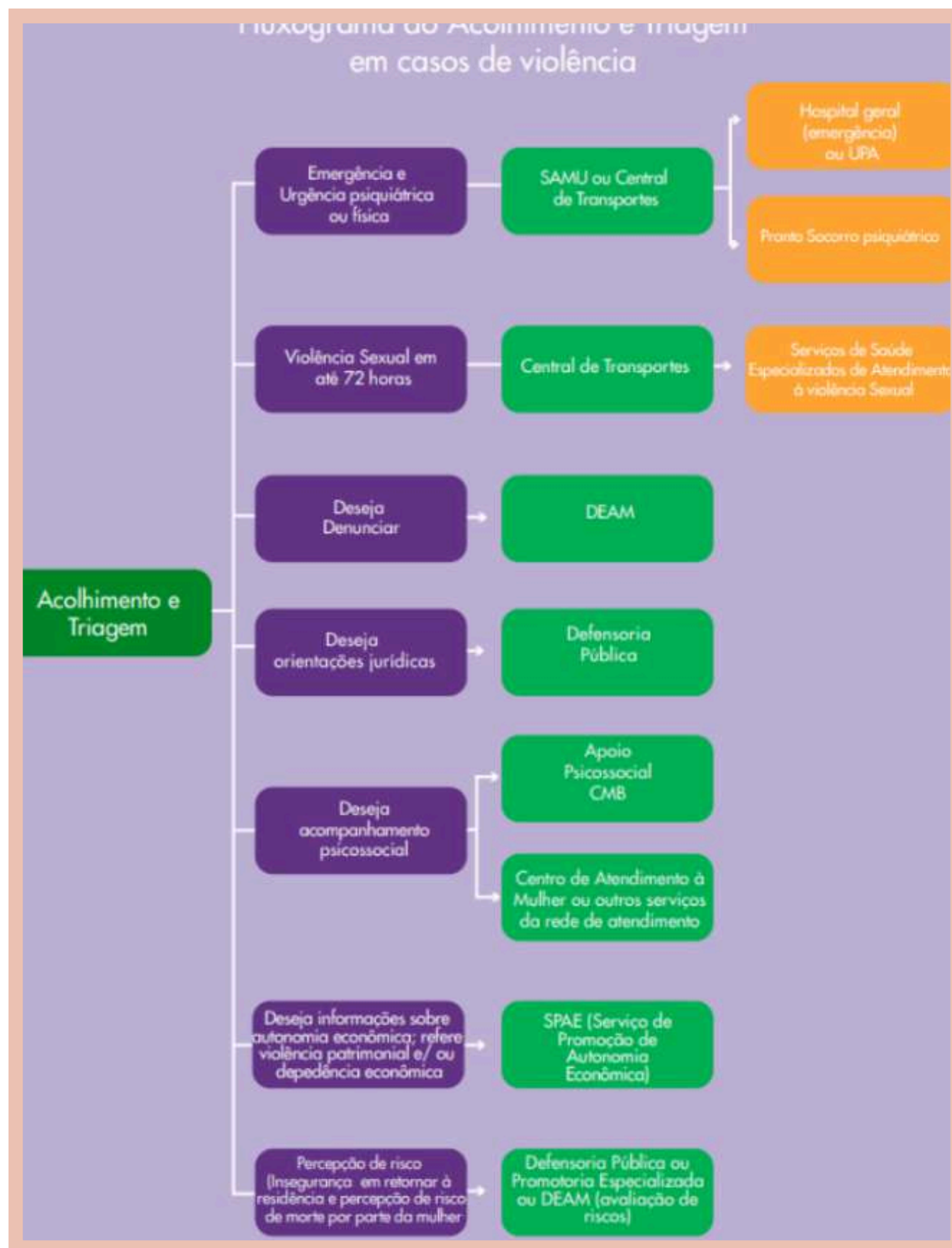


Fonte: Prefeitura de Cariacica.

Através da integração dos serviços, esse projeto facilita o processo de atendimento da mulher, em diversas esferas, tendo essa comunicação interligada, evitando que a vítima tenha que se deslocar entre muitos órgãos para efetivar a denúncia e iniciar qualquer tipo de tratamento, como é comum. Assim, é oferecido um ambiente facilitador e mais acolhedor. Outro fator importante a ser destacado são os projetos oferecidos de autonomia econômica, integrados com os programas sociais, que colaboram para a promoção da emancipação da mulher, que muitas vezes se vê presa em situações de violência devido à dependência econômica.

Para implementação da Casa da Mulher Brasileira, foi elaborado um projeto arquitetônico padronizado, que segue as premissas de articulação de serviços para o acolhimento integral das mulheres, espaço humanizado e unidade visual e arquitetônica para todas as filiais.

Imagem 82: Fluxograma de atendimento.



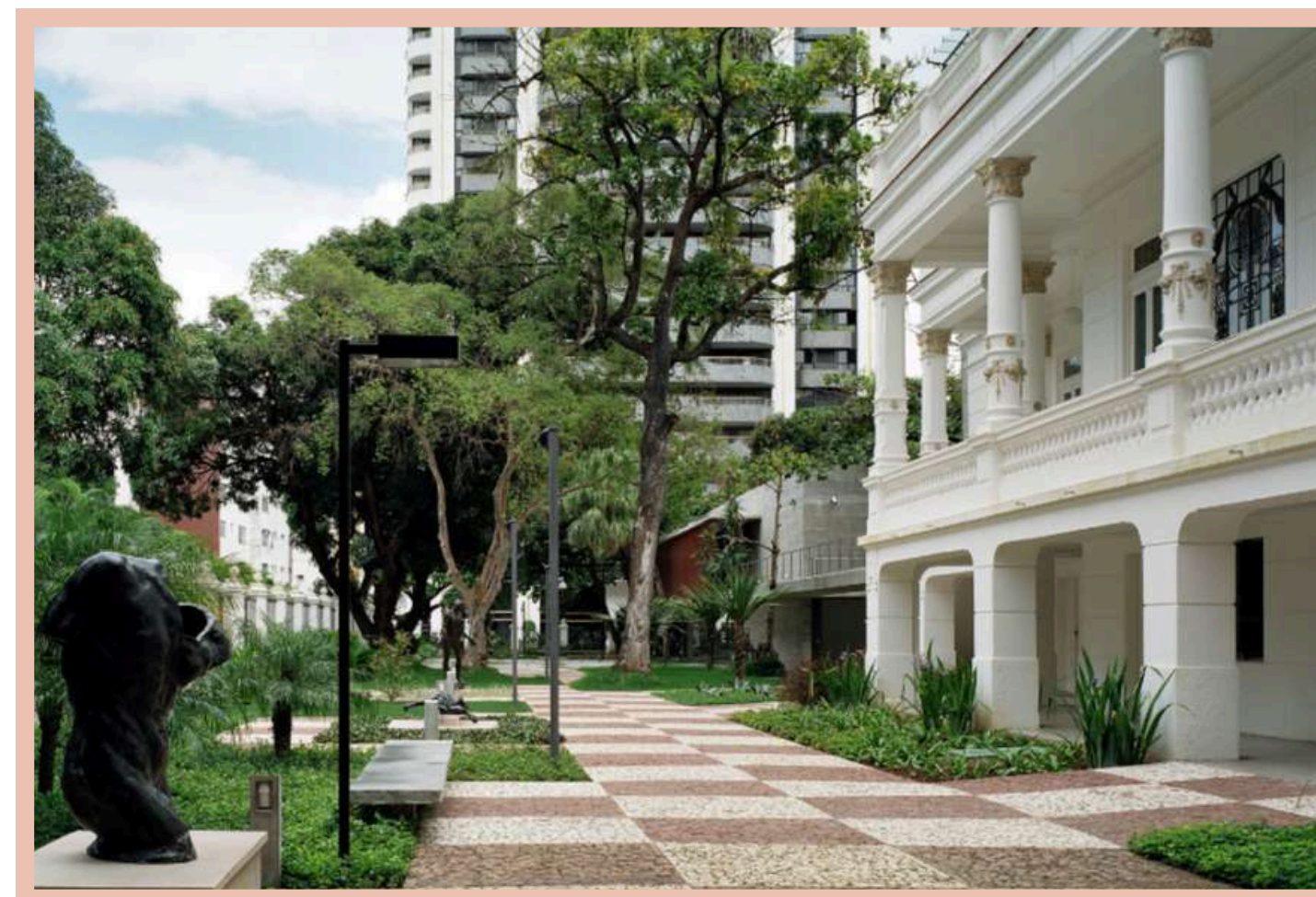
Fonte: Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento do Programa Casa da Mulher Brasileira. 2015.

Além disso, o programa possui um padrão de fluxograma de atendimento que se tornou de suma importância para a elaboração do projeto deste presente trabalho. Portanto, apresenta-se esse projeto como uma das referências temáticas, uma vez que ele demonstra uma alternativa de integração de diferentes serviços de atendimento à mulher e esta é uma das lacunas existentes nos serviços ofertados em Recife.

MUSEU RODIN BAHIA

Arquiteto: Brasil Arquitetura; Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz e Cícero Ferraz
Local: Salvador, Bahia
Ano: 2002

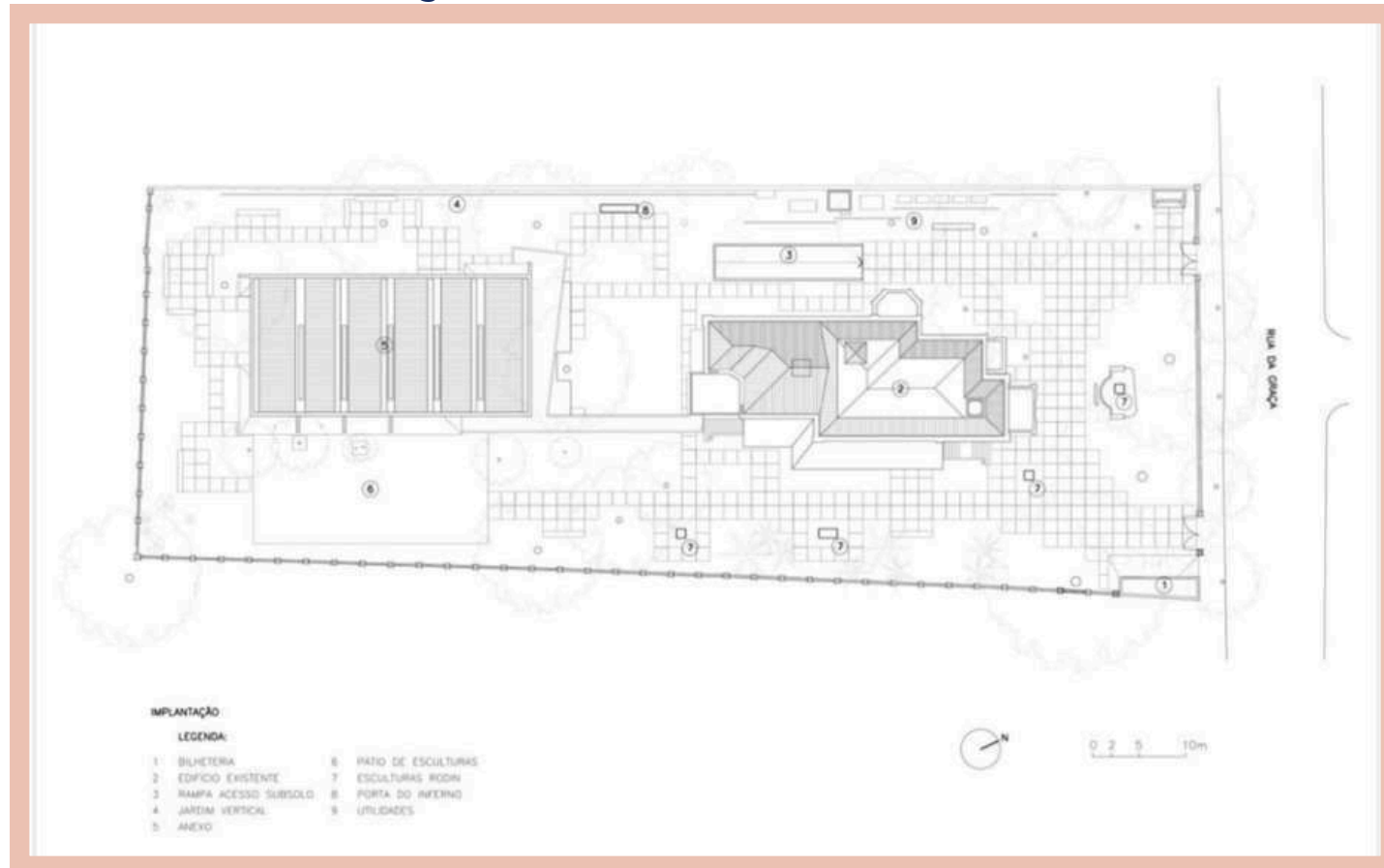
Imagem 83: Museu Rodin.



Fonte: Prefeitura de Cariacica.

Em relação à intervenção na preexistência, uma vez que o presente trabalho propõe-se a restaurar e atribuir um novo uso ao Casarão Villa Maria da Conceição e a construir um novo volume no seu terreno remanescente, o projeto do Museu Rodin Bahia, se mostra uma ótima referência projetual de intervenção no patrimônio edificado.

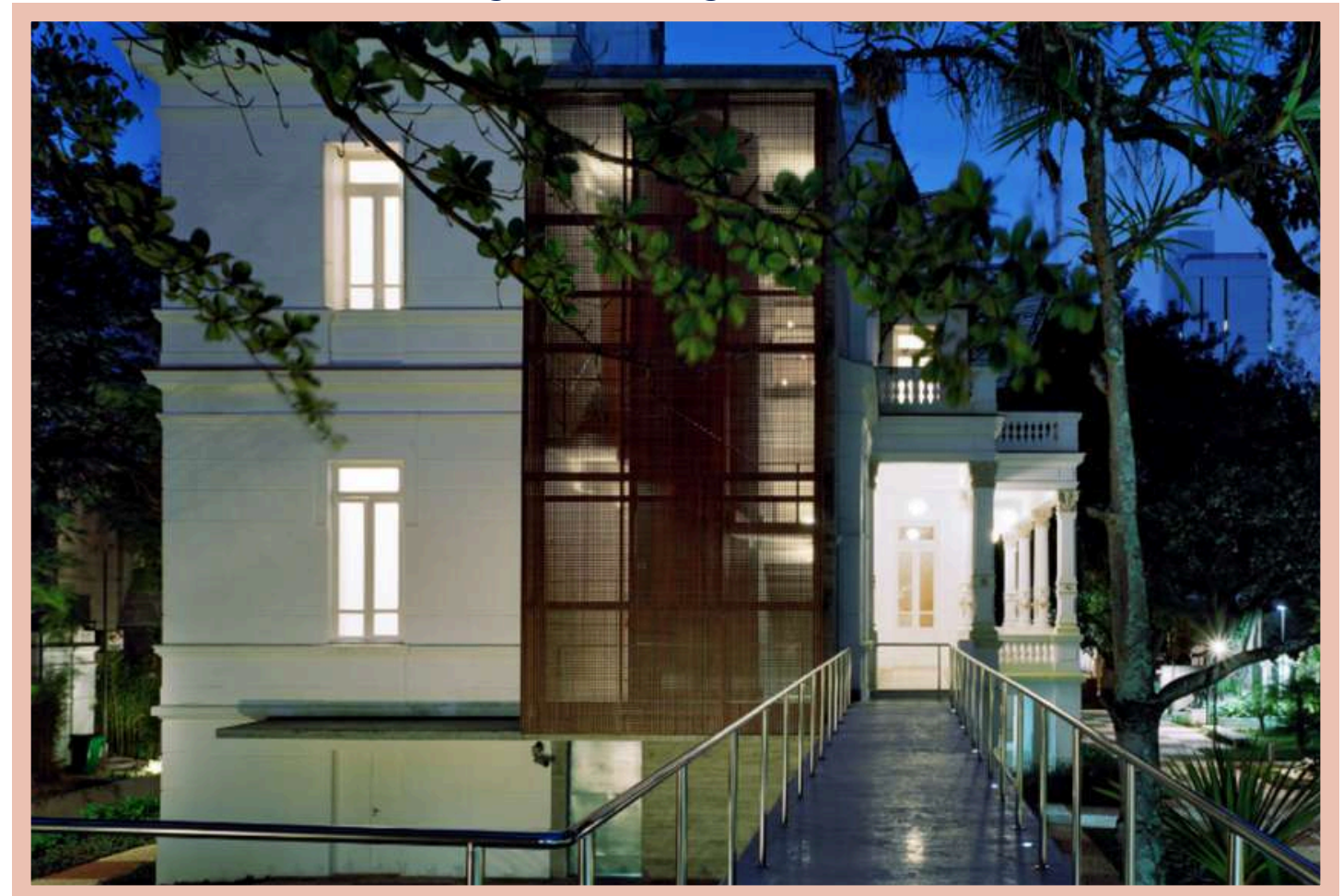
Imagem 84: Planta baixa Museu Rodin.



Fonte: ArchDaily.

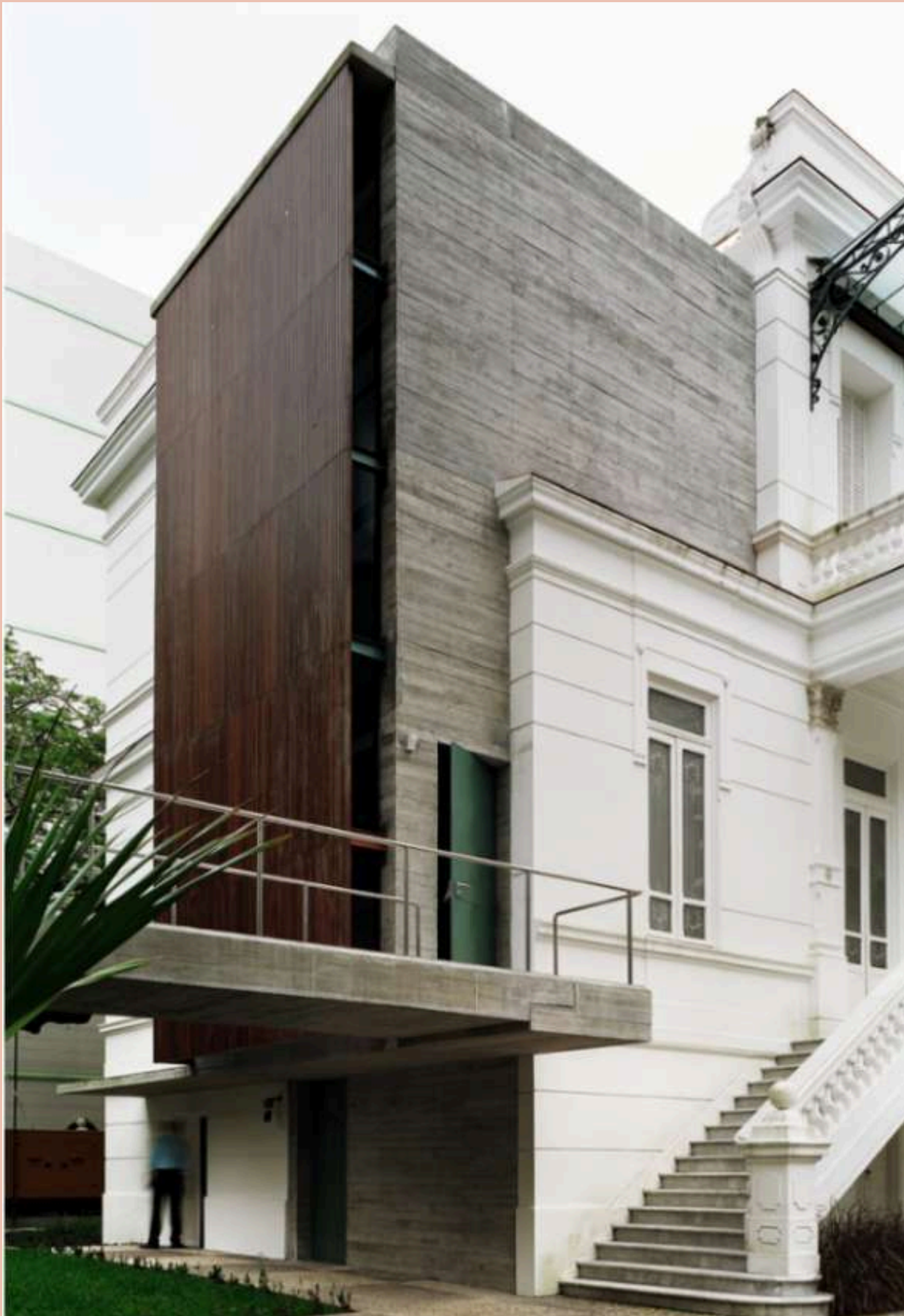
As diretrizes traçadas pelos autores para esse projeto foi que o mesmo deveria destacar os diferentes tempos existentes entre o Casarão Eclético e o novo edifício contemporâneo e conviver de forma respeitosa. Assim, foram realizadas modificações pontuais no palacete histórico, mantendo suas características originais. A questão da circulação vertical foi resolvida através da implementação de um novo volume acoplado na parte posterior do casarão, dispondo de um elevador, garantindo a acessibilidade deste edifício e com materiais que diferenciam a passagem de tempos: o concreto, como uma forma de “anunciar” o novo bloco (Brasil Arquitetura, 2002).

Imagem 85: Imagem noturna.



Fonte: Acervo Brasil Arquitetura. Nelson Kon.

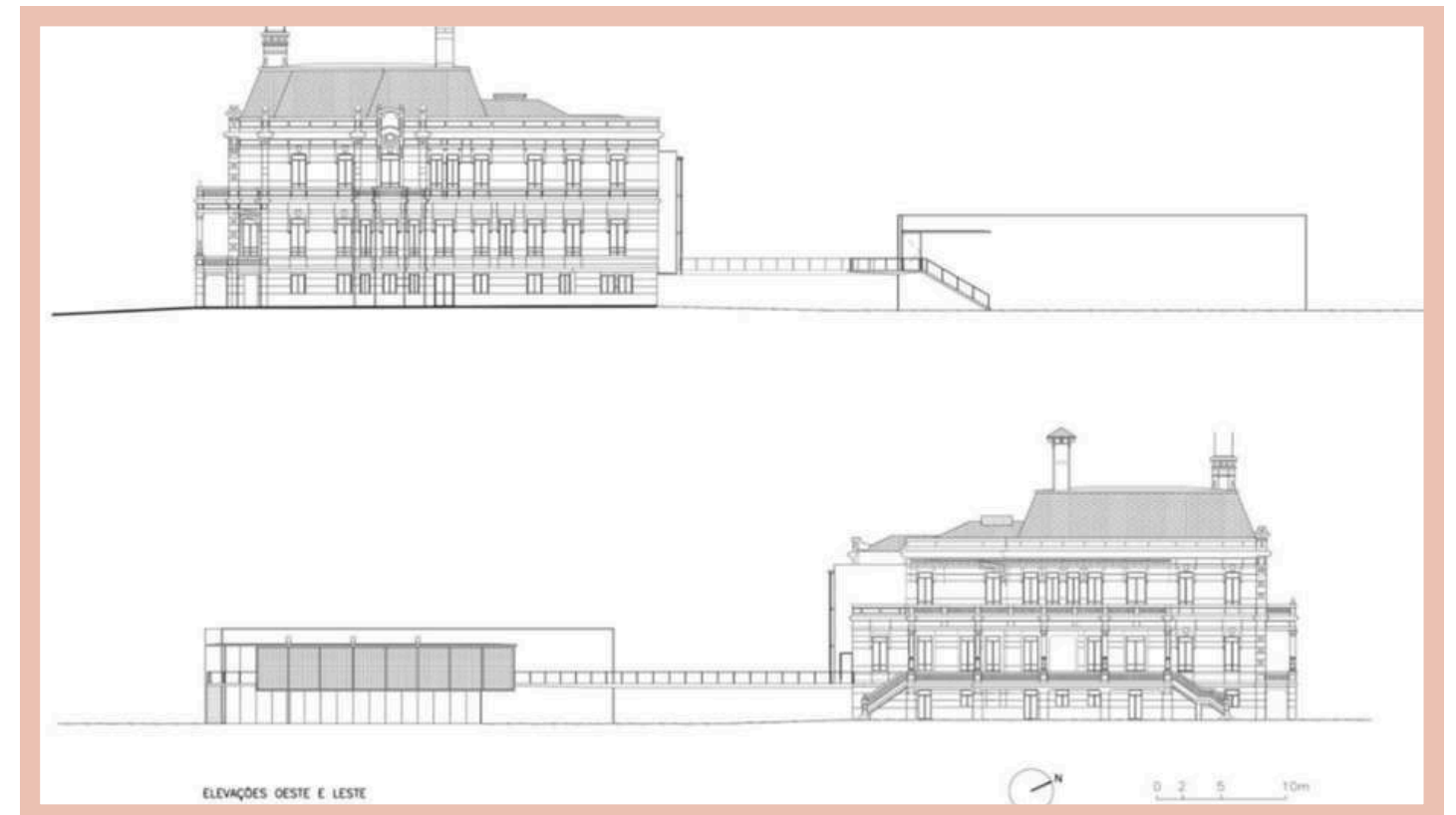
Imagem 86: Intervenção na fachada préexistente.



Fonte: Acervo Brasil Arquitetura. Nelson Kon.

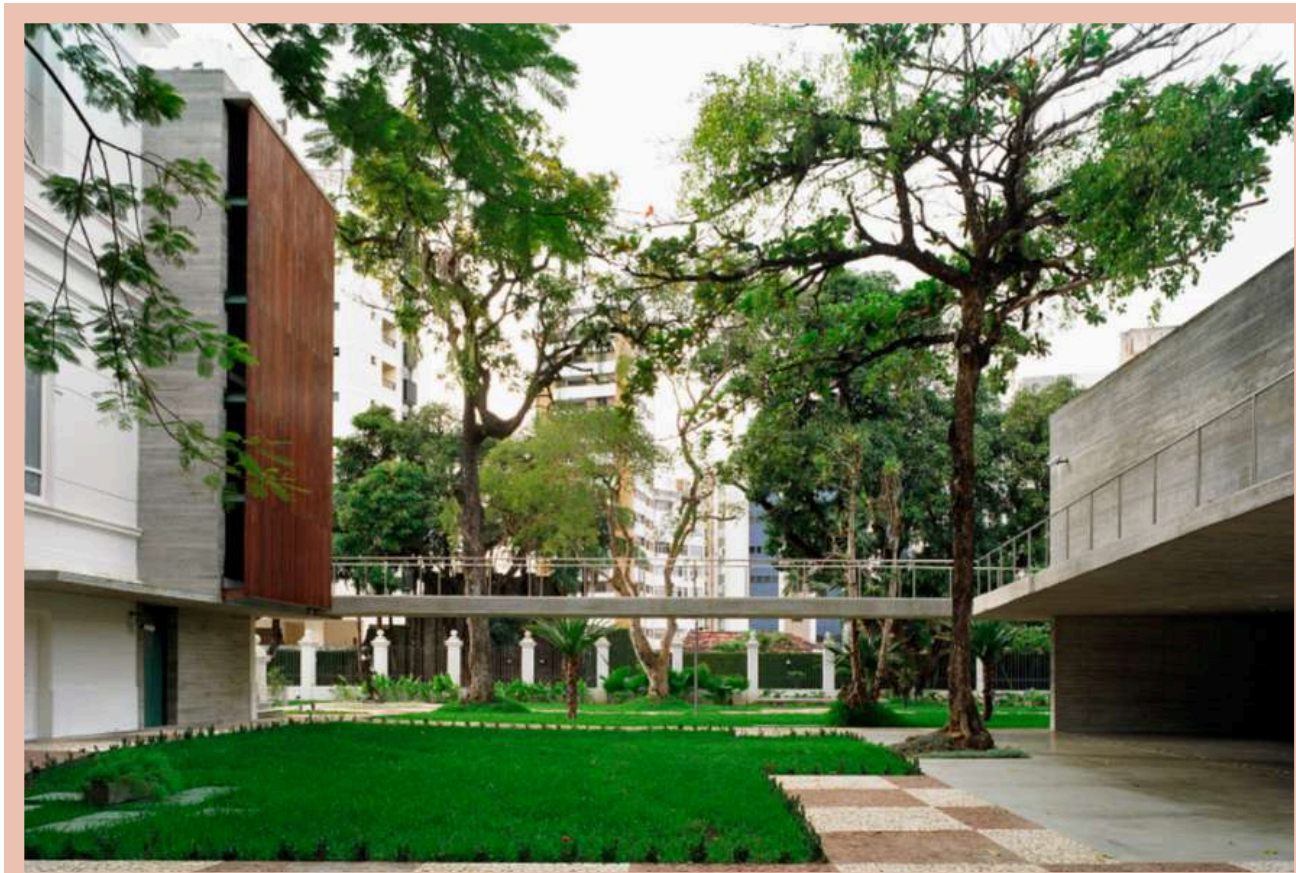
Outra importante diretriz utilizada foi a escolha de interferir ao mínimo nas árvores centenárias existentes no terreno e de que o novo volume não competisse com a edificação histórica, devendo ser uma construção que se articula com o antigo de forma respeitosa. Assim, a nova construção foi realizada com um afastamento considerável, respeitando em escala e forma o Palacete, seguindo os alinhamentos existentes, através da utilização de materiais como concreto e madeira.

Imagem 87: Fachadas Museu Rodin.



Fonte: ArchDaily.

Imagens 88 e 89: Imagens Museu Rodin.



Fonte: ArchDaily. Nelson Kon.

Os dois volumes, antigo e novo, se conectam através de uma passarela que dá visão para o jardim com as árvores centenárias preservadas, criando espaços de estar com bancos nas sombras das árvores, sendo um espaço de encontro.

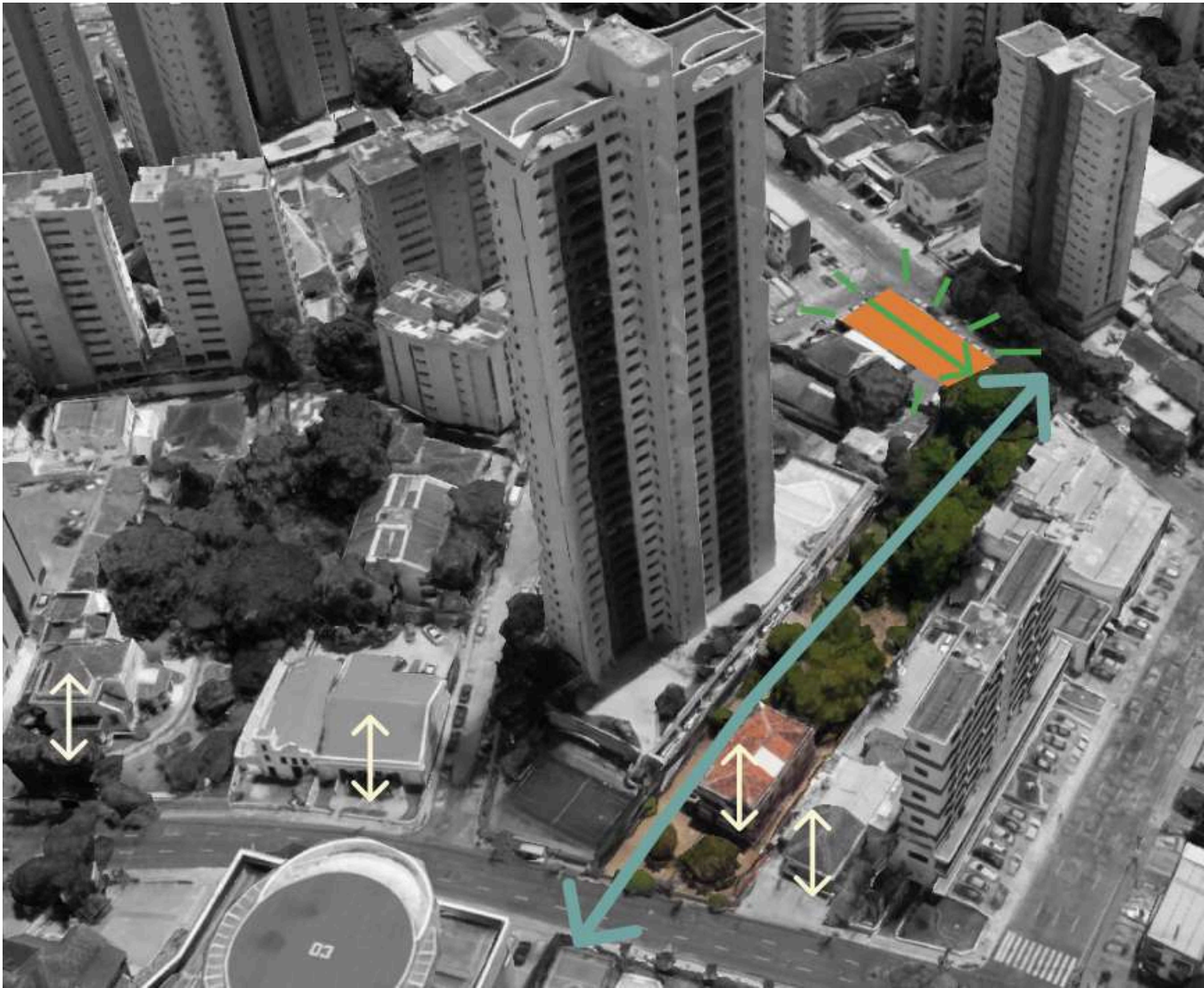
Assim, percebe-se as semelhanças existentes entre as formas e condicionantes do projeto do Museu Rodin Bahia com o projeto de intervenção no IEP 49 deste trabalho, em relação à preexistência de um casarão eclético, a utilização da manutenção das árvores como condicionante e a relação respeitosa e de diálogo do edifício antigo com o novo. Portanto, o projeto foi selecionado como uma referência.

Referência	Programa	Intervenção no Pré-existente
Abrigo para vítimas de violência doméstica	✓	✗
Casa da Mulher Brasileira	✓	✗
Museu Rodin Bahia	✗	✓

4.3 PROJETO

4.3.1 DIRETRIZES

Imagem 90: Diretrizes.



LEGENDA:

- INCENTIVAR O ACESSO DA POPULAÇÃO AO CASARÃO

ABERTURA DO LOTE PARA CONEXÃO ENTRE RUAS

RESPEITO À ESCALA, CONTEXTO E MATERIALIDADE NO NOVO VOLUME
- INTEGRAÇÃO DO TERRENO LATERAL PARA CRIAÇÃO DE PRAÇA DE CHAMADA (ATUALMENTE FUNCIONA COMO ESTACIONAMENTO)

MANUTENÇÃO DA CARACTERÍSTICA DE “RESPIRO” NA QUADRA

A partir das análises realizadas anteriormente, foram elaboradas diretrizes que guiaram a elaboração do projeto de um Centro de Apoio à mulher vítima de violência doméstica.

A primeira diretriz foi elaborada a partir do levantamento das árvores existentes no terreno há mais de 20 anos e da tomada de decisão de mantê-las no terreno, de forma a manter o seu caráter de “respiro” na quadra que é bastante adensada devido a presença de construções verticalizadas. Assim, as árvores existentes passaram a ser um condicionante para a implantação do volume projetual.

A segunda diretriz foi desenvolvida com base na existência de duas frentes no lote, sendo a principal voltada para a Avenida Conselheiro Rosa e Silva e a segunda para a Rua Doutor Vicente Meira, que se encontra fechada por um muro atualmente. De forma a enfatizar a linearidade do terreno como um elemento que provoca uma “pausa” na quadra, foi elencada como diretriz a abertura do lote nas duas frentes, de forma a conectar as duas ruas.

Devido a presença do terreno de esquina que possui uma divisa lateral com o lote do imóvel objeto deste trabalho e atualmente é subutilizado por um estacionamento de veículos que não se conecta com os pedestres, foi elaborada uma diretriz de incorporar este ao terreno remanescente do IEP 49 de forma a implementar uma praça de chegada no local, onde possam acontecer atividades ao ar livre tanto para as usuárias do centro, quanto para a população em geral.

O Casarão foi identificado como o elemento principal da paisagem do lote, devendo permanecer como destaque no projeto, o abrindo também para o acesso da população, de forma a integrá-lo à cidade e aproximar dos transeuntes. Ainda em relação ao casarão, é também uma importante diretriz a realização de ações de restauro e recuperação do mesmo. Em relação às novas construções propostas, a diretriz principal define que estas deverão respeitar o volume do casarão, através da manutenção da escala, do contexto e de sua materialidade de forma a não cometer falsos históricos ao mesmo tempo que promove uma continuidade volumétrica.

O CENTRO VILLA MARIA

O nome escolhido para ser dado ao centro foi “Villa Maria”, visando manter a identidade do casarão, que já possui este nome (Villa Maria da Conceição), e relembrar a memória de Maria da Conceição Guedes Pereira, a sua última moradora, uma mulher que também foi vítima de violência doméstica. Assim, ao mesmo tempo, a história dela é ressignificada a partir da implementação de um uso que, junto a outros projetos, possui como programa o combate à violência doméstica contra a mulher e a redução desses danos. Ao mesmo tempo, a supressão do “Conceição” dá uma abrangência maior partindo do pressuposto que o nome “Maria” tem um caráter poético e representativo de Maria da Penha, importante personalidade para a luta contra a violência doméstica e também tantas outras “Marias” que são vítimas dessa problemática diariamente.



4.3.2 CONCEITO

A partir do estudo de referências, levantamento de lacunas e demandas existentes e do entendimento das características condicionantes do terreno, como as ruas de maior fluxo de acesso, foi definido o conceito e o zoneamento geral do terreno.

Dessa forma, o conceito foi elaborado como “**Travessia da Cura**”, onde foram elencados 3 pilares principais que nortearam o zoneamento: Acolher, Cuidar e Socializar, que configuram, de forma poética, as etapas de passagem para o alcance da cura da mulher vítima de violência doméstica.

Imagem 91: Mapa conceitual Travessia da Cura



Fonte: Unibase Recife. Adaptado pela autora.

O primeiro pilar é o **Acolher**, que como já diz o nome, promove o acolhimento na chegada das mulheres através dos atendimentos iniciais emergenciais no térreo e também as acolhe no sentido de promover abrigo temporário para as mesmas. Assim, tendo em vista que o acolhimento das vítimas é uma etapa mais sensível e que requer maior privacidade, sua localização foi definida como a de mais próximo acesso para a Rua Doutor Vicente Meira, que é uma via de menor fluxo de pessoas. Este pilar também se conecta com a praça de chegada implementada, sendo também um acolhimento para os pedestres que passam pelas proximidades.

O segundo pilar é o **Cuidar**, que configura a segunda etapa da Travessia da Cura, ficando o bloco localizado no centro do terreno, entre o Casarão e o bloco do Acolher, uma vez que é uma etapa intermediária e também na edícula existente. Este, portanto, é o bloco onde estão presentes as salas de aula e os ateliês, de forma a promover capacitações, visando o incentivo à autonomia econômica das mulheres, cuidando delas.

O terceiro e último pilar é o **Socializar**, que ocorre no Casarão preservado e é a última etapa da Travessia da Cura, visando a socialização das mulheres a partir da implementação de biblioteca, salas de estudo, lojas colaborativas que poderão ser geridas pelas próprias mulheres e salas multiuso para realização de eventos e palestras. Assim, esse bloco será de acesso mais aberto à população, podendo atrair mulheres de fora do centro e criando o contato da população com o imóvel preservado, sendo mais próximo do acesso para a Avenida Conselheiro Rosa e Silva, de maior fluxo de pessoas, se conectando mais com a cidade.

4.3.3 PARTIDO E IMPLANTAÇÃO

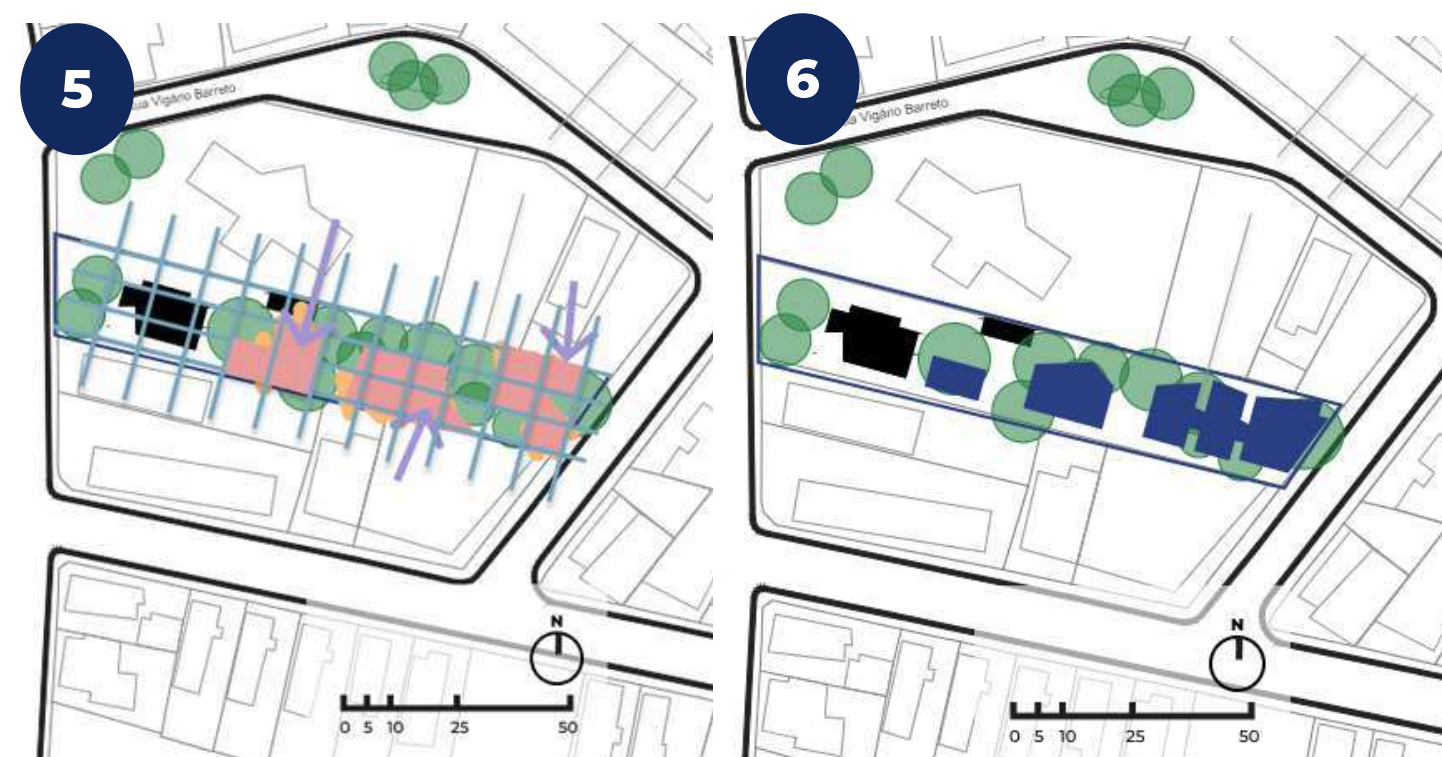
O ponto de partida inicial, como já citado anteriormente, foi a preexistência das árvores (1), sendo elaborada uma mancha de ocupação vegetal, selecionando os vazios (2) que poderiam ser utilizados a partir da vegetação mantida, como mostrado no esquema abaixo.

Como um desdobramento do conceito da Travessia da Cura, esse processo não é linear e, portanto, possui também uma sinuosidade relacionada a esse fator, ao mesmo tempo que cria uma espécie de corredor de passagem para as mulheres que irão atravessar.

Assim, foi criada uma malha de 3,0x3,0m para elaborar a forma inicial (3), seguindo os alinhamentos do casarão e da edícula, levando em conta os afastamentos determinados pela legislação, que se sobrepôs a mancha de ocupação das árvores, chegando a um desenho (4).

A partir desse desenho, foram sendo realizadas subtrações na forma e deslocamentos (5) até a chegada do resultado final (6).

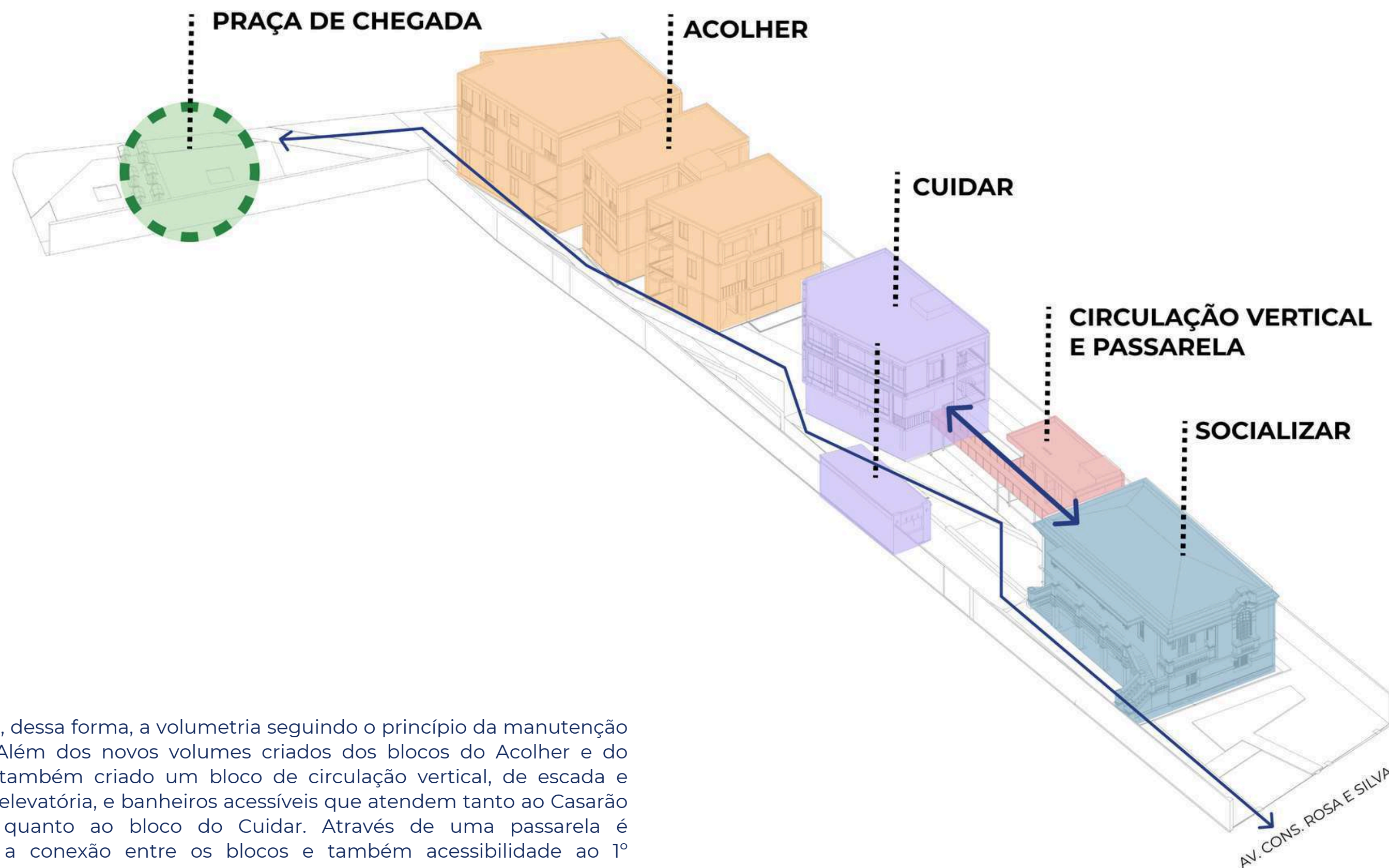
Imagem 92: Evolução da forma.



Fonte: Unibase Recife. Adaptado pela autora.

4.3.4 VOLUMETRIA E MATERIALIDADE

Imagem 93: Esquema zoneamento.



Criou-se, dessa forma, a volumetria seguindo o princípio da manutenção da escala. Além dos novos volumes criados dos blocos do Acolher e do Cuidar, foi também criado um bloco de circulação vertical, de escada e plataforma elevatória, e banheiros acessíveis que atendem tanto ao Casarão (Socializar) quanto ao bloco do Cuidar. Através de uma passarela é promovida a conexão entre os blocos e também acessibilidade ao 1º pavimento do Casarão, uma vez que este possui acesso apenas através de uma escada helicoidal.

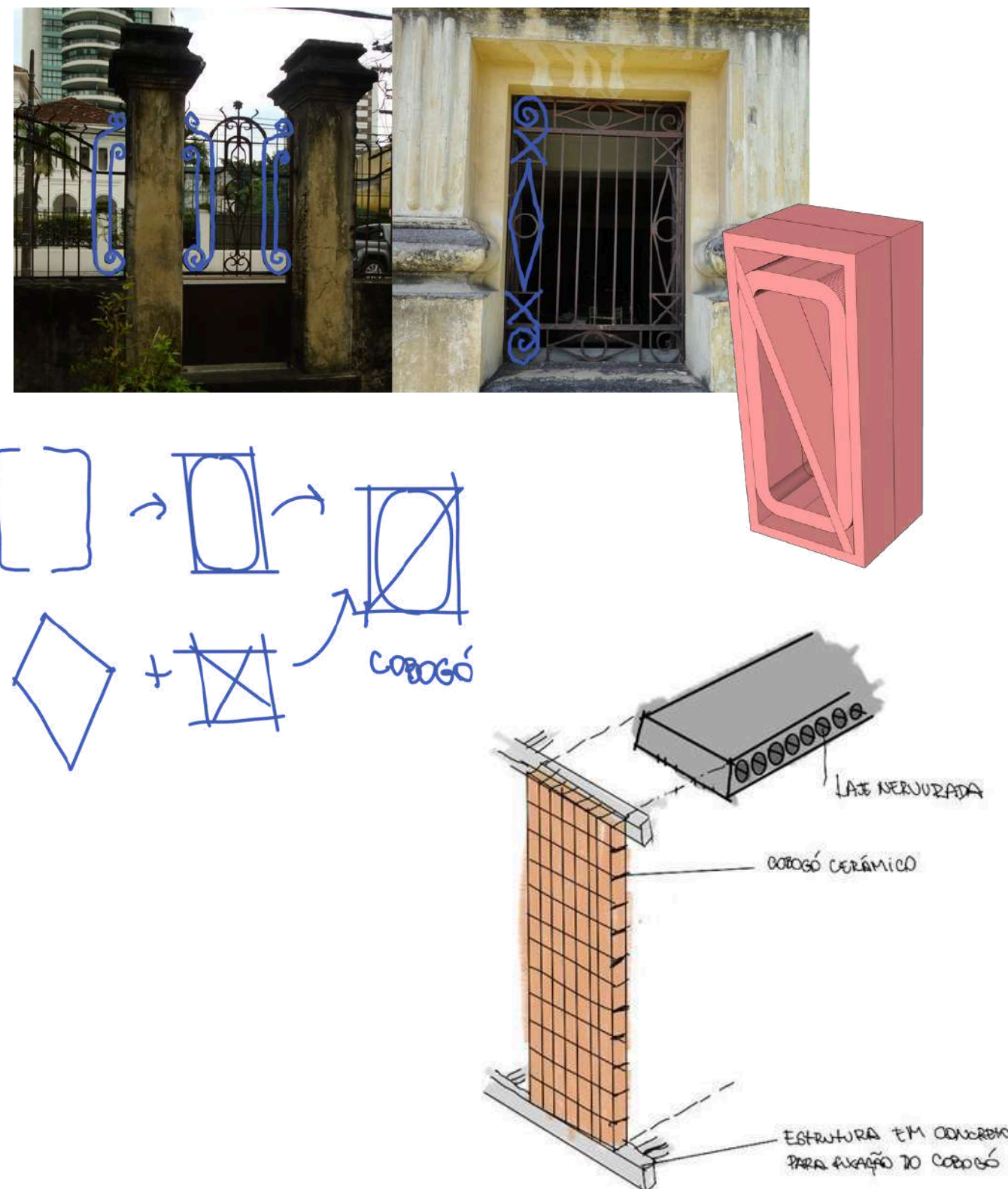
Fonte: Autora.

Em relação à materialidade, foram selecionados materiais que ao mesmo tempo se adequassem ao clima da Cidade do Recife sendo funcionais, que se diferenciam dos materiais do IEP, de forma a enfatizar a diferença entre os tempos das construções, ao mesmo tempo que não traz uma ruptura completa entre os contextos. Assim foi seguida a corrente da Continuidade Contextual, que, segundo Tiesdell, Oc, Heath (1996) apud Vieira (p.7, 2008) define-se como:

"intervenções que respeitam a condição de obra de arte e trabalham a dupla polaridade histórica e estética defendida por Brandi. Aqui não se cria uma falsificação histórica, porém, também não se agride a leitura estética de áreas que são consideradas patrimoniais exatamente porque possuem características particulares que não podem ser encontradas em outros lugares e que devem ser respeitadas. Assim, esta categoria de intervenção procura levar em conta tanto o conceito de autenticidade quanto o de integridade que é exatamente a proposta para a determinação do patrimônio mundial."

Portanto, buscando a continuidade contextual, foi desenvolvido o desenho do cobogó (25x15x10cm) das edificações novas construídas a partir da releitura das grades existentes no casarão, como apresentado no esquema: .

Imagem 94: Composição.



Fonte: Autora.

Além disso, a criação das fachadas buscou seguir um ritmo de aberturas derivado do existente no casarão, promovendo um diálogo.

Imagem 95: Fachadas norte e sul.

RITMO | CHEIOS E VAZIOS



MANUTENÇÃO DA ESCALA



Fonte: Autora.

4.3.5 PROGRAMA

A partir da definição conceitual e do zoneamento, foi definido o programa da proposta projetual. A elaboração deste foi baseada também nos estudos de referências projetuais realizados no tópico X, chegando ao pré-dimensionamento dos ambientes divididos em 3 blocos: Acolher, Cuidar e Socializar.

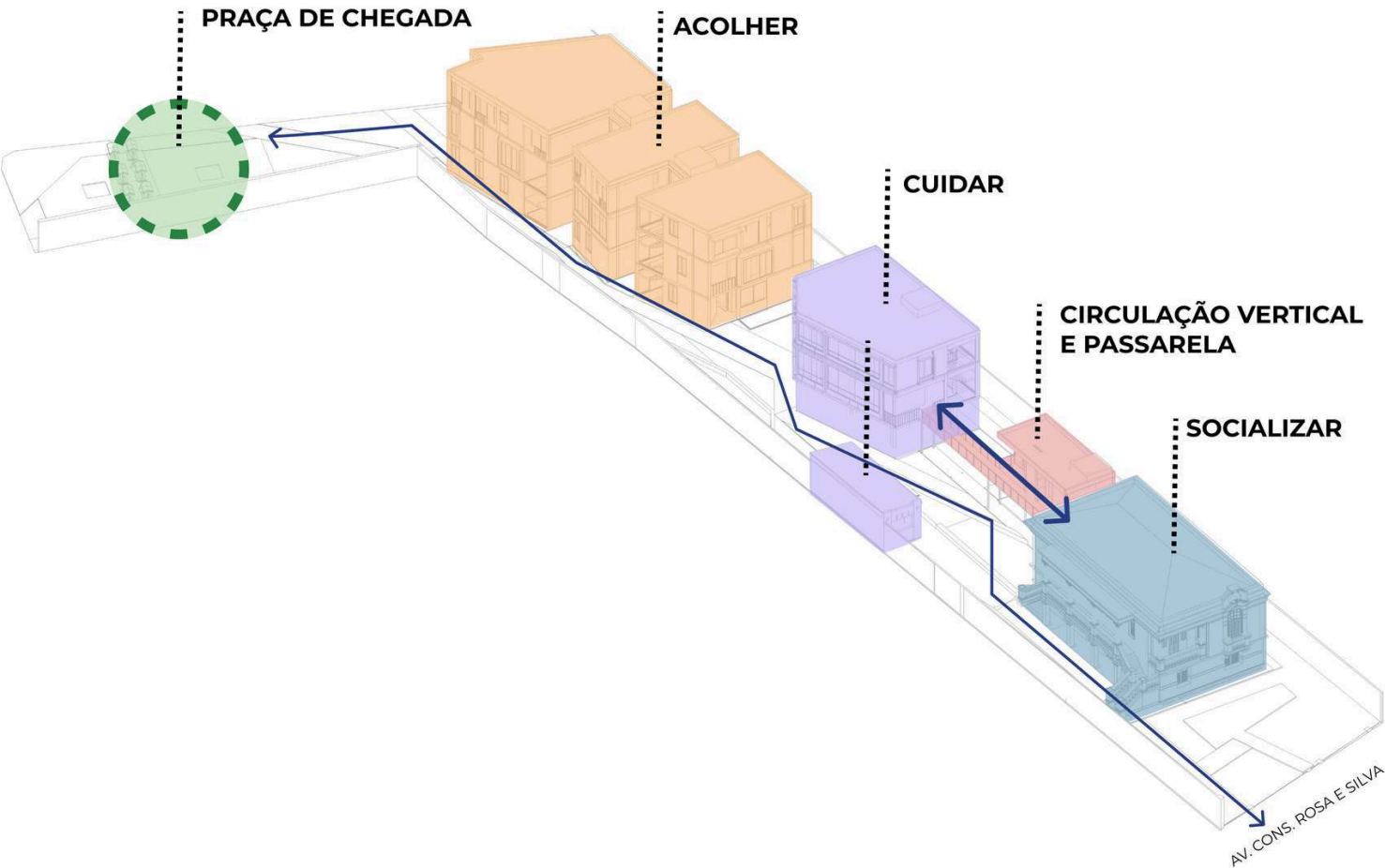


Imagem 96: Programa.

ACOLHER	RECEPÇÃO	30,55M²	CUIDAR	PAVILHÃO MULTIUSO	145,42M²
	SALA ASSISTENTE SOCIAL	21,66M²		COZINHA ESCOLA	20,36M²
	BRINQUEDOTECA	21,42M²		CANTINA	6,79M²
	BANHEIROS	13,44M²		ATELIÊ	41,20M²
	COPA	19,01M²		SALAS MULTIUSO	63,32M²
	ATENDIMENTO MÉDICO	17,06M²		VARANDA	6,18M²
	ATENDIMENTO PSICOLÓGICO	12,82M²		SALAS DE AULA	104,18M²
	SALA ESCRIVÃO	5,36M²		LAVABOS	5,26M²
	ANEXO DELEGACIA DA MULHER	9,61M²		BANHEIROS	44,9M²
	ACONS. JURÍDICO	9,37M²		DML	1,15M²
	CRECHE	39,29M²	SOCIALIZAR	BIBLIOTECA	50,45M²
	ACESSO ABRIGO	25,75M²		SALA DE ESTUDOS	28,72M²
	ABRIGOS	249,39M²		SALA DE INFORMÁTICA	12,38M²
	COZINHA COLETIVA	21,48M²		ATENDIMENTO INDIVIDUAL	16,83M²
	ESTAR COLETIVO	33,82M²		COPA	13,70M²
	LAVANDERIA	8,38M²		BANHEIROS	12,96M²
	ÁREA DE TRABALHO	36,79M²		HALL ESPERA	24,20M²
	BANHEIROS	14,34M²		LOJA COLABORATIVA	24,48M²
	SALA DE REUNIÃO	27,94M²		EXPOSIÇÕES	43,12M²
	DESCANSO PLANTONISTAS	23,00M²		SALAS MULTIUSO	33,44M²
				VARANDA	5,00M²

Fonte: Autora.

4.3.6 FLUXOS

Os fluxos foram pensados inicialmente de forma a trazer uma separação clara entre os níveis de privacidade, uma vez que, segundo o estudo de Rutali Joshi (2017) esse fator corrobora na promoção de segurança para as mulheres que estão em atendimento ou abrigadas, através da separação dos espaços e criação de ambientes de transição.

Assim, no bloco Acolher, o pavimento térreo é voltado para o atendimento inicial das vítimas e a entrada dessas encontra-se próxima às vagas de estacionamento de viaturas sendo protegida pela vegetação do contato direto com a rua e com os transeuntes que estão atravessando o terreno. Para resguardar as vítimas, a entrada de funcionários foi colocada separada mais adentro do lote, sendo essa de acesso tanto a escada que se conecta com o primeiro pavimento na área administrativa, quanto ao interior da área de atendimentos no térreo, de forma mais privativa.

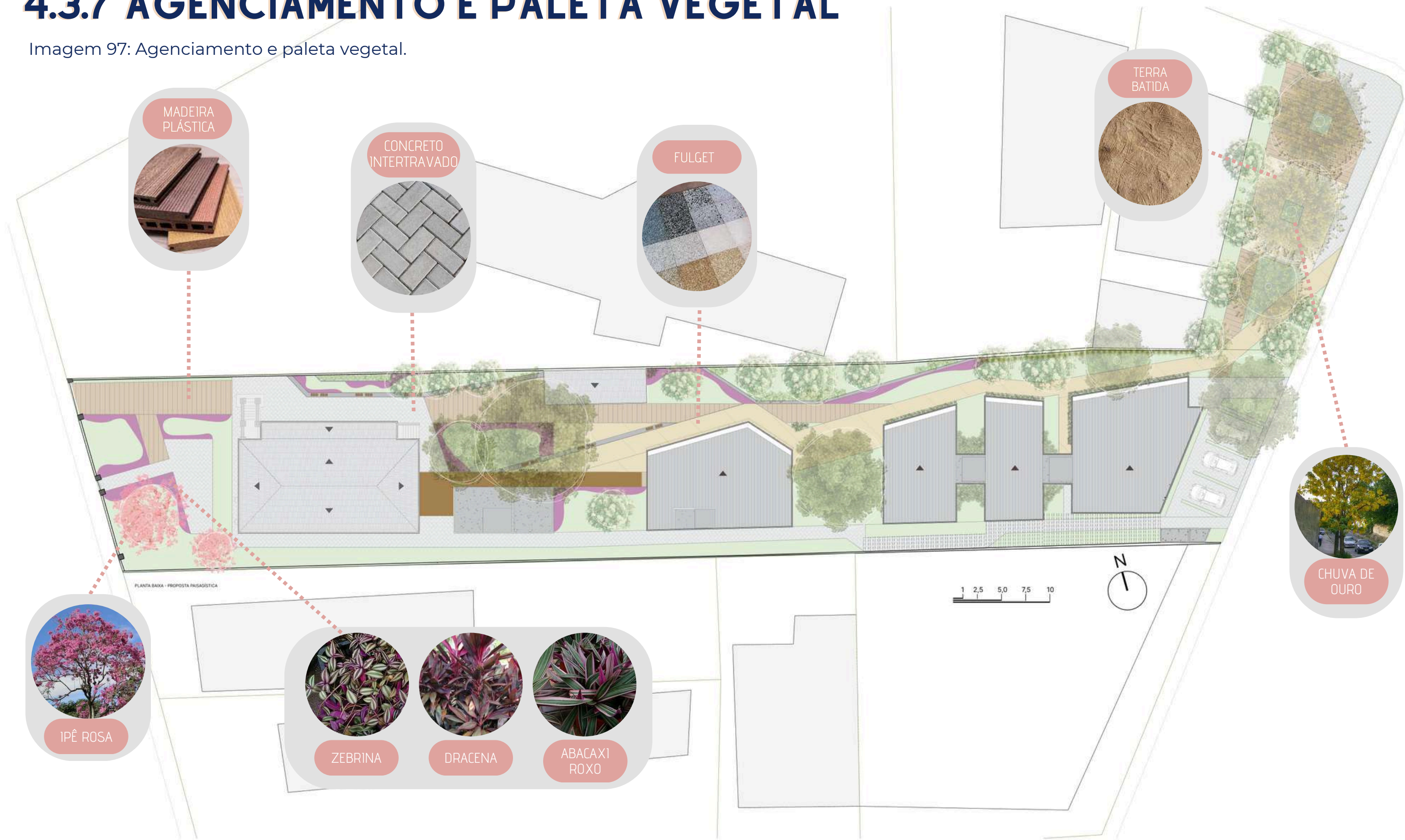
Utilizando o recuo lateral, foi também implementado um acesso controlado de serviços para retirada de lixo e outras manutenções, nas proximidades das casas de gás e lixo, sendo protegido também por um pergolado, separando-se do fluxo geral de pessoas e evidenciando os níveis de acesso e privacidade.

Já o acesso da Avenida Conselheiro Rosa e Silva, mais próximo do Casarão e do bloco Socializar, é menos restrito, uma vez que já configura uma área mais pública e menos privada que não requer tanta privacidade. Portanto, essa se abre para o público geral, havendo entrada de visitantes e funcionários que podem atravessar o terreno como forma de “cortar” caminho ou de participar de eventos promovidos no Centro.



4.3.7 AGENCIAMENTO E PALETA VEGETAL

Imagem 97: Agenciamento e paleta vegetal.



Fonte: Autora.

O agenciamento e a paleta vegetal foram definidos seguindo os mesmos princípios utilizados para elaboração do projeto arquitetônico da criação de uma travessia e espaços de estar mesclados.

Seguindo a lógica de ordem de entrada trazida pelo conceito, a praça de chegada possui um caráter de amenidades e de conexão com a cidade, anunciando a chegada da edificação no terreno ao lado. Essa conexão é promovida através da utilização de alternância entre diferentes tipos de piso: um deck em madeira plástica para realização de feiras intinerantes e de bancos para curtir a sombra das árvores; piso em terra batida para instalação de um playground para crianças; um caminho que traz uma conexão com o terreno em que está implementado o projeto arquitetônico em fulget colorido; e o restante em piso de solo natural com grama para plantação de vegetação e árvores capazes de trazer privacidade às vítimas que estão acessando o bloco do acolhimento.

O desenho de piso e agenciamento é seguido pelo fulget criando um caminho sinuoso que segue o formato dos volumes induzindo o sentido a ser seguido. Esse se encontra em frente ao bloco central Cuidar, se conectando com o piso em blocos de concreto intertravados que formam o pavilhão multiuso. Nele também é criada uma conexão com o bloco da Cozinha escola, criando uma praça de estar para as pessoas que comprarem os alimentos ou estiverem participando de alguma atividade no pavilhão possam contemplar.

Nas proximidades do casarão, foi colocado ao seu redor o piso de concreto intertravado, sendo um desenho simples que enfatiza o destaque para o casarão e sua fachada detalhada. Assim é também proposta uma praça de chegada na fachada principal de desenho simples e caráter contemplativo do casarão, sendo implementado um deck que liga a entrada a esse espaço.

Ao longo de todo o percurso, foram alternados os usos de bancos de concreto fixo, nos locais onde se desejava criar uma barreira para induzir o caminho e criar jardineiras mais altas, e bancos de madeira plástica móveis, para espaços de estar flexíveis.

Para a vegetação além das árvores principais preexistentes, as Mangueiras (*Mangifera indica*), foram sugeridas para a forração de solo natural a Grama Amendoim (*Arachis repens*) e feito um jogo entre árvores de médio (Ipê rosa - *Handroanthus heptaphyllus* e chuva de ouro - *Cassia ferruginea*) e pequeno (Pata de vaca - *Bauhinia forficata*) porte propostas para espaços de estar, criando uma dinamicidade. Espécies nativas foram incluídas nesse processo de escolha, visando uma melhor adaptação ao clima e a criação de ambientes confortáveis de contato com a natureza, sendo parte do processo de cura (Building Dignity, 2013).

Nas laterais das edificações, de forma se proteger o acesso, foi proposto Abacaxi Roxo (*Tradescantia spathacea*) junto a segunda pele da edificação e em pequenas massas entre a forração de Zebrina (*Tradescantia zebrina*) e nos canteiros elevados foi proposto singônio (*Syngonium podophyllum*) e filodendros (*Philodendron undulatum*) com folhas largas que se insinuam para fora dos limites do canteiro. Já junto aos muros foram propostas dracenas (*Cordyline fruticosa*) para elevar a massa de vegetação próximo à massa construída e, nas áreas verdes entre os novos blocos foi proposta a moréia (*Dietes iridioides*) que possui caráter ornamental e floração branca.

Imagem 98: Paleta vegetal.



Fonte: Autora.

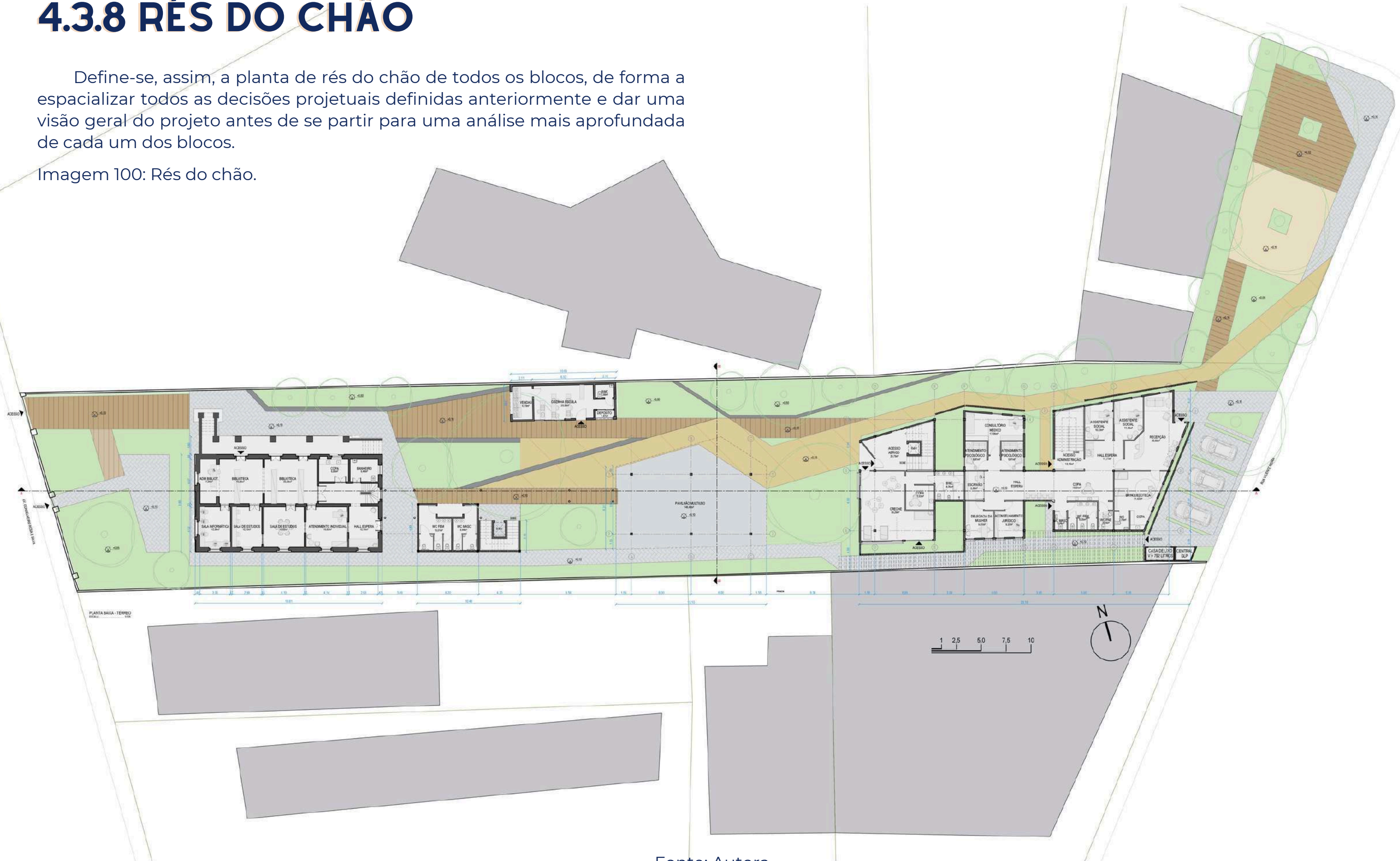
Imagem 99: Praça de chegada.



4.3.8 RÉS DO CHÃO

Define-se, assim, a planta de rés do chão de todos os blocos, de forma a espacializar todas as decisões projetuais definidas anteriormente e dar uma visão geral do projeto antes de se partir para uma análise mais aprofundada de cada um dos blocos.

Imagem 100: Rés do chão.



Fonte: Autora.

4.3.9 BLOCO ACOLHER

O Bloco Acolher, como explicitado anteriormente, está próximo ao acesso da Rua Doutor Vicente Meira e, portanto, nas proximidades das vagas de estacionamento de viaturas, visitantes e funcionários e da praça de chegada. Destaca-se também as casas de lixo e gás perto do acesso de serviço.

Imagem 101: Bloco Acolher.

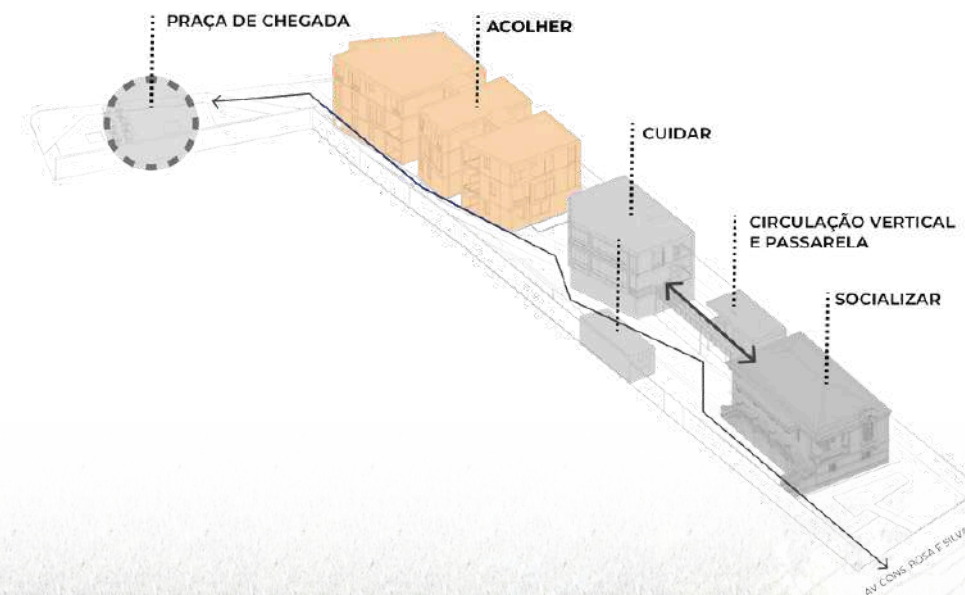


Imagem 102: Bloco acolher térreo.



BLOCO ACOLHER

TÉRREO

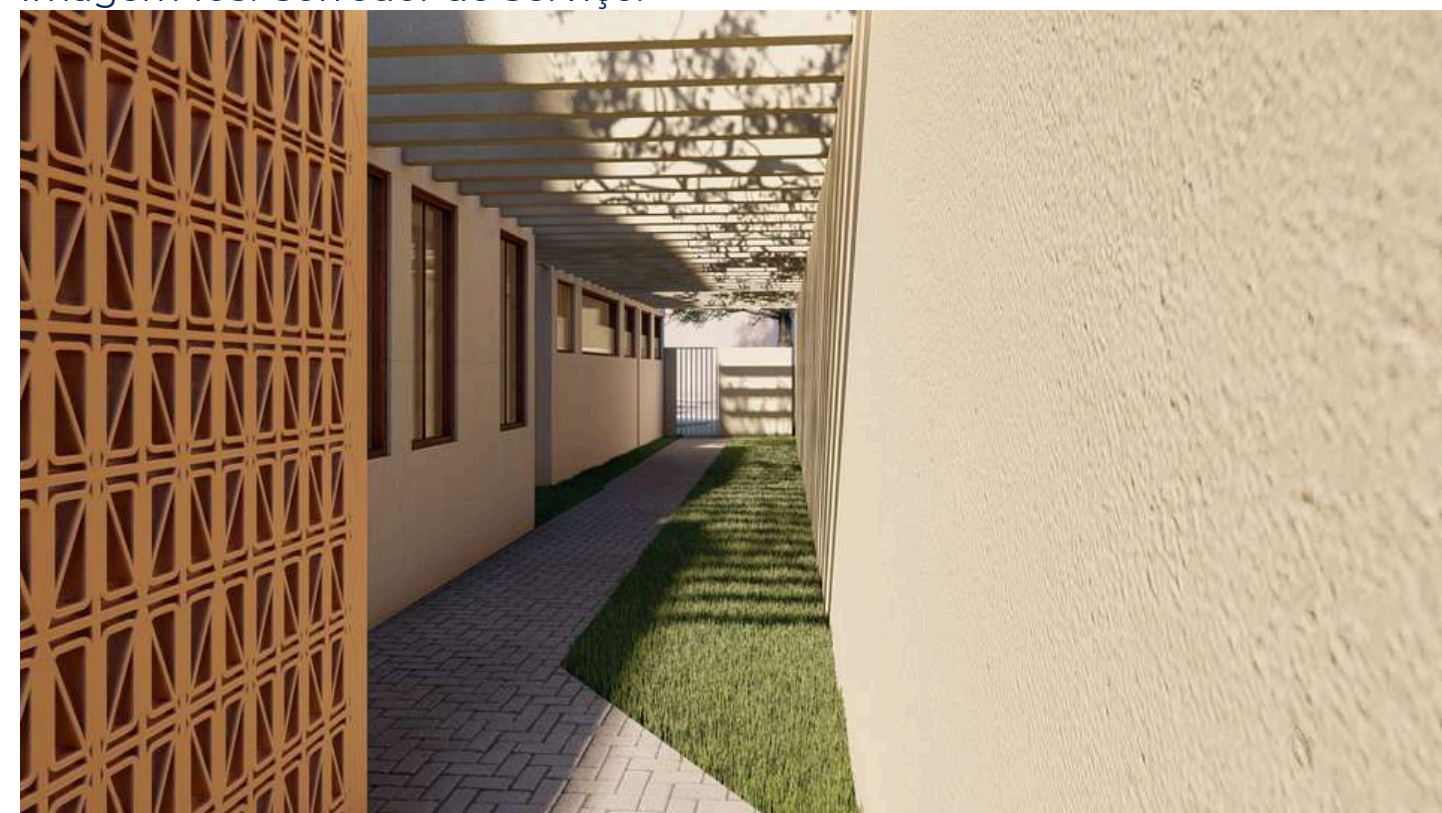
Por esse ser o bloco que promove o acolhimento inicial das vítimas, seu acesso se dá através de uma reentrância no edifício, para ser mais protegida e dar mais privacidade às mulheres que chegam ao local. Além da reentrância também há uma árvore em frente que contribui para a questão da proteção visual da entrada. Dessa forma, ao entrar se desenvolvem a recepção, para os atendimentos iniciais, e a brinquedoteca para que as mulheres que chegarem com os filhos possam deixá-los em segurança ali enquanto são atendidas. A brinquedoteca possui copa e banheiro, evitando que as crianças tenham que passar pelo ambiente dos atendimentos.

Após a triagem na recepção, a mulher é encaminhada para os atendimentos com as assistentes sociais, onde estão localizados os banheiros, copa e hall de espera. Ao lado dos banheiros, há uma porta que dá acesso ao corredor de serviços para facilitar a retirada de lixo. Existe também a passagem de acesso dos funcionários para a escada que dá para o primeiro andar, na porção administrativa. A entrada dos funcionários preferencialmente ocorre pela porta externa, que é protegida por uma marquise, evidenciando a separação de fluxos das vítimas atendidas e dos colaboradores do centro, que podem ir diretamente para as salas de atendimento ou para a administração no primeiro pavimento.

O corredor de transição para as salas dos outros atendimentos possui paredes de cobogó voltadas para a área externa permitindo a circulação de vento e iluminação natural ao mesmo tempo que preserva a privacidade de quem está no interior. Mais adentro estão localizadas as salas de atendimento psicológico com as janelas voltadas para os pátios internos e o consultório médico, que é maior e permite também a realização de exames. Do lado oposto, com as aberturas voltadas para sul e o corredor de serviço, estão a delegacia da mulher, sala de aconselhamento jurídico e sala do escrivão; esta última, apesar de não possuir janelas, têm climatização e divisória em esquadrias de vidro, permitindo a entrada de iluminação natural. Além disso, evidencia-se o tratamento acústico em todas as paredes divisórias das salas de atendimento, visando, mais uma vez, a preservação da privacidade das vítimas.

Na terceira porção do térreo desse bloco, separada das outras duas primeiras voltadas para atendimento, estão as entradas para o abrigo e para a creche, com acessos independentes para, mais uma vez, não misturar fluxos e permitir que as mulheres abrigadas possam usufruir de segurança, privacidade e ter a sensação de uma vida normal, com sua liberdade, não tendo contato com os atendimentos iniciais, assim como aponta Joshi (2017). A creche é voltada para os filhos das mulheres abrigadas, permitindo que elas possam participar das atividades promovidas pelo centro sem preocupações, possuindo a porta de acesso próxima a do abrigo, facilitando o deslocamento. Essa possui acesso voltado para o interior do terreno, com janelas voltadas para o jardim, incentivando o contato com a natureza e iluminação e ventilação natural, de extrema importância para o processo de cura (Building Dignity, 2013), ao mesmo tempo que permite o contato visual das mães com o interior da creche, promovendo uma sensação de segurança como os “olhos da rua” (Jacobs, 1961). No interior, destaca-se a presença de banheiros com chuveiro para as crianças, uma copa, áreas de descanso e a alcova, que permite momentos individuais para as crianças em meio ao coletivo, sendo essencial para o seu desenvolvimento, como aponta Quirk (2013). A creche também conta com um pequeno jardim protegido por uma parede de cobogós que permite que as crianças possam ter acesso ao ar livre em segurança.

Imagem 103: Corredor de Serviço.



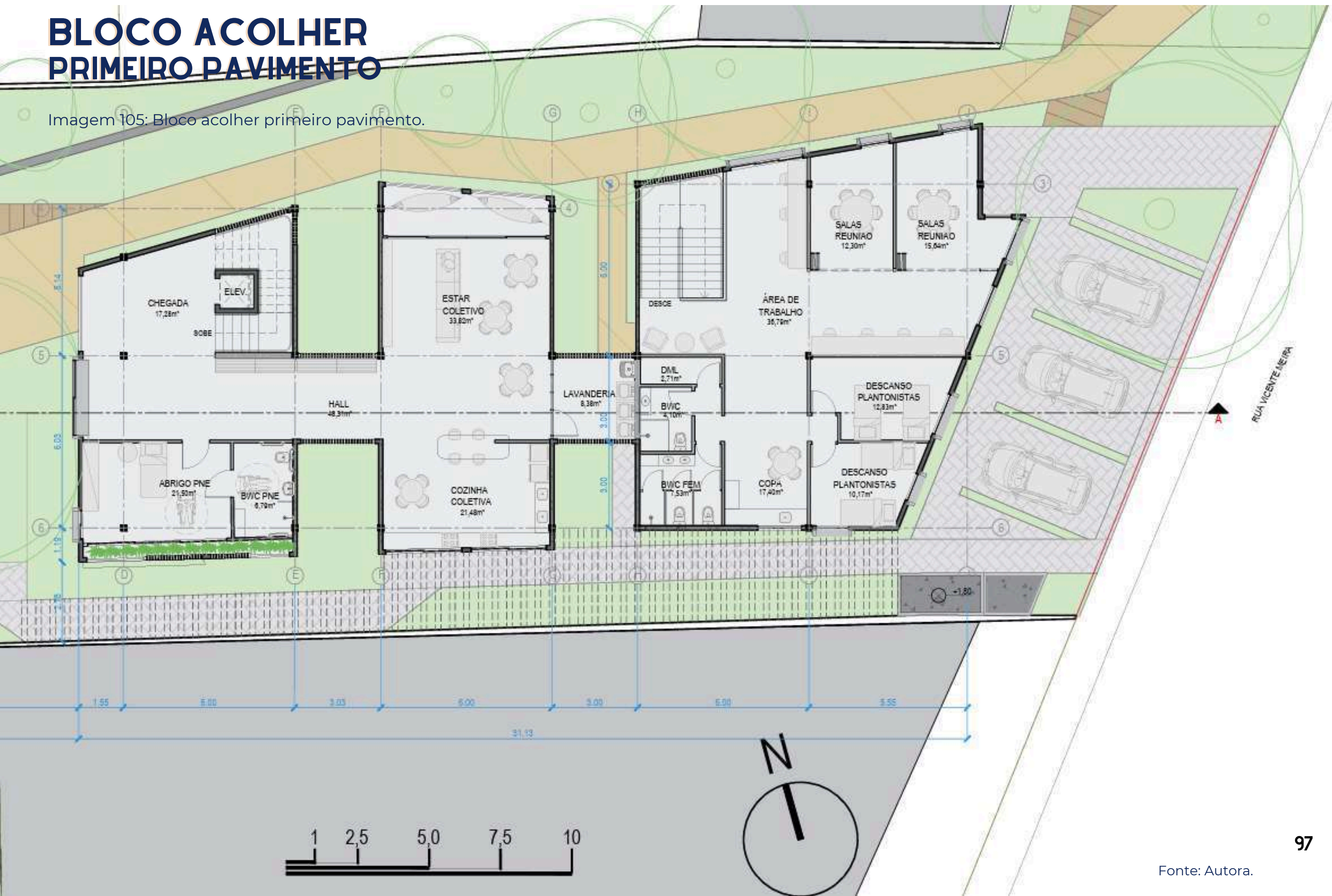
Fonte: Autora.

Imagem 104: Detalhe cobogó.



BLOCO ACOLHER PRIMEIRO PAVIMENTO

Imagem 105: Bloco acolher primeiro pavimento.



BLOCO ACOLHER

PRIMEIRO PAVIMENTO

Na primeira porção, mais próxima do acesso da Rua Doutor Vicente Meira, a leste, está localizada a administração do centro, que possui acesso pela escada lateral dos funcionários citada anteriormente. Nesta parte, estão presentes a área de trabalho, banheiros, copa, quartos de descanso para os plantonistas, salas de reunião e área de estar. As salas de reunião possuem divisórias em porta camarão, que permitem a flexibilidade dos espaços para diferentes configurações de acordo com a demanda. Uma parede divide essa porção administrativa do restante do andar, restringindo o acesso apenas a funcionários.

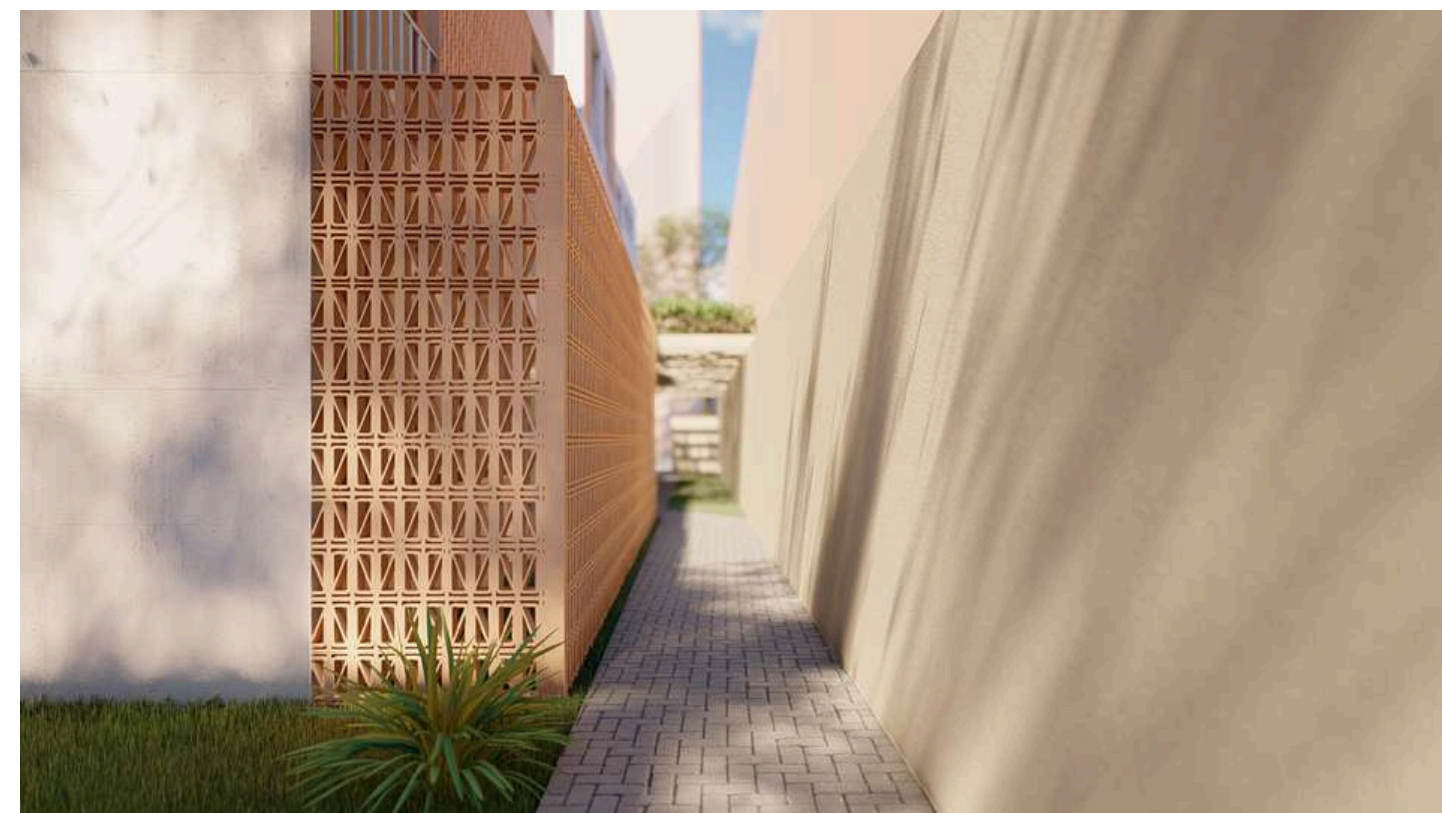
Na segunda e terceira porção, está localizado o abrigo, que é acessado pela escada e elevador através da entrada independente, citada no item anterior. Nesse andar são desenvolvidos os espaços coletivos do abrigo e o abrigo acessível para facilitar o deslocamento. Logo na chegada do acesso vertical, tem uma alcova na janela, dando visão para o jardim do terreno e os outros blocos, com o mesmo objetivo citado anteriormente, permitindo um espaço individual para as pessoas abrigadas. Destaca-se também a existência de um estar coletivo voltado para a cozinha coletiva, que permite espaços de socialização e alimentação. Há também uma lavanderia coletiva, uma vez que os abrigos são pequenos e não possuem esses espaços.

Imagem 106: Alcova.



Fonte: Autora.

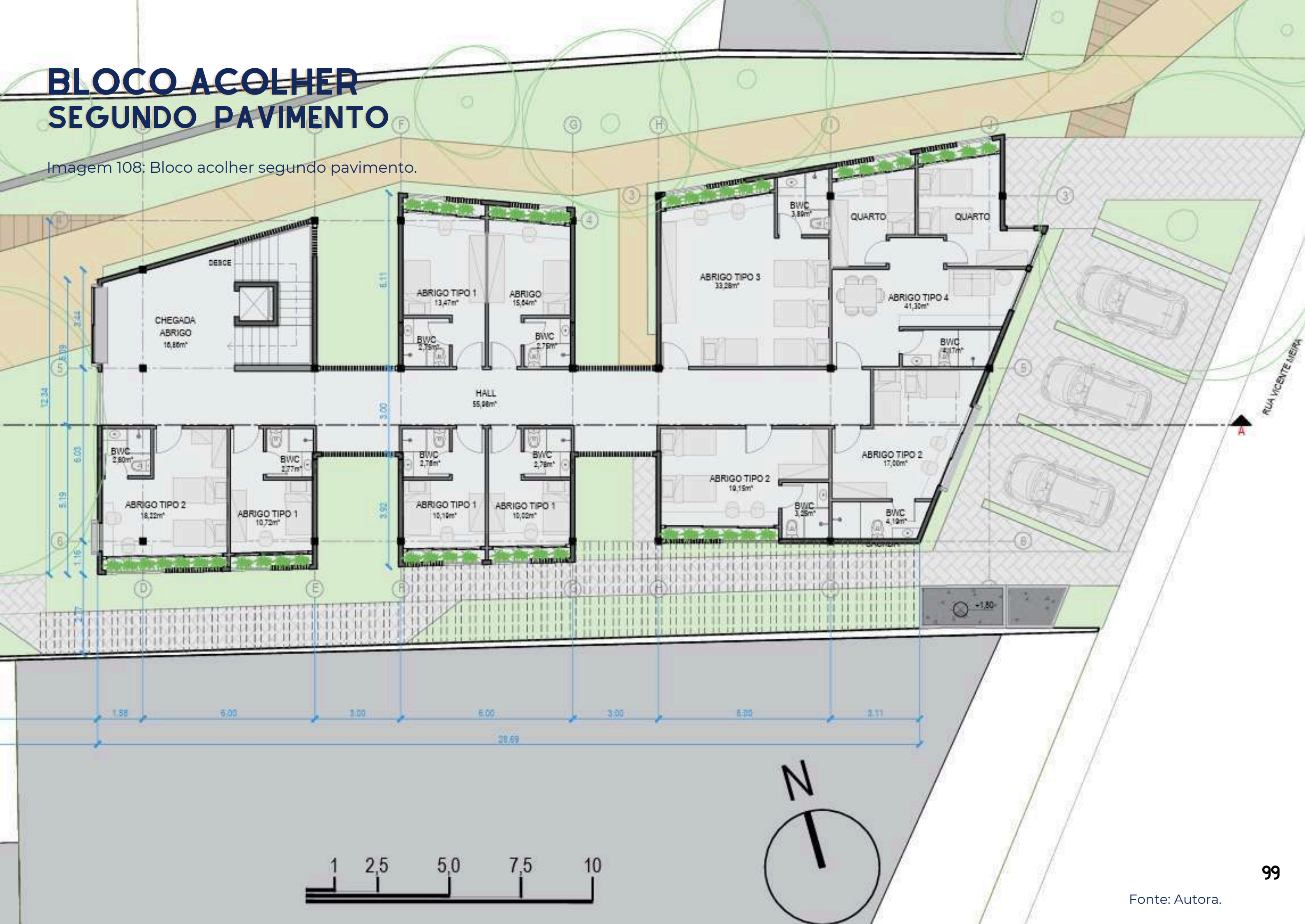
Imagem 107: Corredor de serviço.



Fonte: Autora.

BLOCO ACOLHER SEGUNDO PAVIMENTO

Imagem 108: Bloco acolher segundo pavimento.



BLOCO ACOLHER

SEGUNDO PAVIMENTO

No 2º pavimento se desenvolvem todos os alojamentos do abrigo. São abrigos de média permanência, sendo de até 3 meses. Em primeiro lugar, foram projetados abrigos individuais para famílias, com quarto e banheiro, preservando a individualidade de cada mulher abrigada. Estes foram projetados para que as mulheres pudessem ser acolhidas junto com os seus filhos, já que, como citado anteriormente neste trabalho, muitas mulheres permanecem nos seus ambientes de violência pelo medo de não ter como levar os filhos consigo. Além disso, o estudo de Joshi (2017) sobre diretrizes para projetar abrigos para vítimas de violência doméstica, afirma sobre a importância da manutenção da autonomia e privacidade das mulheres abrigadas e como isso pode se traduzir através de alojamentos individuais. Assim, as mulheres e seus filhos possuem maior controle sobre os espaços, podendo personalizá-los para ter mais cara de “casa”, dando a sensação de uma vida normal e não controlada como nos casos citados no trabalho, dos abrigos darem a sensação de “prisão” às mulheres.

Foram desenvolvidos 4 tipos de alojamentos, para que esses pudessem comportar tanto mulheres sozinhas, quanto diversos tamanhos de famílias. O tipo 1, de até 2 pessoas; o tipo 2, de até 3 pessoas; o tipo 3, de até 5 pessoas e o tipo 4, que possui 2 quartos para 2 pessoas e uma pequena área de estar. Os abrigos possuem pequenas sacadas onde podem ser colocados vasos de plantas e são protegidas por segundas peles de cobogó, para além do conforto térmico, dar mais privacidade aos apartamentos.

Imagem 109 e 110: Varandas.

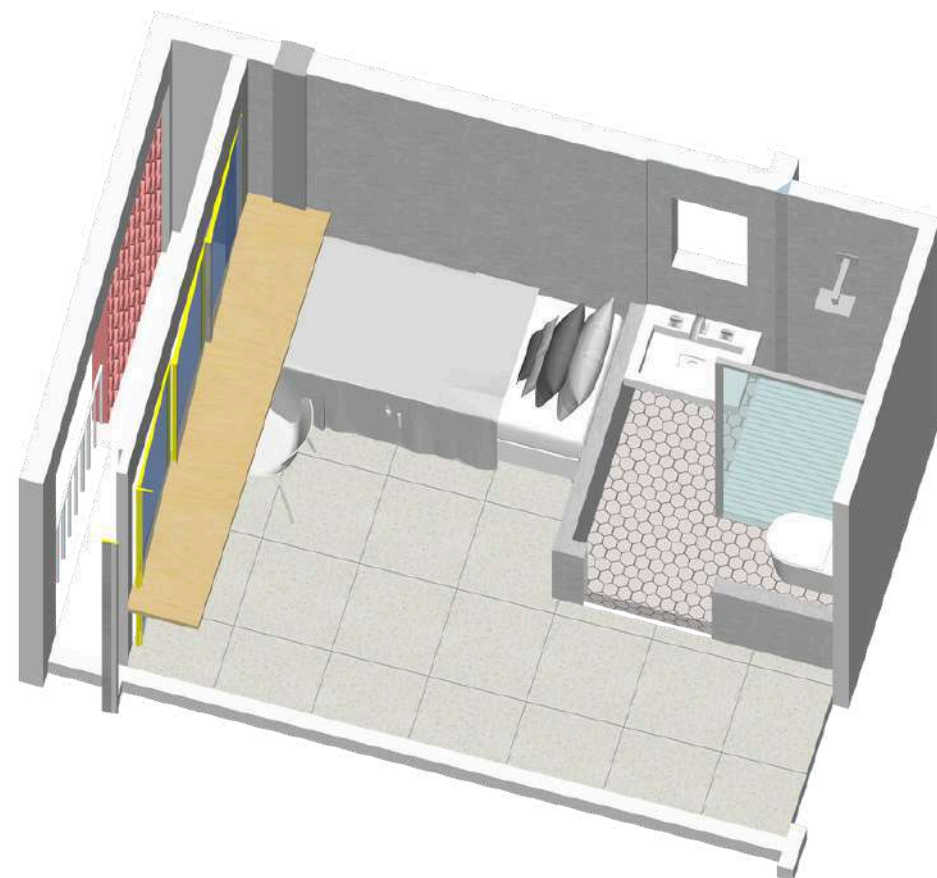


Fonte: Autora.

BLOCO ACOLHER

TIPOLOGIAS ABRIGOS

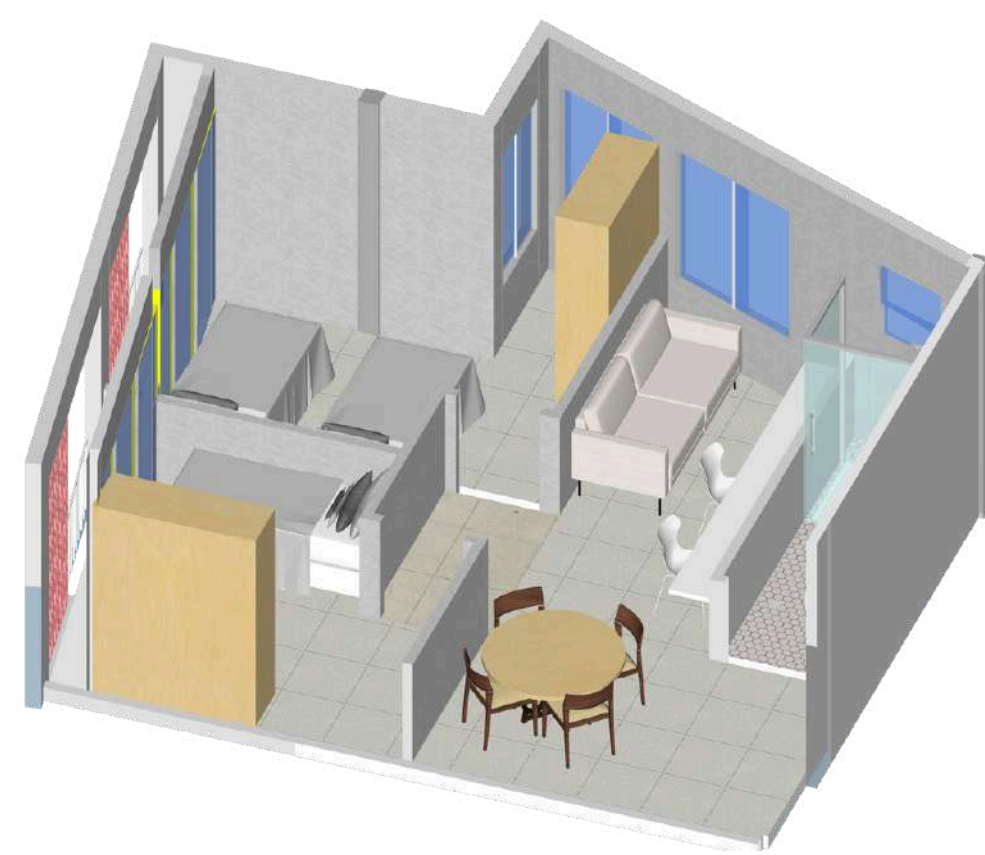
ABRIGO TIPO 1



ABRIGO TIPO 2



ABRIGO TIPO 4



Imagens 111, 112 e 113: Tipologias abrigos.
Fonte: Autora.

BLOCO ACOLHER

Buscou-se seguir uma mesma linguagem para os blocos propostos. Dessa forma, foram utilizados os mesmos materiais, como textura de concreto, blocos cerâmicos e uso de metais. Assim as aberturas nas fachadas foram pensando na maior funcionalidade dos ambientes, variando entre ambientes que requerem mais ou menos privacidade. Na fachada voltada para oeste, foram colocadas molduras nas aberturas que funcionam como brises soleil que proporcionam maior conforto. Na fachada norte, no térreo, foi criada uma segunda pele de cobogó para proporcionar mais privacidade

aos ambientes de atendimento sem que o contato com ventilação e iluminação natural fosse cortado. Além disso, foi criado um canteiro entre o edifício e a parede de cobogós para aumentar a privacidade. Nos outros pavimentos, as soluções adotadas variaram entre a colocação de moldura em material cerâmico (mesmo dos cobogós) e utilização de segundas peles de cobogó nas escadas. No segundo pavimento, por os abrigos necessitar de maior privacidade, foram utilizadas também as segundas peles, variando em tamanhos para criar uma dinamicidade.



BLOCO ACOLHER

Imagem 114: Entrada bloco acolher.



BLOCO ACOLHER

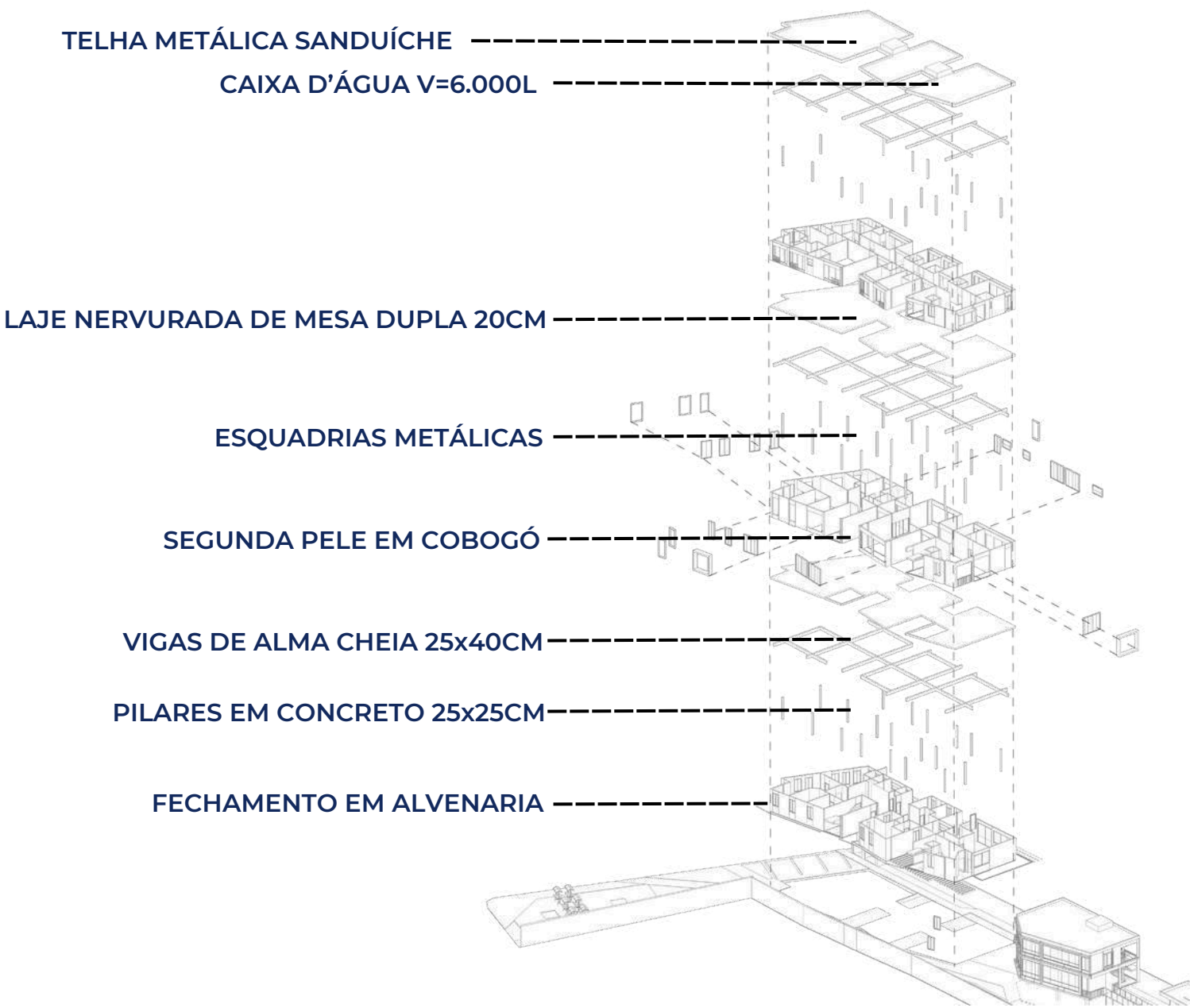
ESTRUTURA

O sistema estrutural selecionado foi o de concreto armado, baseando os cálculos de estimativa por Yopanan Rebello (2000). Foi estabelecida uma malha de 6x6m, com pilares de 25x25cm; vigas de alma cheia de 25cm de espessura por 40cm de altura e laje nervurada “caixão perdido” para passagem de tubulações e sistemas de 20cm de espessura. Para a cobertura, foi selecionada a telha sanduíche, por proporcionar maior conforto térmico e acústico ao edifício, ao mesmo tempo que requer uma menor inclinação.

A partir do cálculo de estimativa da população desse bloco, foi desenvolvido o calculo do volume necessário para a caixa d’água abaixo:

Portanto, foram instaladas 2 caixas d’água de 6.000L, que possuem as passagens de tubulação pelos forros

Imagem 115: Estrutura explodida bloco acolher.

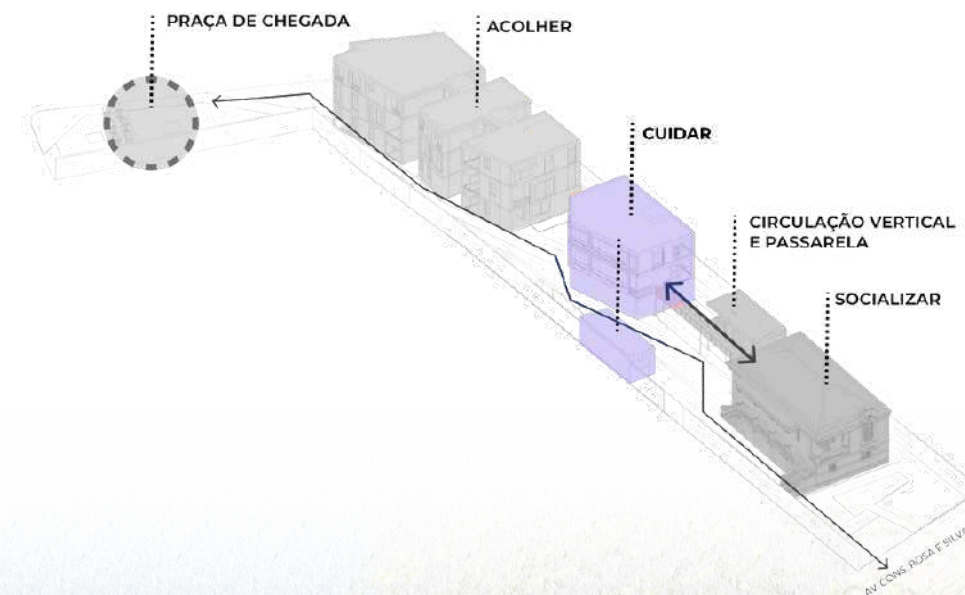


Fonte: Autora.

4.3.10 BLOCO CUIDAR

O bloco cuidar, como já citado anteriormente, é o bloco central e é onde estão localizadas as salas de aula e ateliês, voltados 100% para a capacitação e promoção da autonomia econômica das mulheres.

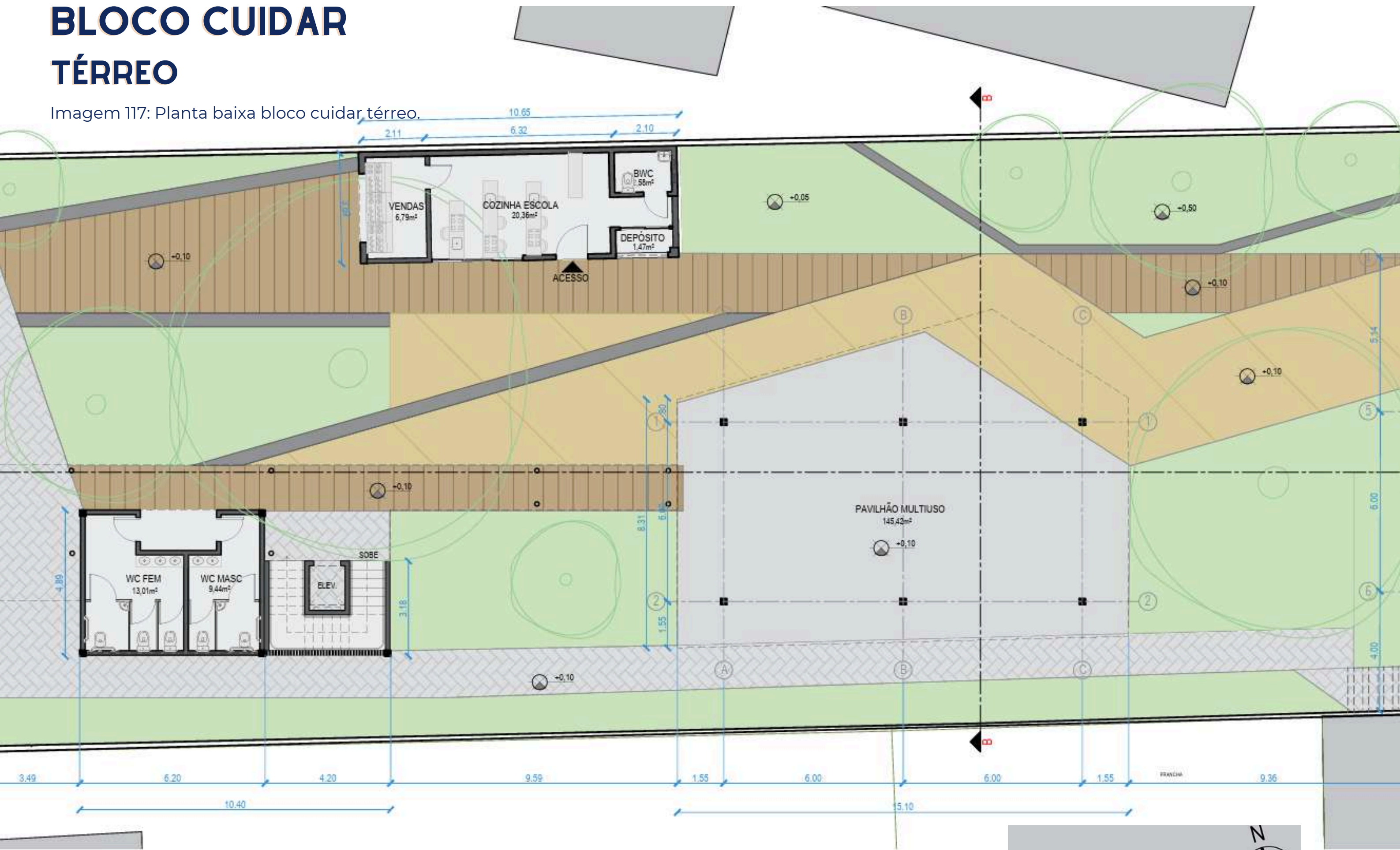
Imagem 116: Bloco cuidar.



Fonte: Autora.

BLOCO CUIDAR TÉRREO

Imagem 117: Planta baixa bloco cuidar térreo.



BLOCO CUIDAR

TÉRREO

O térreo é formado por pilotis, que traz uma conexão com o restante do terreno, criando uma área coberta, onde podem acontecer diferentes atividades, como oficinas de dança, palestras ou ser apenas um local de permanência. Este térreo se conecta também com a edícula, onde foi implementada uma cozinha escola para as mulheres, que podem vender os alimentos produzidos nas aulas na cantina para a população geral. Essa cozinha foi pensada também com uma grande janela voltada para o centro do terreno, permitindo que pessoas que estão fora possam ver o que está acontecendo no interior.

A oeste do térreo de pilotis, está localizado o bloco de banheiros e circulação vertical projetado para atender tanto ao bloco cuidar quanto ao bloco socializar. Esse volume possui também a mesma materialidade do restante dos blocos, visando não criar falsos históricos. Ele se conecta aos dois prédios através de uma passarela em concreto armado, garantindo a acessibilidade de ambos ao primeiro pavimento.

Imagens 118, 119 e 120: Imagens bloco cuidar.



Imagem121: Cobogó bloco cuidar.



Fonte: Autora.

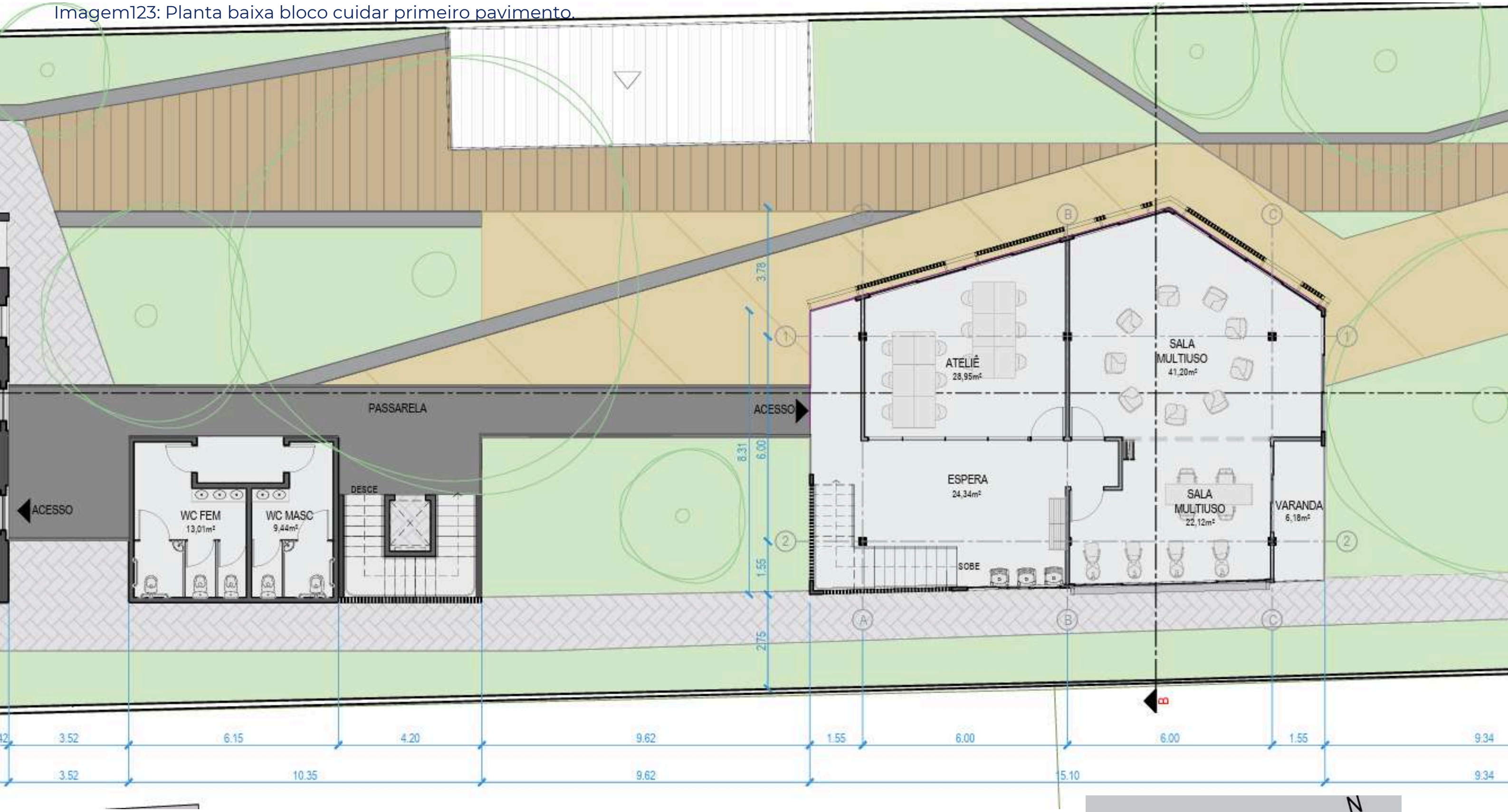
Imagem 122: Cobogó bloco cuidar.



BLOCO CUIDAR

PRIMEIRO PAVIMENTO

Imagem123: Planta baixa bloco cuidar primeiro pavimento.



BLOCO CUIDAR

PRIMEIRO PAVIMENTO

No primeiro pavimento, acessado através da passarela, se conecta com o térreo através do bloco de escada e elevador e com o primeiro pavimento do casarão. Assim, desenvolvem-se os ateliês, com grandes janelas para entrada de iluminação natural, podendo dois deles se tornarem apenas um através da divisória camarão, configurando como espaços flexíveis para realização de diferentes atividades, como aulas de costura, pintura, dança, educação financeira, entre outros. Há uma bancada com pias para lavar pinceis e outros materiais que forem necessários nas aulas. Neste pavimento foi colocada uma escada para dar acesso ao segundo pavimento.

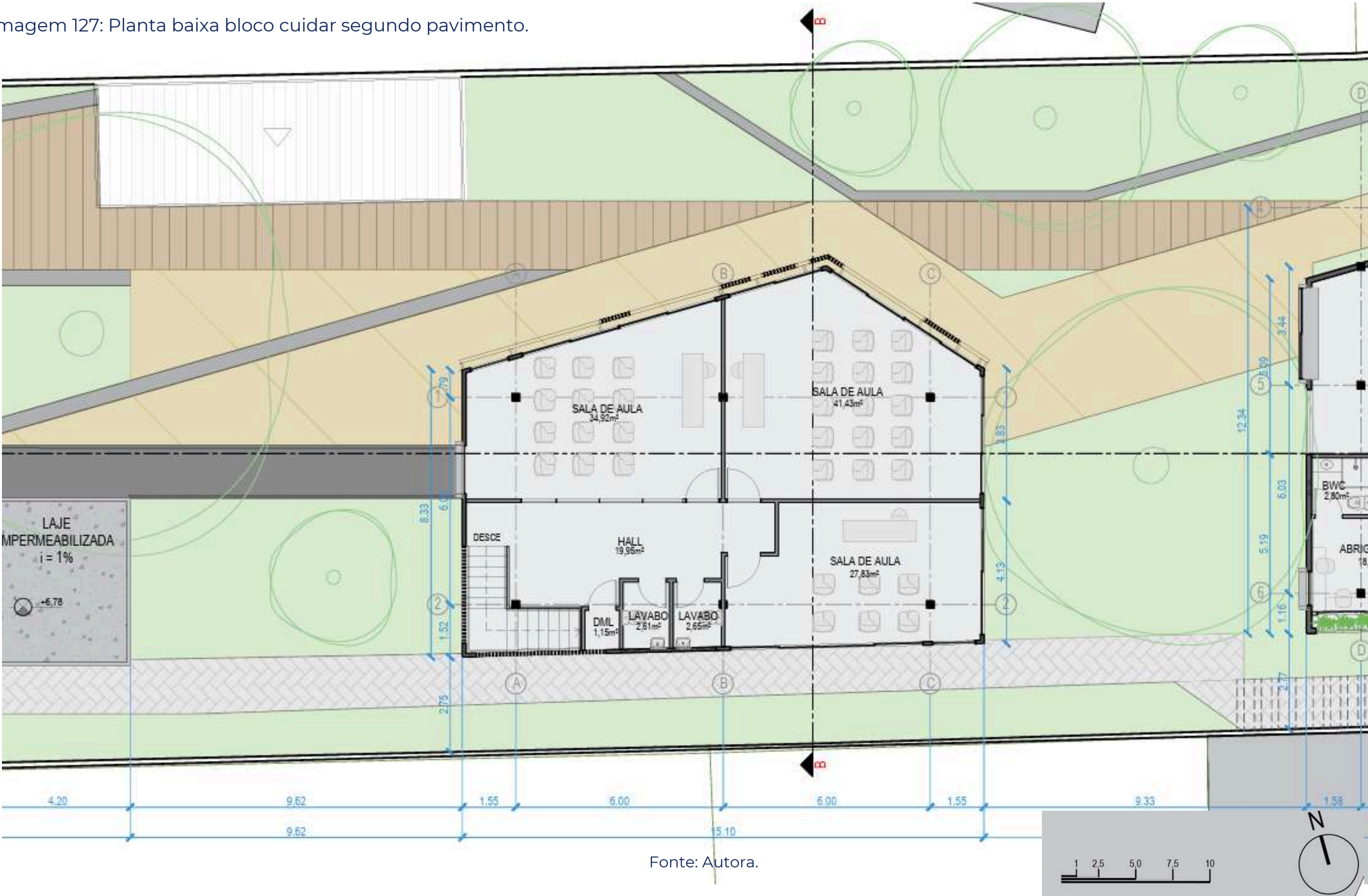
Imagens 124, 125 e 126: Imagens bloco cuidar primeiro pavimento.



BLOCO CUIDAR

SEGUNDO PAVIMENTO

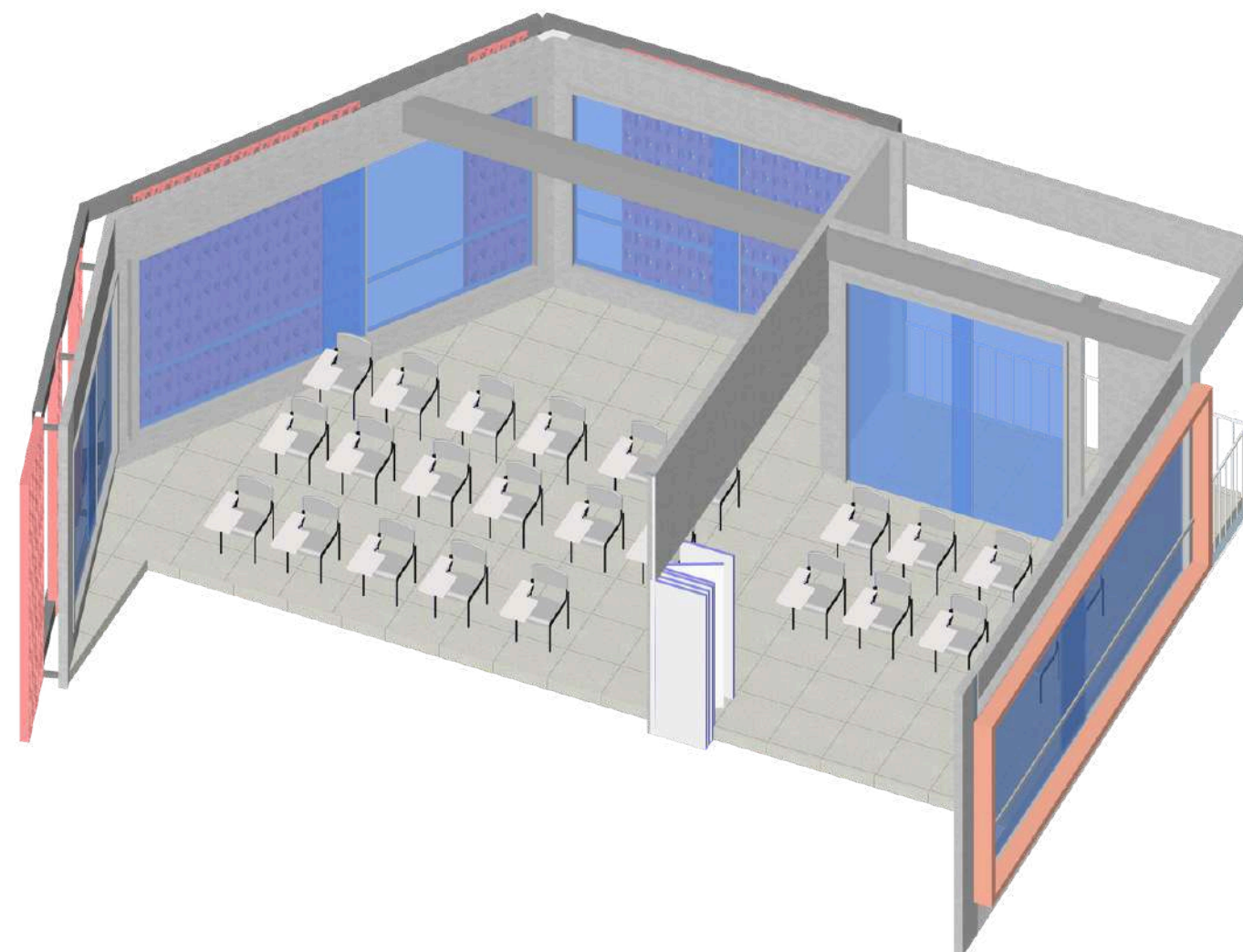
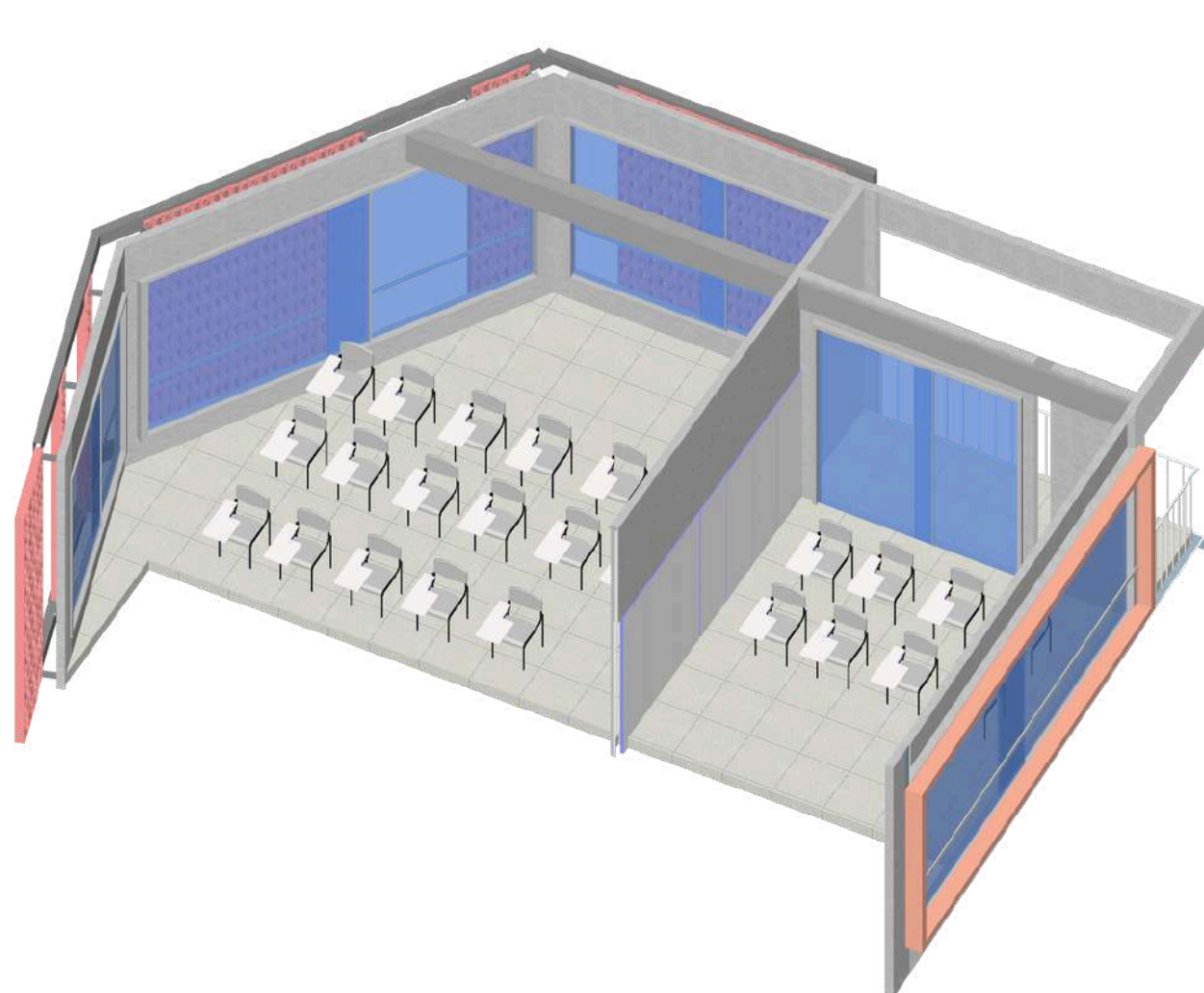
Imagem 127: Planta baixa bloco cuidar segundo pavimento.



BLOCO CUIDAR

SALAS FLEXÍVEIS

Imagens 128 e 129: Esquemas salas flexíveis.



BLOCO CUIDAR

SEGUNDO PAVIMENTO

No segundo pavimento estão presentes salas de aula, lavabos e um depósito de materiais de limpeza. Essas salas de aula são voltadas para atividades mais “tradicionais” e que não requerem tanta flexibilidade. Assim, poderão ser realizadas aulas como empreendedorismo, entre outras.

Imagem 130: Bloco cuidar segundo pavimento.



BLOCO CUIDAR

Buscou-se seguir uma mesma linguagem para os blocos propostos. Dessa forma, foram utilizados os mesmos materiais, como textura de concreto, blocos cerâmicos e uso de metais. Assim as aberturas nas fachadas foram pensando na maior funcionalidade dos ambientes, variando entre ambientes que requerem mais ou menos privacidade. Na fachada voltada para oeste, foram colocadas molduras nas aberturas que funcionam como brises soleil que proporcionam maior conforto. Na fachada norte, no térreo, foi criada uma segunda pele de cobogó para proporcionar mais privacidade aos ambientes de atendimento sem que o contato com ventilação e iluminação natural fosse cortado. Além disso, foi criado um canteiro entre o edifício e a parede de cobogós para aumentar a privacidade. Nos outros pavimentos, as soluções adotadas variaram entre a colocação de moldura em material cerâmico (mesmo dos cobogós) e utilização de segundas peles de cobogó nas escadas. No segundo pavimento, por os abrigos necessitar de maior privacidade, foram utilizadas também as segundas peles, variando em tamanhos para criar uma dinamicidade.

Nas fachadas foi seguida a mesma lógica do bloco Acolher, utilizando a segunda pele de cobogó como elemento de proteção solar e criação de ritmo nas fachadas norte e noroeste. Na fachada oeste foi utilizada a solução de aberturas menores protegidas por molduras cerâmicas que funcionam como brises soleil e da parede de cobogós na escada. Na fachada sul foi criada uma dinâmica com a forma das aberturas. Na fachada leste foi também utilizada a solução de molduras nas janelas.

Imagem 131: Passarela.



Imagem 132: Bloco cuidar.

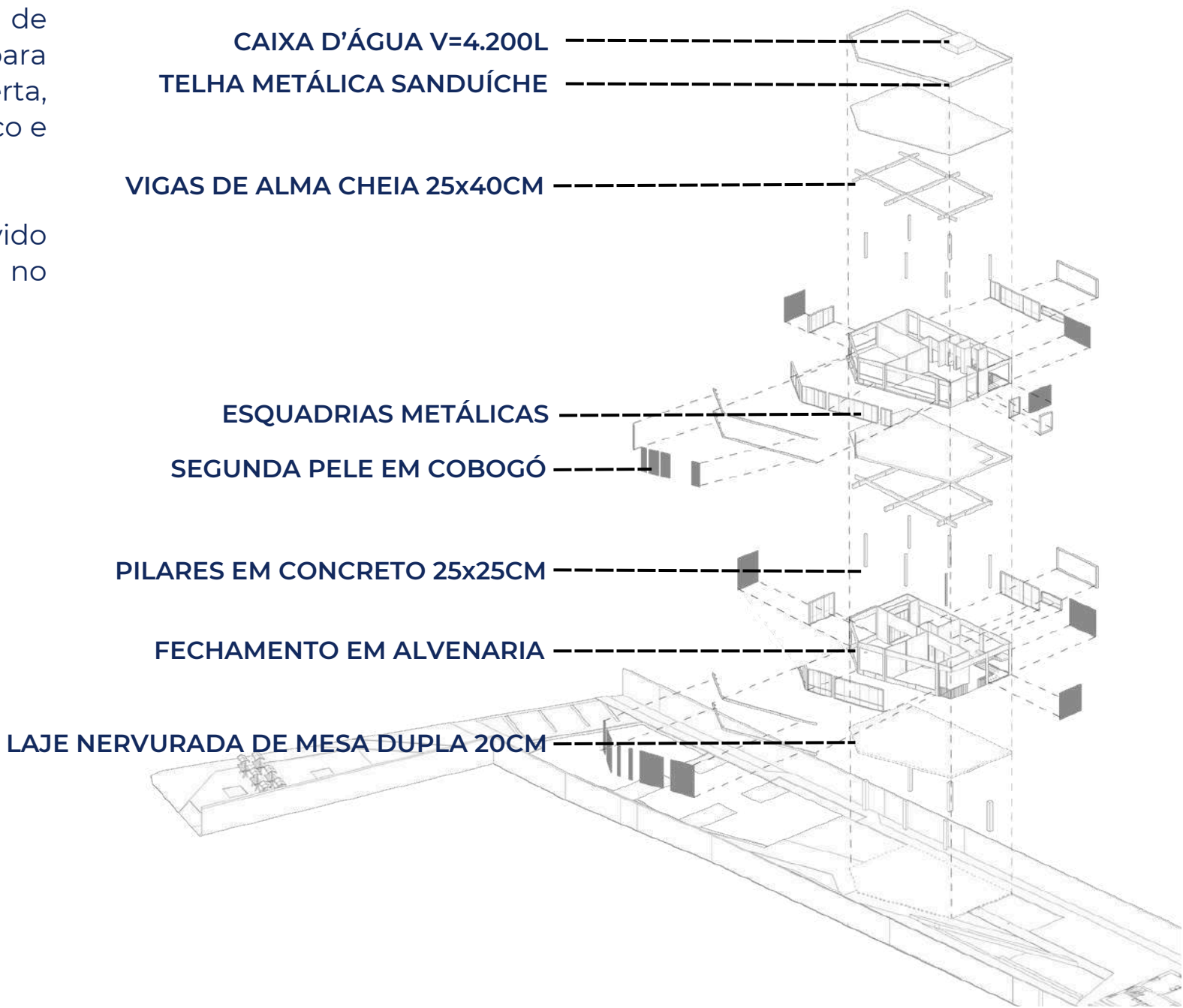


BLOCO CUIDAR ESTRUTURA

O sistema estrutural selecionado foi o de concreto armado, baseando os cálculos de estimativa por Yopanan Rebello (2000). Foi estabelecida uma malha de 6x6m, com pilares de 25x25cm; vigas de alma cheia de 25cm de espessura por 40cm de altura e laje nervurada “caixão perdido” para passagem de tubulações e sistemas de 20cm de espessura. Para a cobertura, foi selecionada a telha sanduíche, por proporcionar maior conforto térmico e acústico ao edifício, ao mesmo tempo que requer uma menor inclinação.

A partir do cálculo de estimativa da população desse bloco, foi desenvolvido o calculo do volume necessário para a caixa d'agua: 7.500L, localizada no volume de circulação vertical.

Imagem 133: Esquema estrutura explodida bloco cuidar.



Fonte: Autora.

BLOCO CUIDAR

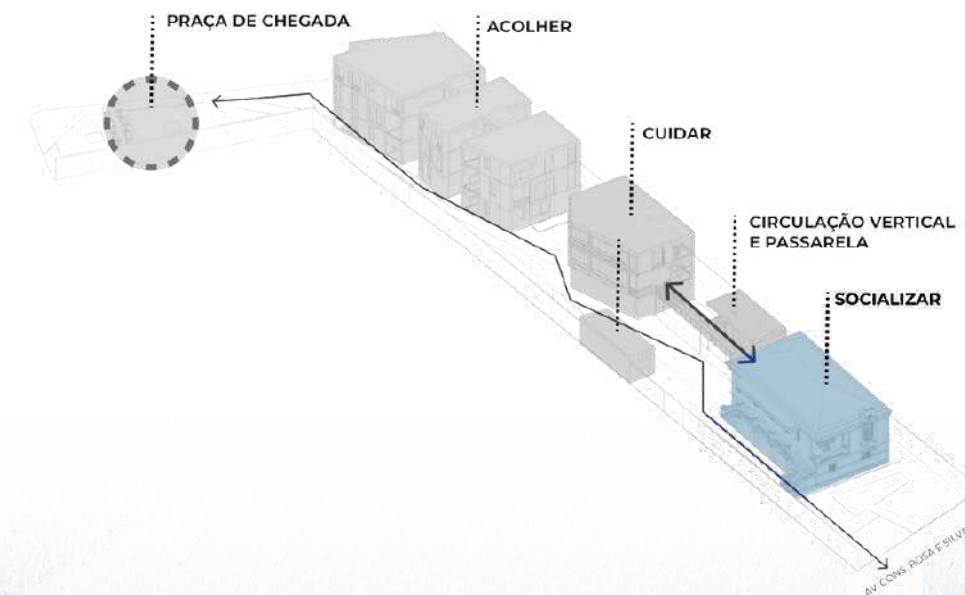
Imagem 134: Bloco cuidar.



4.3.11 BLOCO SOCIALIZAR

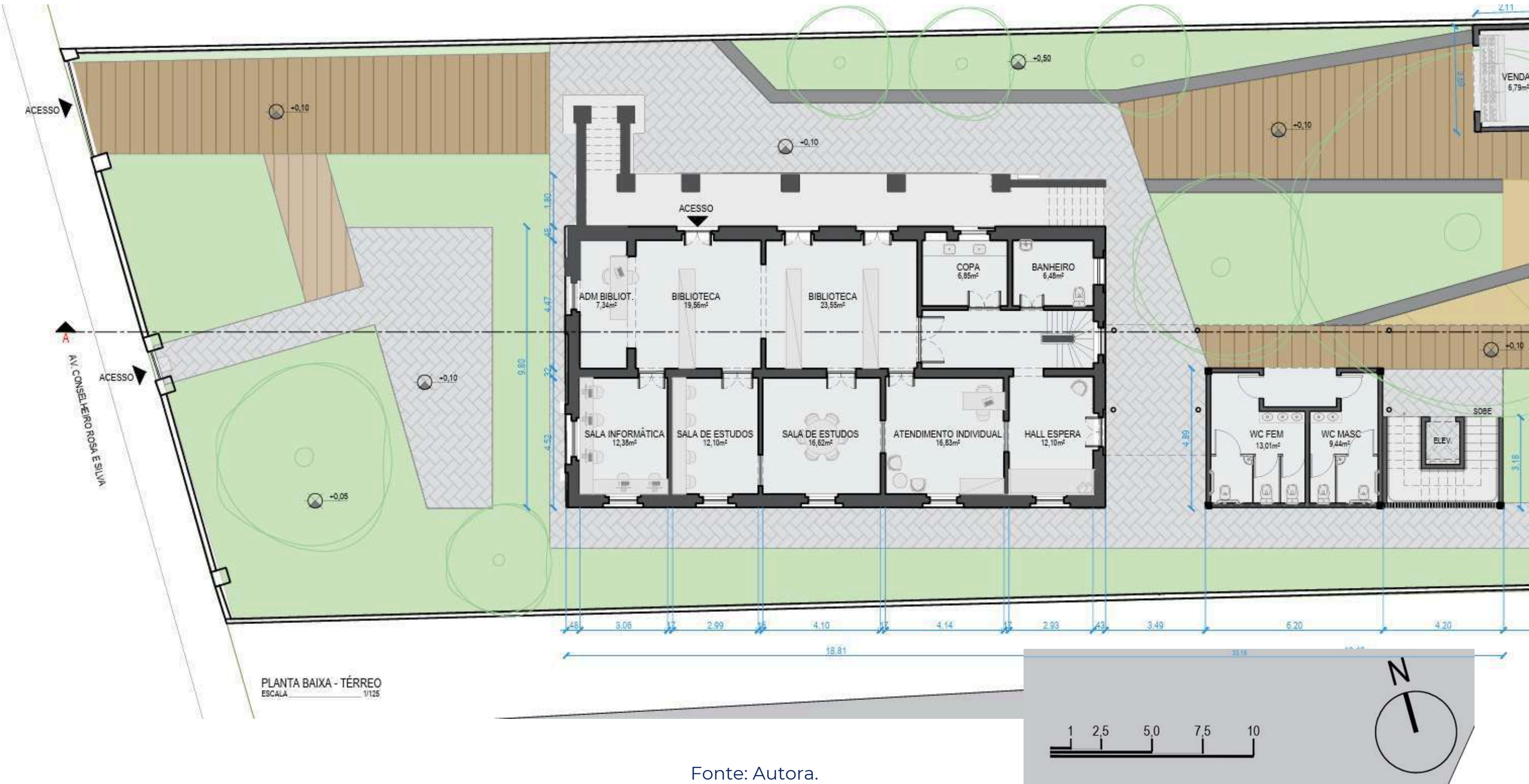
Para o bloco Socializar, o do Casarão preservado, é válido salientar que para ele foram seguidos os princípios da preservação, portanto, indica-se a realização de obras de restauro e consertos no imóvel devido às condições em que se encontra atualmente antes da implementação de um novo uso. Além disso, o uso selecionado para os ambientes é compatível com a estrutura original do edifício, não tendo que provocar alterações para adequação. Como o nome já diz, esse bloco propõe um contato mais próximo com a população geral, não sendo exclusivo para as mulheres atendidas no centro.

Imagem 135: Bloco socializar.



BLOCO SOCIALIZAR TÉRREO

Imagem 136: Planta baixa bloco socializar térreo.



Fonte: Autora.

Imagens 137, 138, 139 e 140: Acessos bloco socialzar.



Fonte: Autora.

BLOCO SOCIALIZAR

TÉRREO

Dessa forma, no acesso do térreo foi retomado o uso original de biblioteca, sendo, dessa vez, aberta para a população em geral, possuindo área administrativa e apoio de copa e banheiros já existentes. Este é um andar mais silencioso e voltado para salas de estudos, informática e atendimentos individuais, podendo se conectarem ou não através da abertura das portas existentes. Para evitar intervenções na estrutura, o bloco de banheiros e circulação vertical atende a acessibilidade, com uma saída na fachada leste para o mesmo.

Imagens 141, 142 e 143: Acessos bloco socialzar.

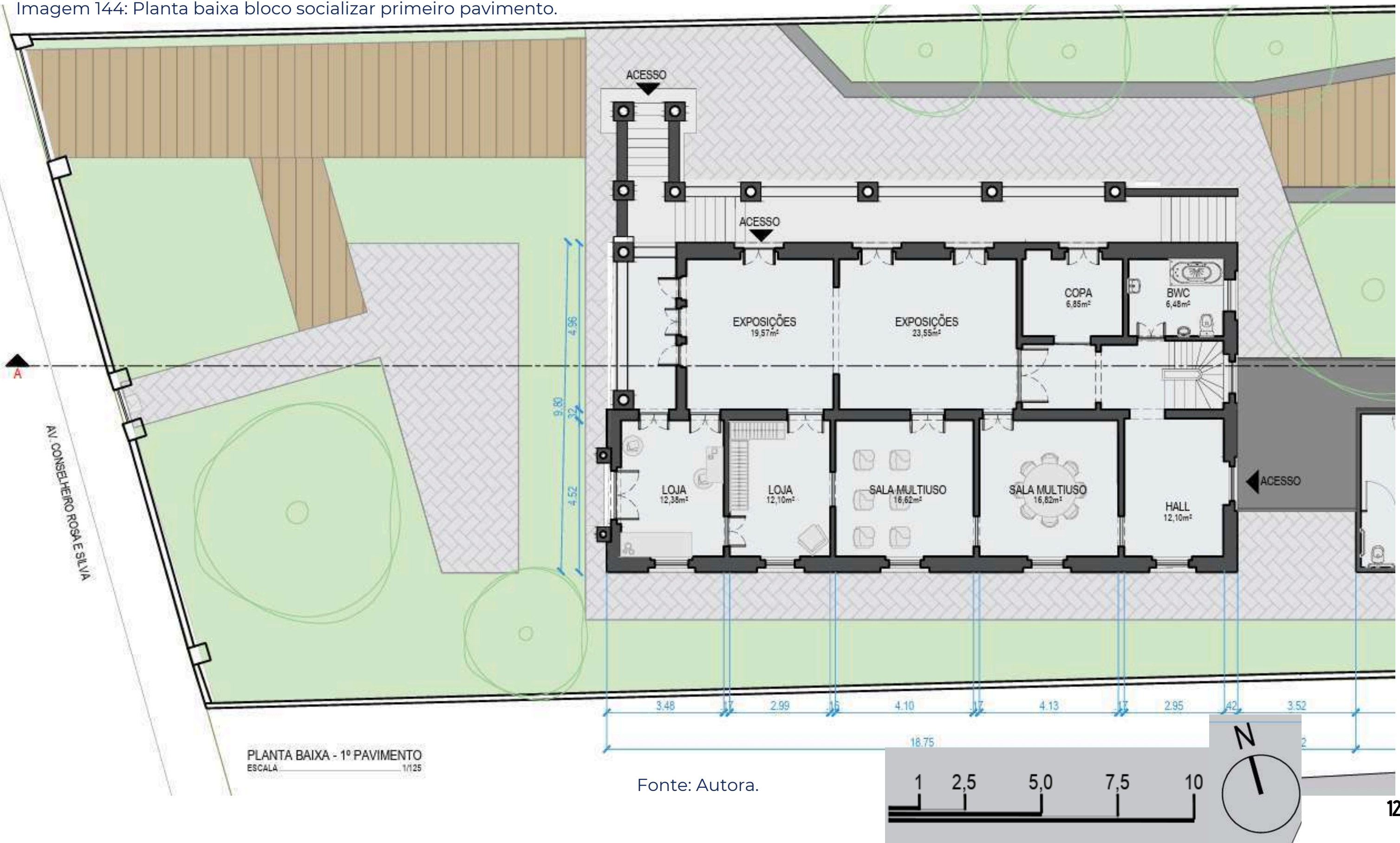


Fonte: Autora.

BLOCO SOCIALIZAR

PRIMEIRO PAVIMENTO

Imagem 144: Planta baixa bloco socializar primeiro pavimento.



BLOCO SOCIALIZAR

PRIMEIRO PAVIMENTO

O primeiro pavimento é, originalmente, o pavimento principal, onde aconteciam as atividades importantes da casa. Seu acesso se dá através da escada suntuosa diretamente para um espaço de exposições, que pode ser tanto de produtos produzidos pelas mulheres atendidas no centro, quanto de outras artistas. No outros cômodos, foram instaladas lojas colaborativas, também voltadas para a venda de produtos feitos pelas mulheres do centro, salas multiuso e um hall de chegada. Como já citado anteriormente, o acesso ao primeiro pavimento de forma acessível se dá através da passarela. Dessa forma, a única modificação na estrutura do casarão que foi necessária ser realizada foi a transformação da janela em uma porta. Sendo assim, foi proposto um material em chapa metálica para completude dessa abertura, mantendo a janela, de forma a não perder o entendimento geral do todo.

Imagens 145, 146 e 147: Passarela e edícula bloco socializar.



Fonte: Autora.

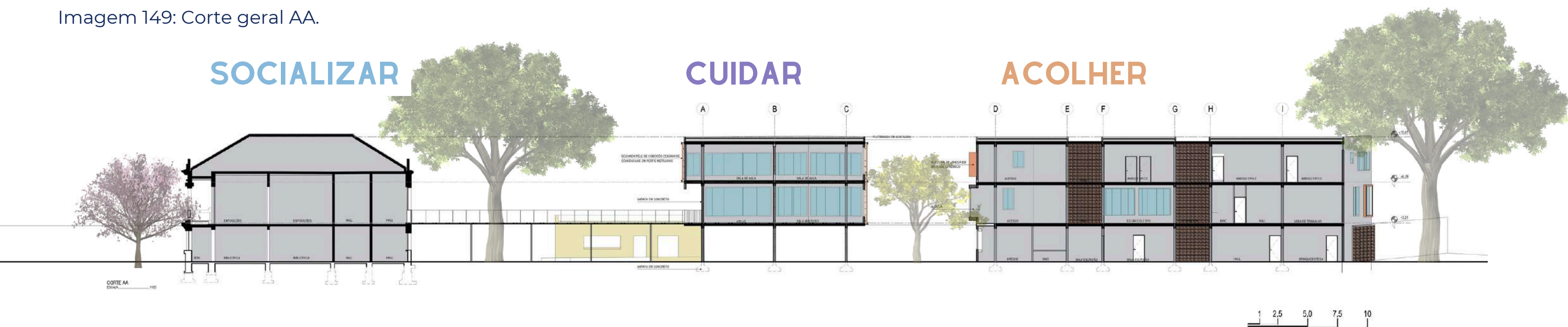
Imagem 148: Acesso principal bloco socializar.



Fonte: Autora.

CORTE GERAL AA

Imagem 149: Corte geral AA.



Fonte: Autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho nasceu de uma curiosidade sobre a história do abandono do Casarão Villa Maria da Conceição e a ocupação nele realizada para implementar um centro de apoio à mulher vítima de violência doméstica. Assim, esse exercício teórico-projetual trouxe uma reflexão acerca de dois temas relevantes: a descaracterização dos Imóveis Especiais de Preservação do Recife, especificamente o objeto central deste trabalho; e a problemática existente da violência doméstica contra a mulher.

Portanto, foi realizado o estudo aprofundado com a caracterização do objeto e da sua área de influência para apontar decisões projetuais coerentes com as necessidades reais da região. Após o levantamento dos dados e condicionantes, também foi realizada uma pesquisa buscando entender a questão dos IEPs e como isso se relaciona com os conceitos de preservação, buscando aparato teórico para realizar uma intervenção respeitosa e coerente com estes. Além disso, foi realizado um levantamento acerca das lacunas existentes nas políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica, sobretudo no que tange aos centros de apoio.

Com base nisso, a proposta fundamentou-se como um exercício projetual que busca propor soluções para uma possível reativação do imóvel de relevância na história da cidade através da implementação de um uso que atende a uma demanda real, seguindo os princípios da conservação integrada. Assim, foi projetado um Centro de Apoio à mulher vítima de violência doméstica que se estrutura a partir da criação de espaços voltados para o suporte às mulheres em diversas esferas, incentivando a sua autonomia, sendo ferramentas fundamentais para o encerramento do ciclo da violência. Assim, o projeto ressignifica o edifício e seu terreno, aproximando-o da população, trazendo uma conexão com a cidade, além de ser uma proposta que mostra uma alternativa de construção no terreno remanescente de um IEP que se conecta com o imóvel preservado de forma contextualizada.

Dessa maneira, este trabalho, através do exercício projetual, traz uma reflexão sobre o poder de transformação que a arquitetura possui associada a outras políticas, em especial no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Dessa forma, espera-se contribuir para a construção do conhecimento acerca da temática que gere desdobramentos em trabalhos futuros que integrem o ecossistema de melhorias na cidade.

Imagem 150: Visão de pássaro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amorim, Elba Ravane Alves. **Casa-abrigo para as mulheres em situação de violência doméstica em Pernambuco: sob a ótica das mulheres pós-abrigadas.** 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, 2015.

Brasil. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em situação de risco e violência.** Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres/Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: 2011. BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.

Brasil. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

Brasil. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2005.

Brasil. Presidência da República. Portaria SPM no 23, de 31 de março de 2009. **Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para a implementação e execução das ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no exercício de 2009.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009.

Brasil. **Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional--de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.

Carloto, C.M., & Calão, V.F. (2006). **A IMPORTANCIA E O SIGNIFICADO DA CASA ABRIGO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL.** Emancipacao, 6, 205-226.

Carvalho, Maurício Rocha de; Moreira, Fernando Diniz; Mota Menezes, José Luiz. **Um Recife Saturnino: Arquitetura, Urbanismo e Saneamento.** Recife: NECTAR, 2010.

Diário de Pernambuco. Casarão pode abrigar um centro para idosos. Disponível em: . Acesso em 19 de Julho de 2023.
Estatísticas da Criminalidade Violenta em Pernambuco - 2021 Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, 2022.

Formighieri Junior., Aloisio. **Casa-Abrigo em Curitiba para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica**. 116 págs. Trabalho de Conclusão de Curso I (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

Freyre, G. (1966). **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Recife: Imprensa Oficial

Freyre, G. (1977). **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: José Olympio.

Freyre, G. (1987). **Modos de homem, modas de mulher**. Rio de Janeiro: Record.

Freyre, G. **(Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre.** Rio de Janeiro: José Olympio 1959. 2. v.

G1. **Centro de Referência Clarice Lispector passa a atender mulheres vítimas de violência em novo endereço no Recife.** Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pearnambuco/noticia/2021/08/06/centro-de-referencia-clarice-lispector-passa-a-atender-mulheres-vitimas-de-violencia-em-novo-endereco-no-recife.ghtml>. Acesso em 19 de julho de 2023.

Garcia, Helena Sá Barretto Prado. **Lugar de mulher: experiência e projeto da Casa Laudelina de Campos Melo. 2022.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/9583d0c8-8e97-4629-80be-d3332e277bb8/TFG_2022_1_Helena_Garcia.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.

Gonçalves, Fabiana Raquel da Costa. **Casa de Acolhimento Resposta arquitetônica ao abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica**. 2021. 127 f. Mestrado integrado em Arquitetura - Universidade Beira Interior. FE - DECA | Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento. 5 mar. 2021.

Jacobs, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Coleção a, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2000.

Joshi, Rutali, "**Understanding the Built Environment of Shelter Homes for Survivors of Domestic Violence**" (2017). All Theses. 2642.
https://tigerprints.clemson.edu/all_theses/2642

Lira, Júlia Duarte. **Villa Maria Conceição: um centro de convivência e um centro dia para idosos no terreno remanescente do IEP 49**. 2017. 124 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

Pereira, Nilson; Amorim, Luiz. **Nem gato, nem lebre: acerca da descaracterização dos Imóveis Especiais de Preservação no Recife**. Cadernos Proarq, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 19-29, 15 dez. 2010. Semestral.

Pernambuco. Secretaria da Mulher. **8 de março: anuário da Secretaria Especial da Mulher**, Recife, ano 15, 2021/2022.

Plano diretor. **A função social da propriedade urbana**. Disponível em: <https://planodiretor.recife.pe.gov.br/funcao-social-da-propriedade-urbana>. Acesso em 19 de julho de 2023.

Saffiotti, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

Saffiotti, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL. **Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar - janeiro a dezembro de 2023**. Disponível em: https://www.sds.pe.gov.br/images/indicadores/violecia-domestica/VIOL%C3%80NCIA_MENSAL_POR_MUNIC%C3%80PIO.pdf. Acesso em 19 de janeiro de 2024.

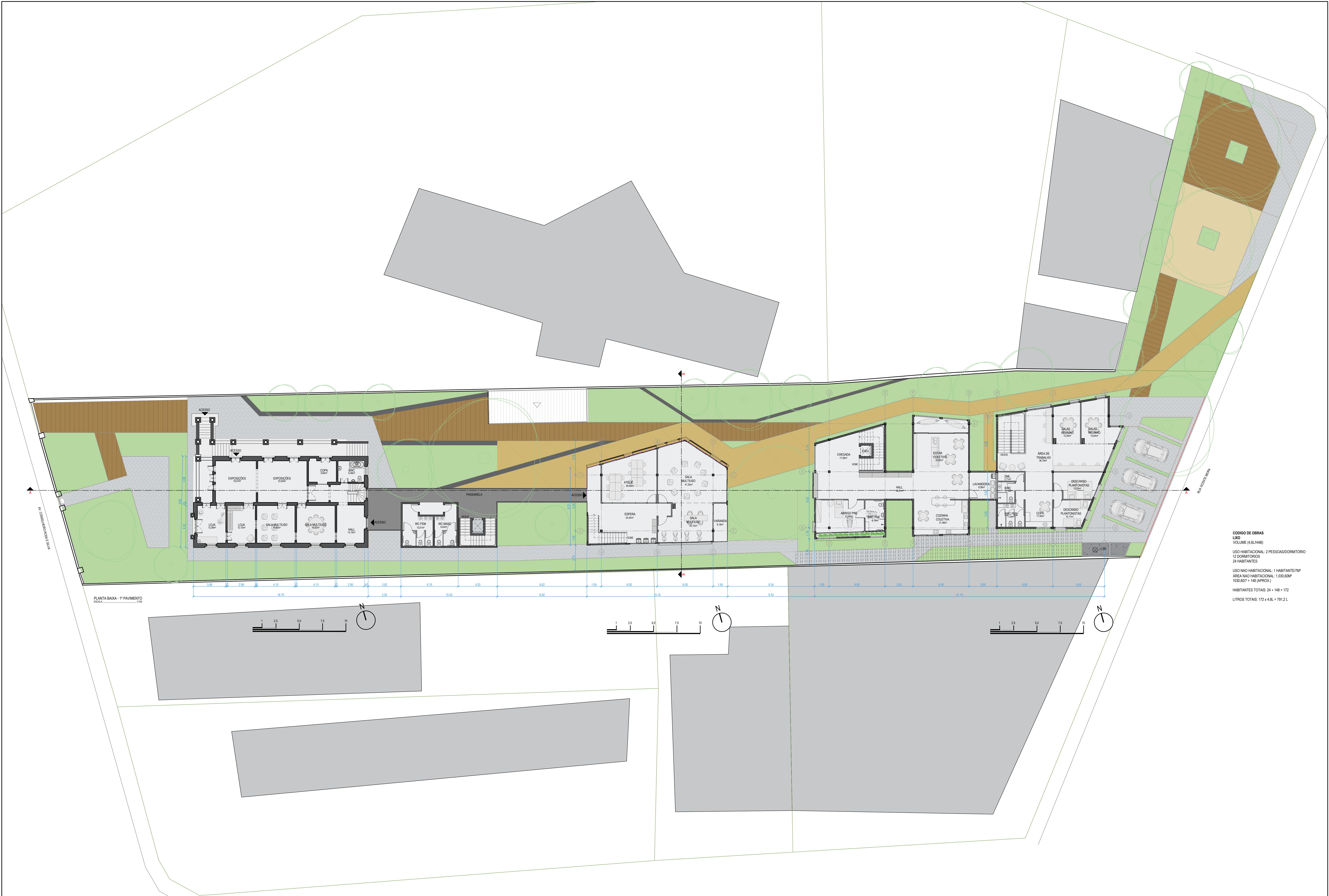
Souza, V. M. C. de, & Cordeiro, R. de L. M. (2014). **Os desafios das redes de enfrentamento à violência doméstica no Recife**. Caderno De Graduação - Humanas E Sociais - UNIT - PERNAMBUCO, 1(3), 91-109. Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/facipehumanas/article/view/1708>

Trigueiro, Edja Bezerra Faria. **OH DE FORA! Um Estudo Sobre a Arquitetura Residencial Pré-Modernista do Recife, Enquanto Elemento Básico de Composição do Cenário Urbano**. Recife, 1989, Mestrado em História UFPE-CFCH, 02 exemplares. Orientador: Prof. Dr. José Luiz da Mota Nenezes.

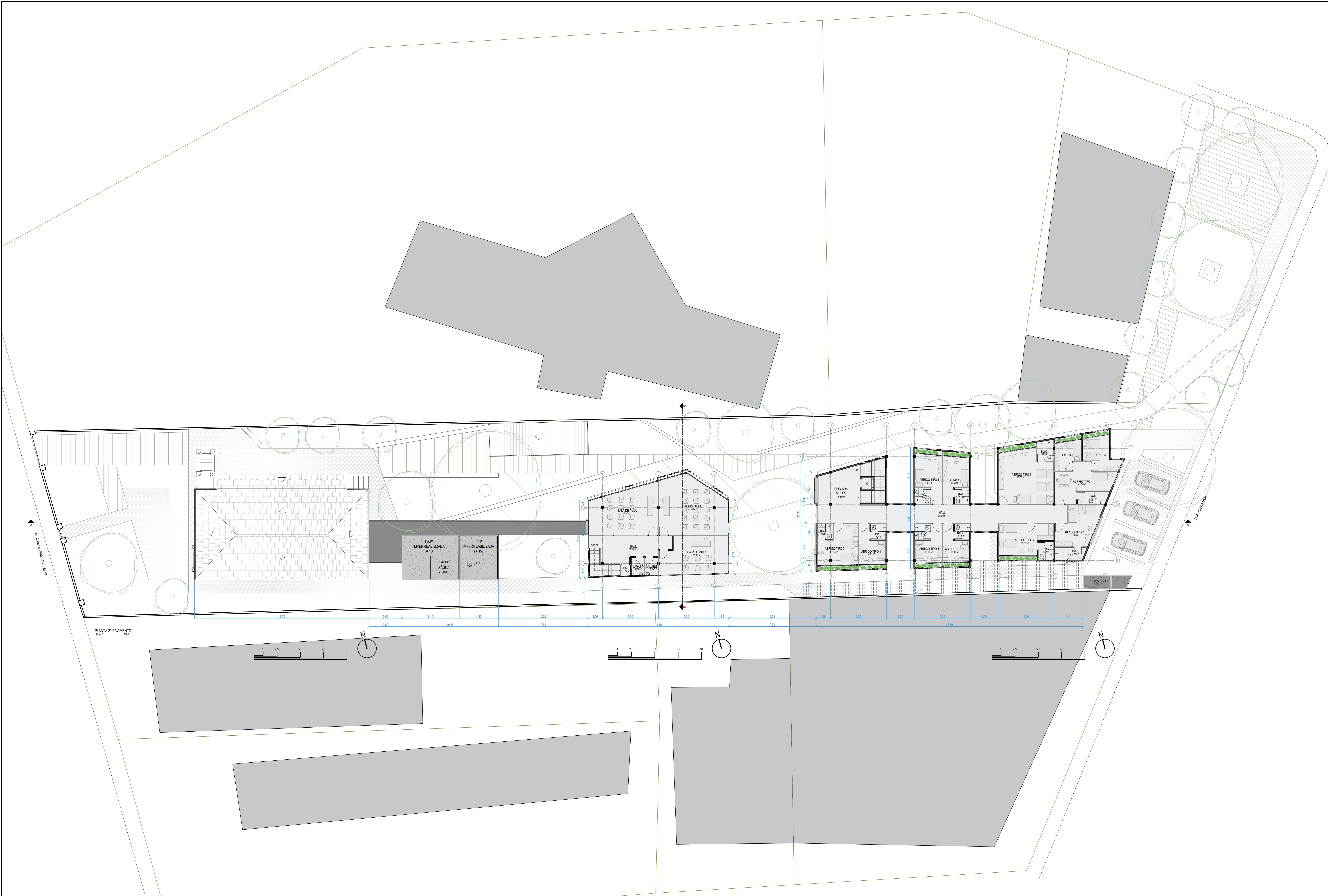
Quirk, Vanessa. "**As 8 coisas que os abrigos contra violência doméstica podem nos ensinar sobre o design escolar seguro**" 31 de janeiro de 2013. ArchDaily . Acessado em 10 de março de 2024 . <<https://www.archdaily.com/326114/the-8-things-domestic-violence-shelters-can-teach-us-about-secure-school-design>> ISSN 0719-8884

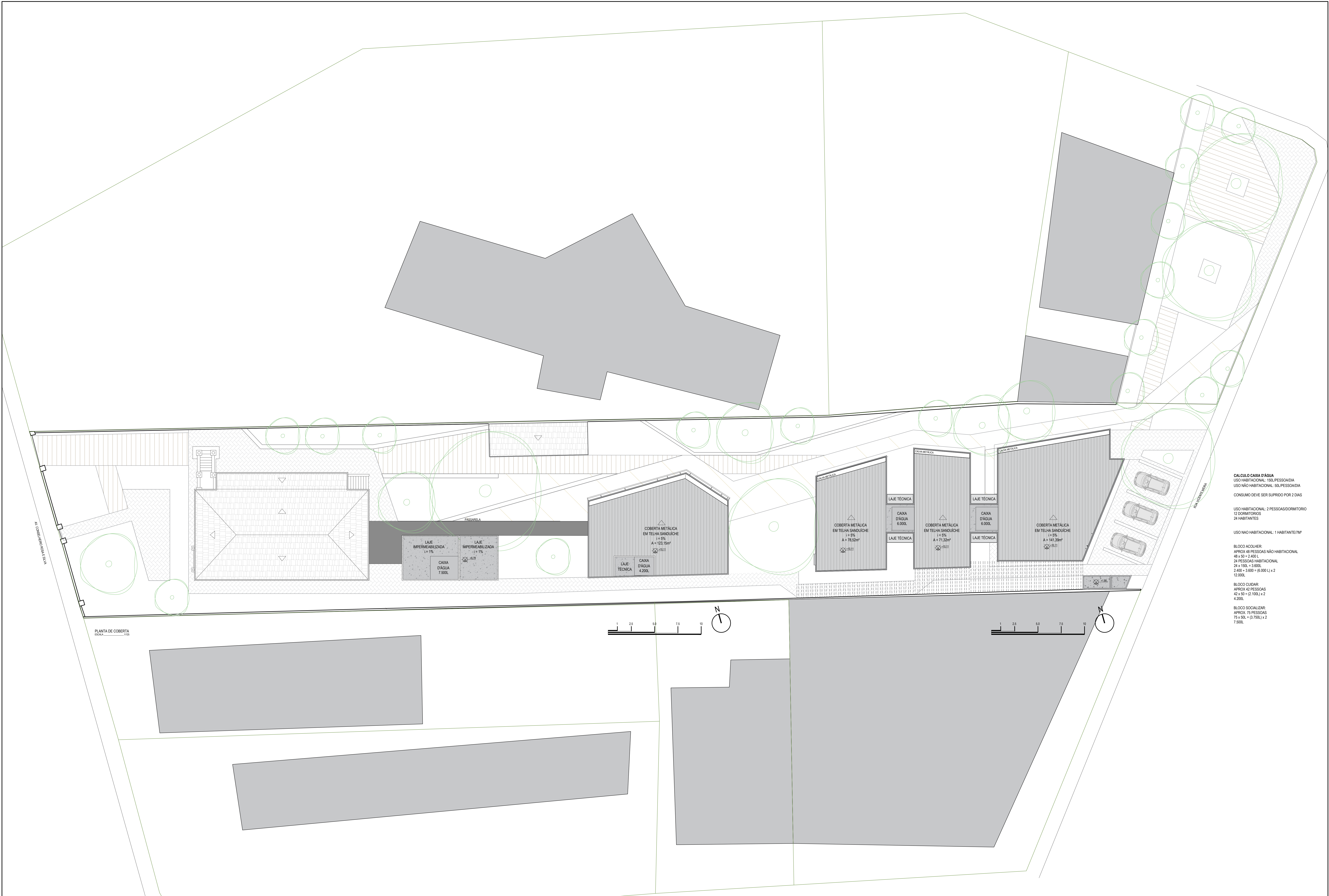
VIEIRA, Natália Miranda. **Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas**. Anais do ARQUIMEMÓRIA 3- Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 2008b.





CODIGO DE OBRAS
LUXO
VOLUME (4,6L/HAB)
USO HABITACIONAL: 2 PESSOAS/DORMITÓRIO
12 DORMITÓRIOS
24 HABITANTES
USO NÃO HABITACIONAL: 1 HABITANTE/M²
ÁREA NÃO HABITACIONAL: 1.030,60M²
1030,60/7 = 148 (APROX.)
HABITANTES TOTAIS: 24 + 148 = 172
LITROS TOTAIS: 172 x 4,6L = 791,2 L





CALCULO CAIXA D'ÁGUA
USO HABITACIONAL: 150L/PESSOA/DIA
USO NÃO HABITACIONAL: 50L/PESSOA/DIA
CONSUMO DEVE SER SUPRIDO POR 2 DIAS

USO HABITACIONAL: 2 PESSOAS/DORMITÓRIO
12 DORMITÓRIOS
24 HABITANTES

USO NÃO HABITACIONAL: 1 HABITANTE/7M²

BLOCO ACOULHER:
APROX. 48 PESSOAS NÃO HABITACIONAL
48 x 50 = 2.400 L
24 PESSOAS HABITACIONAL
24 x 100 = 2.400 L
2.400 + 3.600 = (6.000 L) x 2
12.000 L

BLOCO CUIDAR:
APROX. 42 PESSOAS
42 x 50 = (2.100 L) x 2
4.200 L

BLOCO SOCIALIZAR:
APROX. 75 PESSOAS
75 x 50 = (3.750 L) x 2
7.500 L



FACHADA SUL
ESCALA 1:125



FACHADA NORTE
ESCALA 1:125

